

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
MONOGRAFIA

ADRIELI ZANQUIN

DESIGUALDADE DE GÊNERO AO LONGO DO CICLO DE VIDA: IMPLICAÇÕES
SOCIOECONÔMICAS

PASSO FUNDO

2017

ADRIELI ZANQUIN

**DESIGUALDADE DE GÊNERO AO LONGO DO CICLO DE VIDA: IMPLICAÇÕES
SOCIOECONÔMICAS**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade de Passo Fundo, campus Passo Fundo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Profa. Dra. Cleide Fátima Moretto

PASSO FUNDO

2017

ADRIELI ZANQUIN

**DESIGUALDADE DE GÊNERO AO LONGO DO CICLO DE VIDA: IMPLICAÇÕES
SOCIOECONÔMICAS**

Monografia aprovada em 13 de dezembro de 2017, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas da Universidade de Passo Fundo, pela banca examinadora formada pelos professores:

Prof^ª. Dra. Cleide Fátima Moretto
UPF - Orientadora

Prof^ª. Me. Amanda Guareschi
UPF

Prof^ª. Dra. Helenice de Moura Scortegagna
UPF

PASSO FUNDO

2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que de alguma forma contribuíram direta ou indiretamente para a elaboração desse trabalho.

Em especial, minha orientadora, Prof.^a Dra. Cleide Fátima Moretto, pela troca de conhecimento.

RESUMO

ZANQUIN, Adrieli. **Desigualdade de gênero ao longo do ciclo de vida: implicações socioeconômicas**. Passo Fundo, 2017, 96 f. Monografia (Curso de Ciências Econômicas). UPF, 2017.

A produção social implica na intervenção conjunta de dois gêneros, o masculino e o feminino. A construção do gênero se dá por meio das relações sociais. Portanto, o modo como homens e mulheres ocupam um papel social está associado às questões de gênero e as evidências apontam, historicamente, para a desigualdade. A desigualdade de gênero atinge proporções de caráter mundial, e incidem de modo mais intenso em países em desenvolvimento. O objetivo do estudo é analisar como ocorre a desigualdade de gênero em termos socioeconômicos ao longo do ciclo de vida dos brasileiros. Para tanto, utilizaram-se dados secundários obtidos nas instituições censitárias do país, os quais foram descritos e analisados na perspectiva adaptada da teoria de ciclo de vida de Modigliani. As categorias de análise adotadas foram os aspectos demográficos gerais, a educação, o trabalho e a renda, na perspectiva transversal do gênero, da faixa etária e da abrangência territorial. O recorte temporal inclui as décadas de 1990, 2000 e 2010. Conclui-se que a desigualdade de gênero está presente no Brasil, ocorre de forma heterogênea em nível regional e vem avançando positivamente a partir da expectativa de vida, da diminuição na taxa de fecundidade e da escolarização. Todavia, a dificuldade no acesso em termos do mercado de trabalho e da renda caracterizam a desigualdade na fase de atividade econômica, com defasagem na paridade dos rendimentos e na atuação em jornadas menos extensivas e em ocupações menos protegidas.

Palavras-chaves: Desigualdade de Gênero. Ciclo de Vida. Brasil. Mercado de Trabalho.

ABSTRACT

ZANQUIN, Adrieli. **Desigualdade de gênero ao longo do ciclo de vida: implicações socioeconômicas**. Passo Fundo, 2017, 96 f. Monografia (Curso de Ciências Econômicas). UPF, 2017.

Social production implies the joint intervention of two genera, male and female. The construction of the genre takes place through sexual relations. Please, the way men and women play a social role is associated with gender issues and as evidence historically points to inequality. A gender inequality of the world proportions, and have a greater impact on developing countries. The objective of the study is to analyze how gender inequality occurs in socioeconomic terms throughout the life cycle of Brazilians. Secondary files obtained from the country's census institutions were used, one of which is analyzed in the adapted perspective of the life cycle of Modigliani. As categories of analysis, education, work and income, from a gender perspective, age range and territorial scope. The temporal cut-off includes 1990s, 2000s and 2010. It is concluded that gender inequality is present in Brazil, occurs heterogeneously at the regional level and has been advancing positively from the life expectancy, the decrease in the fertility rate and schooling. However, a difficulty without access in terms of the labor market and income, in the modality of inequality in the phase of economic activity, with the lag in the income parity and in the update in less extensive days and in positions less protection.

Keywords: Gender Inequality. Life Cycle. Brazil. Labor Market.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Ranking comparativo dos países selecionados do Relatório de Desigualdade Global de Gênero do Fórum Econômico Mundial – 2017	20
Figura 2 – Teoria do Ciclo de Vida de Franco Modigliani	27
Figura 3 – Modelo conceitual adotado no estudo.....	31
Figura 4 – Distribuição da população residente, por sexo e grupos de idade, frequência relativa (%) – Brasil – de 1991, 2015 (%).....	36
Figura 5 – Taxa de fecundidade total, filhos por mulher – Brasil e Grandes Regiões – 1991, 2000, 2015	38
Figura 6 – Pessoas de 5 anos ou mais de idade, por sexo e por grupos de idade, não alfabetizadas, frequência relativa (%) – Brasil – 2001, 2015.....	42
Figura 7– Taxa de frequência escolar bruta (% da faixa etária) – Brasil – 2000, 2010	44
Figura 8 – Taxa de abandono escolar precoce de pessoas com 18 a 24 anos, frequência relativa (% da faixa etária total) – Brasil – 2000, 2010.....	45
Figura 9 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo e grupos de idade com que começaram a trabalhar, frequência relativa (%) – Brasil – 2001, 2015	46
Figura 10 – Nível da ocupação, na semana de referência, das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por grupos de idade e sexo, frequência relativa (%) – Brasil – 1992, 2002, 2015	48
Figura 11 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por contribuição para o instituto de previdência, sexo e grupos de idade, frequência relativa (%) – Brasil – 2001, 2015.....	57
Figura 12 – Rendimento médio de todas as fontes das pessoas de 10 anos ou mais de idade (reais de 2010), por sexo – Brasil – 2000, 2010	61
Figura 13 – Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade sem rendimento, por sexo – Brasil – 2000, 2010.....	62
Figura 14 – Razão entre o rendimento médio das mulheres em relação ao rendimento dos homens – Brasil – 2000, 2010	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Índice global de diferença de gênero, total e por categoria, Brasil – 2016, 2017...	20
Tabela 2 – Taxa de escolarização das pessoas de 5 a 17 anos de idade, frequência relativa (%) por grupos de idade e sexo – Brasil – 1992, 2002, 2015	40
Tabela 3 – Pessoas que não eram estudantes na população de 5 a 17 anos de idade, frequência relativa (%) – Brasil – 1992, 2002, 2015.....	41
Tabela 4 – Empregados de 10 anos ou mais de idade, no trabalho principal da semana de referência, por categoria do emprego, sexo e grupos de idade, frequência relativa (%) – Brasil – 2001, 2015	53
Tabela 5 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação no trabalho principal, sexo e grupos de idade, frequência relativa (%) – Brasil – 2001, 2015.....	56

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Expectativa de vida ao nascer, em anos de idade, por sexo – Brasil e Grandes Regiões – 1991, 2000, 2015	37
Quadro 2 – Taxa de fecundidade por grupo etário na fecundidade total, frequência relativa (%) – Brasil e Grandes Regiões – 2004, 2015.....	39
Quadro 3 – Distribuição das pessoas de 25 anos ou mais de idade, por nível de instrução e sexo, frequência relativa (%) – Brasil – 2001, 2015	43
Quadro 4 – Distribuição das pessoas de 10 ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de anos de estudos e sexo, frequência relativa (%) – Brasil – 1992, 2002, 2015	49
Quadro 5 – Distribuição de pessoas de 10 anos ou mais, ocupadas na semana de referência, por grupos de horas trabalhadas por semana em todos os trabalhos e sexo, frequência relativa (%) – Brasil – 1992, 2002, 2015.....	49
Quadro 6 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por condição de atividade na semana de referência, por sexo e grupos de idade, frequência relativa (%) – Brasil – 2001, 2015	52
Quadro 7 – Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal das pessoas de 15 anos ou mais, em idade ativa, com rendimento, por sexo – Brasil e Grandes Regiões – 2004, 2009, 2015	59
Quadro 8 – Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal de todos os trabalhos das pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, por sexo – Brasil e Grandes Regiões – 2004, 2009, 2015.....	60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EIU – *Economist Intelligence Unit*

GDI – *Gender-related Development Index*

GEM – *Gender Empowerment Measure*

GGI – *Global Gender Gap Index*

GII – *Gender Inequality Index*

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

JEL – *Journal of Economic Literature*

OECD – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática

SIGI – *Social Institutions and Gender Index*

WEOI – *Women's Economic Opportunities Index*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.2 OBJETIVOS	14
1.2.1 Objetivo Geral	14
1.2.2 Objetivos Específicos.....	14
1.3 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO	15
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	16
2.1 CONCEITO DE GÊNERO E SUAS DESIGUALDADES	16
2.1.1 A desigualdade de gênero no âmbito educacional.....	21
2.1.2 A desigualdade de gênero no mercado de trabalho e na renda.....	22
2.1.3 A desigualdade de gênero no âmbito social.....	24
2.2 A TEORIA DO CICLO DE VIDA DE FRANCO MODIGLIANI	25
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	29
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	29
3.2 MODELO CONCEITUAL, CATEGORIAS E VARIÁVEIS DE ESTUDO	30
3.3 TÉCNICAS DE OBTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DOS DADOS.....	34
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	35
4.1 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS GERAIS DA DESIGUALDADE DE GÊNERO.....	35
4.2 ANÁLISE DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NO ÂMBITO EDUCACIONAL	40
4.3 ANÁLISE DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO...	46
4.4 ANÁLISE DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NA RENDA	59
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
REFERÊNCIAS	68
ANEXOS	73
ANEXO A – PESSOAS DE 5 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR SEXO E POR GRUPOS DE IDADE, NÃO ALFABETIZADAS, FREQUÊNCIA RELATIVA (%) – GRANDES REGIÕES – 2001, 2015	74
ANEXO B – TAXA DE FREQUÊNCIA ESCOLAR BRUTA (% DA FAIXA ETÁRIA) – GRANDES REGIÕES – 2000, 2010	75
ANEXO C – TAXA DE ABANDONO ESCOLAR PRECOCE DE PESSOAS COM 18 A 24 ANOS, FREQUÊNCIA RELATIVA (% DA FAIXA ETÁRIA) – GRANDES REGIÕES – 2000, 2010	76
ANEXO D – PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR SEXO E GRUPOS DE IDADE COM QUE COMEÇARAM A TRABALHAR, FREQUÊNCIA RELATIVA (%) – GRANDES REGIÕES – 2001, 2015....	77

ANEXO E – PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR CONDIÇÃO DE ATIVIDADE NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR SEXO E GRUPOS DE IDADE, FREQUÊNCIA RELATIVA (%) – REGIÃO NORTE – 2001, 2015	78
ANEXO F – PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR CONDIÇÃO DE ATIVIDADE NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR SEXO E GRUPOS DE IDADE, FREQUÊNCIA RELATIVA (%) – REGIÃO NORDESTE – 2001, 2015.....	79
ANEXO G – PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR CONDIÇÃO DE ATIVIDADE NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR SEXO E GRUPOS DE IDADE, FREQUÊNCIA RELATIVA (%) – REGIÃO SUDESTE – 2001, 2015	80
ANEXO H – PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR CONDIÇÃO DE ATIVIDADE NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR SEXO E GRUPOS DE IDADE, FREQUÊNCIA RELATIVA (%) – REGIÃO SUL – 2001, 2015	81
ANEXO I – PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR CONDIÇÃO DE ATIVIDADE NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR SEXO E GRUPOS DE IDADE, FREQUÊNCIA RELATIVA (%) – REGIÃO CENTRO-OESTE – 2001, 2015	82
ANEXO J – EMPREGADOS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, NO TRABALHO PRINCIPAL DA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR CATEGORIA DO EMPREGO, SEXO E GRUPOS DE IDADE, FREQUÊNCIA RELATIVA (%) – REGIÃO NORTE – 2001, 2015	83
ANEXO L – EMPREGADOS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, NO TRABALHO PRINCIPAL DA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR CATEGORIA DO EMPREGO, SEXO E GRUPOS DE IDADE, FREQUÊNCIA RELATIVA (%) – REGIÃO NORDESTE – 2001, 2015	84
ANEXO M – EMPREGADOS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, NO TRABALHO PRINCIPAL DA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR CATEGORIA DO EMPREGO, SEXO E GRUPOS DE IDADE, FREQUÊNCIA RELATIVA (%) – REGIÃO SUDESTE – 2001, 2015	85
ANEXO N – EMPREGADOS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, NO TRABALHO PRINCIPAL DA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR CATEGORIA DO EMPREGO, SEXO E GRUPOS DE IDADE, FREQUÊNCIA RELATIVA (%) – REGIÃO SUL – 2001, 2015 ..	86
ANEXO O – EMPREGADOS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, NO TRABALHO PRINCIPAL DA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR CATEGORIA DO EMPREGO, SEXO E GRUPOS DE IDADE, FREQUÊNCIA RELATIVA (%) – REGIÃO CENTRO-OESTE – 2001, 2015	87
ANEXO P – PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO NO TRABALHO PRINCIPAL, SEXO E GRUPOS DE IDADE, FREQUÊNCIA RELATIVA (%) – REGIÃO NORTE – 2001, 2015	88
ANEXO Q – PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO NO TRABALHO PRINCIPAL, SEXO E GRUPOS DE IDADE, FREQUÊNCIA RELATIVA (%) – REGIÃO NORDESTE – 2001, 2015	89
ANEXO R – PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO NO TRABALHO PRINCIPAL, SEXO E GRUPOS DE IDADE, FREQUÊNCIA RELATIVA (%) – REGIÃO SUDESTE – 2001, 2015	90

ANEXO S – PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO NO TRABALHO PRINCIPAL, SEXO E GRUPOS DE IDADE, FREQUÊNCIA RELATIVA (%) – REGIÃO SUL – 2001, 2015 ..	91
ANEXO T – PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO NO TRABALHO PRINCIPAL, SEXO E GRUPOS DE IDADE, FREQUÊNCIA RELATIVA (%) – REGIÃO CENTRO-OESTE – 2001, 2015	92
ANEXO U – PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR CONTRIBUIÇÃO PARA INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA, SEXO E GRUPOS DE IDADE, FREQUÊNCIA RELATIVA (%) – GRANDES REGIÕES – 2001, 2015	93
ANEXO V – RENDIMENTO MÉDIO DE TODAS AS FONTES DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE (REAIS DE 2010), POR SEXO – GRANDES REGIÕES – 2000, 2010	94
ANEXO X – PROPORÇÃO DE PESSOAS DE 16 ANOS OU MAIS DE IDADE SEM RENDIMENTO, POR SEXO – GRANDES REGIÕES – 2000, 2010.....	95
ANEXO Z – RAZÃO ENTRE O RENDIMENTO MÉDIO DAS MULHERES EM RELAÇÃO AO RENDIMENTO DOS HOMENS – GRANDES REGIÕES – 2000/2010	96

1 INTRODUÇÃO

A produção social implica na intervenção conjunta de dois gêneros, o masculino e o feminino. A construção do gênero se dá por meio das relações sociais. Portanto, o modo como homens e mulheres ocupam um papel social está associado às questões de gênero e as evidências apontam, historicamente, para a desigualdade. Observa-se que a desigualdade de gênero não ficou restrita apenas a uma sociedade primitiva e remota. Na sociedade contemporânea, como argumentam Branisa et al. (2014), a disparidade de gênero alcança proporções de caráter mundial e incide, principalmente, em países em situação de desenvolvimento. Sen (2001) destaca que a desigualdade de gênero implica em múltiplos campos: renda, educação, mercado de trabalho e na participação na sociedade em assuntos que envolvam economia e política.

Na medida em que a sociedade avança e evolui, a promoção da igualdade em países em desenvolvimento tende a se configurar lentamente. Originalmente, a desigualdade de gênero em relações sociais, não é imposta pela condição biológica e física de cada indivíduo. Na realidade, essa condição foi atribuída pela sociedade ao longo da história, na qual a participação do sexo feminino na estrutura social sucedeu de forma excludente. Isso porque as mulheres participaram apenas da esfera privada, exercendo exclusivamente a função de cuidar da família (CAMPOS; TEIXEIRA, 2010; MELO, 2005; NICHOLSON, 2000; RIDGEWAY; SMITH-LOVIN, 1999; SANTOS, 2008;).

No Brasil, conforme a Constituição Federal Brasileira de 1988, art.5º, inc. I, “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”. (BRASIL, Constituição Federal, 1988). Entretanto, segundo o Relatório de Desigualdade Global de Gênero de 2017 do Fórum Econômico Mundial, o Brasil ocupa a 90ª posição no quesito igualdade entre gênero (FÓRUM, 2017). Questões relacionadas ao empoderamento político e à participação e às oportunidades na economia, particularmente, força de trabalho e renda, enfatizam-se devido às proporções desiguais apresentadas (FÓRUM, 2017). De tal modo, evidencia-se que a equação crescimento econômico, desenvolvimento e equidade de gênero nem sempre percorrem trajetórias convergentes. No entanto, ao longo dos anos, mesmo que lentamente, o país vem exibindo avanços positivos em determinadas esferas, especialmente, na educacional (ALVES; CAVENAGHI, 2012; BORTOLUZZO; MATAVELLI; MADALOZZO, 2016; MELO, 2005).

De acordo com Elder JR, Johnson e Crosnoe (2003), “[...] o curso de vida é um termo frequentemente utilizado como substituição de outros termos, tais como *life span*, história de

vida e ciclo de vida. Todos os três termos são partes do vocabulário do curso de vida, mas nós argumentamos que nenhum deles é sinônimo de curso de vida [...]” (2003, tradução nossa, p. 4). A teoria do ciclo de vida é normalmente utilizada como forma de descrever uma sequência de eventos na vida. Esclarecem que em estudos populacionais está associado a processos reprodutivos de uma geração a outra. Neste aspecto, a Teoria do Ciclo de Vida de Franco Modigliani é apresentada como a principal teoria acerca do ciclo de vida nas ciências econômicas.

Neste contexto, a economia como ciência possibilita estudos, análises e compreensões de determinadas áreas que abrangem fatos decorrentes do âmbito social. Justifica-se apresentar como tema central desse estudo o ciclo de vida que se configura na perspectiva de homens e mulheres, levando em considerações as condições socioeconômicas. Questiona-se, assim: como evolui a desigualdade de gênero no âmbito da teoria do ciclo de vida para o Brasil?

1.2 OBJETIVOS

Os objetivos são subdivididos em duas seções: o objetivo geral que demonstra de forma pontual a concepção geral do tema a ser estudado, e os objetivos específicos, com a finalidade de descrever todos os passos utilizados para se responder ao questionamento da pesquisa.

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do presente estudo é analisar como ocorre a desigualdade de gênero em termos socioeconômicos ao longo do ciclo de vida dos brasileiros.

1.2.2 Objetivos Específicos

Busca-se, no decorrer do trabalho, os seguintes objetivos específicos:

- I. Estabelecer a relação entre a teoria do ciclo de vida e as diferenças de gênero;
- II. Identificar as implicações socioeconômicas que ocorrem devido à desigualdade de gênero no Brasil;
- III. Evidenciar as principais diferenças observadas no curso de vida para a questão de gênero no Brasil.

Em termos gerais, para que se execute os objetivos propostos, adota-se uma abordagem de natureza aplicada e de método dedutivo, com pesquisa bibliográfica e descritiva. Os dados

são de viés quantitativo e de caráter secundário, obtidos no banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

1.3 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

O trabalho aqui apresentado está constituído por cinco capítulos, incluindo a presente introdução. O segundo capítulo trata da revisão de literatura, contextualizada pelas contribuições de diversos autores sobre o conceito de gênero e a desigualdade, em particular, na educação, no trabalho e na renda, além das contribuições da Teoria do Ciclo de vida de Franco Modigliani. Na sequência apresenta-se, de forma detalhada, os procedimentos metodológicos empregados no trabalho. Posteriormente, evidencia-se os dados obtidos e suas respectivas análises. Finalizando, são pontuadas as considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura apresentada tem a função de contextualizar os conceitos para construir as bases necessárias para a realização desse trabalho. Inicialmente trata-se do conceito de gênero e suas desigualdades, demonstrando assim, em quais variáveis a desigualdade impacta de forma acentuada. Em seguida, apresenta-se a Teoria do Ciclo de Vida de Franco Modigliani, que será posteriormente utilizada como modelo conceitual nas análises dos resultados.

2.1 CONCEITO DE GÊNERO E SUAS DESIGUALDADES

O termo gênero e questões ligadas à desigualdade de gênero tomaram proporções maiores nos últimos tempos, sendo assunto de debate e estudo de inúmeros autores, os quais buscam estabelecer e entender em quais setores há maior desigualdade (BORTOLUZZO; MATAVELLI; MADALOZZO, 2016; DOLLAR; GATTI, 1999; MADALOZZO; BLOFIED, 2017; MELO, 2005; SEN, 2001).

Gênero é um conceito que define a relação e o comportamento de homens e mulheres na sociedade (CAMPOS; TEIXEIRA, 2010; MELO, 2005; NICHOLSON, 2000; RIDGEWAY; SMITH-LOVIN, 1999; SANTO, 2008). Nicholson (2000) menciona que o termo gênero, de um lado, foi desenvolvido para se opor ao termo sexo e para, assim, descrever o que é socialmente construído, contrapondo-se com o que é biologicamente dado. Nessa colocação, a autora afirma que gênero é a referência à personalidade e ao comportamento, e não ao corpo. De outro lado, Nicholson (2000) argumenta que gênero tem ganhado espaço como referência a qualquer construção social que tenha que distinguir feminino do masculino, incluindo a construção que difere corpo feminino do corpo masculino. Para a autora, essa última colocação aparece quando a sociedade não forma apenas personalidade e comportamento, mas também o corpo. A autora julga que se o corpo é visto como interpretação social, então o sexo não poderia ser independente do gênero. Nicholson (2000, p. 10) completa que gênero tem suas origens na junção de duas ideias: “[...] base material da identidade e a da construção social do caráter humano”.

Campos e Teixeira (2010, p. 21), por sua vez, mencionam que “[...] a construção da masculinidade e da feminilidade é considerada produto histórico, variável no tempo e no

espaço”. Para elas, gênero vai além da diferenciação biológica e sexual. As autoras acrescentam que

as sociedades elaboram de maneira diferenciada, social, econômica e culturalmente determinada, um conjunto de normas, valores, costumes e práticas que definem modos de ser, atitudes e comportamentos próprios a homens e mulheres. Esta construção prescreve as próprias relações entre ambos, frequentemente caracterizadas por assimetria na distribuição de poderes (CAMPOS; TEIXEIRA, 2010, p. 21).

As autoras complementam que a questão de gênero traz uma ruptura de determinantes impostos pelas condições fisiológicas e anatômicas que diferem homens e mulheres, como a força física e a capacidade reprodutiva, respectivamente, possibilitando, assim, abordar apenas a relação social entre os indivíduos. As autoras enfatizam que gênero é visto como elemento constitutivo das relações sociais na sociedade e, nesse processo, define-se padrões acerca das atitudes comportamentais e práticas em geral, que são capazes de, assim, gerar as desigualdades e diferenciações sociais.

Ridgeway e Smith-Lovin (1999) argumentam que gênero se integra a um sistema social, e incluso a esse sistema está o processo que difere homens e mulheres perante a sociedade. Melo (2005) assegura que gênero é um conceito designado para tratar a diferença vivenciada entre mulheres e homens tanto na vida econômica quanto social. A autora assegura que há fatores de gênero que incidem com pesos diferentes na vida das mulheres e dos homens. Em seu estudo, afirma que mulheres em condições sociais precárias carregam um peso consideravelmente maior. Dollar e Gatti (1999) afirmam que a desigualdade entre gêneros está presente principalmente em países em desenvolvimento, uma vez que, “nos países mais pobres, as mulheres são particularmente mal servidas em termos de educação, saúde ou direitos legais” (1999, p. 1, tradução nossa).

Santos (2008) argumenta que “a noção de gênero como uma divisão social realça a ideia de que as diferenças de gênero são predominantemente de origem social e estrutural, de modo que o homem, como uma categoria, possui mais poder social do que a mulher [...]” (p. 355). Considera, no entanto, que as relações sociais “[...] ao representarem desigualdades inscritas nas estruturas da sociedade, existem igualmente fora dos modos pelos quais as pessoas categorizam homem e mulher” (SANTOS, 2008, p. 355).

Teixeira (2010) menciona que para um ideal de sociedade é preciso que os indivíduos, independente do gênero, consigam desfrutar de modo igualitário de liberdade para o que diz respeito ao mercado de trabalho, propriedade e produção. O autor aponta que é grande o desafio de aumentar o grau de inclusão e igualdade frente a tamanha desigualdade de gênero no âmbito

social. Contudo, aponta que a igualdade não pode ser um princípio uniformizado que tende a sanar toda desigualdade. O autor considera que se deve reconhecer as preferências, os valores e os objetivos de cada ser, e reconhecer que cada um tem características pessoais, sejam habilidades físicas e mentais, condição de saúde, idade, raça, cultura e meio econômico que estão inseridos.

Branisa et al. (2014) expõem que a desigualdade de gênero é o resultado do comportamento humano, tais como normas e valores que orientam, influenciam e restringem como homens e mulheres devem interagir. Completando, Ridgeway e Smith-Lovin (1999) mencionam que a desigualdade entre gênero se distingue das demais, pois homens e mulheres interagem constantemente, e essa interação na sua maioria das vezes ocorre no contexto estrutural de papéis e funções.

Sen (2001) afirma que a desigualdade de gênero pode assumir formas diferenciadas, do qual é uma junção de problemas interligados e distintos e não um fenômeno homogêneo. O autor destaca diferentes tipos de disparidades, dentre elas, a profissional, a desigualdade ao acesso à educação e à saúde, a desigualdades de propriedade, a desigualdade de mortalidade e natalidade.

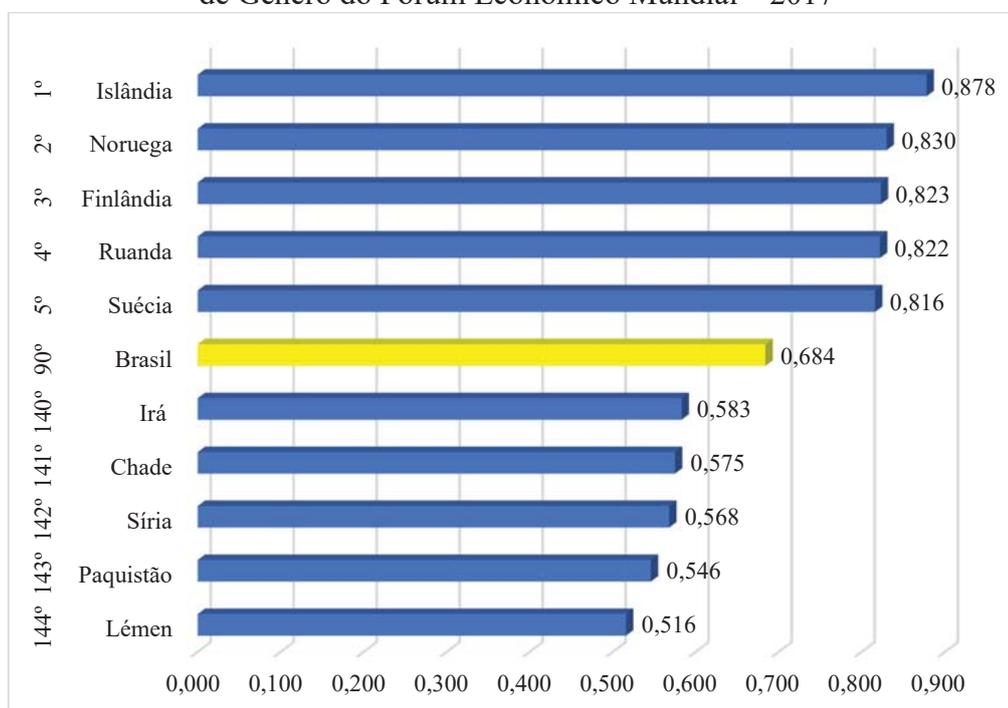
O Brasil, por sua vez, passa por um processo de redução da desigualdade de gênero. As conquistas femininas aconteceram de forma gradual e progressiva, principalmente nos setores da educação e no mercado de trabalho (ALVES; CAVENAGHI, 2012; BORTOLUZZO; MATAVELLI; MADALOZZO, 2016; MELO, 2005). Melo (2005) afirma que a redução da desigualdade de gênero possibilitou alterações na identidade feminina, redefinindo os papéis perante a sociedade. Menciona avanços em questões de escolaridade e participação no mercado de trabalho. Outra constatação é que há uma maior concentração de crianças em famílias pobres, e maior concentração de idosos em famílias ricas, de modo que “[...] se nasce mais na pobreza, mas se vive menos nelas” (MELO, 2005, p. 35).

Bortoluzzo, Matavelli e Madalozzo (2016, p. 186), em seu estudo, recomendam que para continuar o avanço da igualdade entre homens e mulheres no Brasil é preciso “[...] incentivar a formulação de políticas públicas que promovam a igualdade nos direitos de liberdade e de oportunidades entre elas e os homens [...]”. Para mensurar a desigualdade de gênero no mundo, diferentes indicadores foram criados. Bortoluzzo, Matavelli e Madalozzo (2016) referem que, em 1995, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) foi pioneiro ao elaborar os indicadores *Gender-related Development Index* (GDI) e o *Gender Empowerment Measure* (GEM). Mais tarde, para suprir as limitações dos indicadores GDI e GEM, foi incluso o *Gender Inequality Index* (GII), que abrange três diferentes dimensões:

atividade econômica, empoderamento e saúde reprodutiva. Ainda, apontam os indicadores ligados a aspectos institucionais, baseados em normas sociais e tradições, são o *Social Institutions and Gender Index* (SIGI) criado em 2009 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), e o *Women's Economic Opportunities Index* (WEOI), desenvolvido em 2010 pela *Economist Intelligence Unit* (EIU). Destacam que *The Global Gender Gap Index* (GGI), criado em 2006 pelo Fórum Econômico Mundial, é, atualmente, o índice mais utilizado para mensurar a desigualdade de gênero entre os países. “Este indicador contempla a desigualdade de gênero em quatro diferentes aspectos, sendo eles economia, política, educação e saúde, além de combinar dados quantitativos e qualitativos [...]” (BORTOLUZZO; MATAVELLI; MADALOZZO, 2016, p. 168).

No ranking geral do Relatório de Desigualdade Global de Gênero de 2017, apresentado no Fórum Econômico Mundial, o Brasil ocupa a 90ª posição em um total de 144 países (FÓRUM, 2017). Na Figura 1, num comparativo do Brasil com os cinco (5) primeiros países mais iguais do mundo e os cinco (5) países mais desiguais, evidencia-se a proximidade do Brasil com os países de comportamento desigual. Em termos gerais, a diferença na classificação é expressiva, quando se compara a Islândia (0,878), país classificado com a melhor equidade de gênero do mundo no agregado da participação econômica e oportunidade, atenção educacional, saúde e sobrevivência e empoderamento político, com o Líbano (0,516), país que ocupa o último lugar no ranking geral (FÓRUM, 2017).

Figura 1 – Ranking comparativo dos países selecionados do Relatório de Desigualdade Global de Gênero do Fórum Econômico Mundial – 2017



Fonte: Elaborado pela autora com base no Fórum Econômico Mundial (2017).

Representado pela Tabela 1, o Brasil atingiu 0.684 pontos, destacando-se negativamente, quando comparado com o ano de 2016, do qual o país atingiu a 79ª posição (FÓRUM, 2017).

Tabela 1 – Índice global de diferença de gênero, total e por categoria, Brasil – 2016, 2017

Brasil	Posição - 2017	Pontos	Posição - 2016	Pontos
Índice global de diferença de gênero	90º	0.684	79º	0.687
Participação econômica e oportunidade	83º	0.655	91º	0.640
Escolaridade	1º	1.000	42ª	0.998
Saúde e sobrevivência	1º	0.980	1ª	0.980
Empoderamento político	110º	0.101	86ª	0.132
Classificação	144		144	

Fonte: Dados obtidos em Fórum Econômico Mundial (2017).

Contudo, notória é a condição do país no ano de 2017, tornando-se um dos países mais igualitários em termos educacionais e assuntos relacionados à saúde e à sobrevivência. Porém, a diminuição considerável no indicador do empoderamento político influencia fortemente a queda na posição ocupada pelo Brasil no ranking geral (FÓRUM, 2017).

Complementando, segundo estimativa do Relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 2017, a redução da desigualdade de gênero em 25% até o ano de 2025, acrescentaria na economia global um montante de US\$ 5,8 trilhões. Para o Brasil, a diminuição de 25% da desigualdade de gênero até 2025 acarretaria num aumento de 3,3% do Produto Interno Bruto, além de adicionar R\$ 131 bilhões na receita tributária (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2017a, 2017b).

2.1.1 A desigualdade de gênero no âmbito educacional

Knowles, Lorgelly e Owen (2002) mencionam que as diferenças de gênero no âmbito educacional são um impedimento ao desenvolvimento econômico. Dollar e Gatti (1999) afirmam que em países em desenvolvimento é justo dizer que o status das mulheres é pobre, em comparação com países desenvolvidos. No geral, as meninas recebem menos educação que os meninos, há menos investimento na saúde, além de terem menos envolvimento na economia e menos poder político. Argumentam que há várias evidências que indicam, principalmente em países em desenvolvimento, que o investimento na educação feminina não é uma escolha simplesmente econômica. Complementam que, “em grande parte, a desigualdade de gênero na educação e em outras áreas pode ser explicada pela preferência religiosa e pelas características subjacentes às sociedades, como a extensão das liberdades civis (DOLLAR; GATTI, 1999, p. 2, tradução nossa).

Dollar e Gatti (1999) observam que em um modelo econômico de crescimento, a escolha de não educar meninas é uma distorção que pode levar a um crescimento mais lento e de acumulação menos eficiente. Os autores mencionam impactos na economia agrícola e industrial no sentido que

do ponto de vista do crescimento, pode ser que a desigualdade de gênero na educação seja uma distorção menor em níveis baixos de desenvolvimento (em grande parte sociedades agrícolas) e uma distorção mais significativa em níveis mais elevados (à medida que as sociedades se tornam mais industriais) (DOLLAR; GATTI, 1999, p. 3, tradução nossa).

Os autores acreditam que em uma economia agrícola familiar é provável que haja um retorno elevado ao ter um membro adulto alfabetizado. Neste caso, a preferência em educar os meninos ao invés de meninas seria uma distorção econômica menor. Na medida em que a economia se torna industrializada os autores argumentam que, devido à dependência de trabalho assalariado, a não educação das meninas tem um efeito negativo no crescimento econômico.

O estudo de Jacob (1996) traz outro ponto de relevância para a discussão sobre o âmbito educacional ao mencionar que a distância da escola costuma ser um fator determinante. A distância é frequentemente mais importante para as meninas do que para os meninos, principalmente em países com escolas de sexo único. O autor argumenta que, muitas vezes, os meninos têm mais oportunidades de ganhar dinheiro, abandonando a escola e direcionando-se diretamente ao mercado de trabalho, enquanto as meninas têm mais obrigações para ajudar nas tarefas domésticas. Além disso, Jacob (1996) analisa o acesso ao ensino superior entre gêneros e constata que, nesse caso, há três principais fatores que interferem na ascensão ao ensino e estes estão ligados a outras desigualdades como à desigualdade racial e de classe: “a) os detentores de posições menos prestigiosas na sociedade, (b) as minorias raciais e étnicas, e (c) os desempregados decorre em grande parte do fato de que eles não têm as credenciais educacionais – especialmente Universitários - dos grupos de maior sucesso socioeconômico” (1996, p. 160, tradução nossa).

Knowles, Lorgelly e Owen (2002) acreditam que a educação feminina e masculina afeta de maneiras diferenciadas os níveis de produção e crescimento. Os autores afirmam que a educação de ambos melhora a produtividade. Isso contribui direta e indiretamente na produção, investimento e capital do país, mas, mencionam que as taxas de participação feminina são consideravelmente inferiores àquela dos homens e variam amplamente entre os países, e a participação tende a aumentar com níveis de escolaridade mais altos.

Alves e Cavenaghi (2012) apontam que, no Brasil, a educação é uma área que apresentou grande avanço das mulheres. Existe uma desigualdade reversa, ou seja, as mulheres apresentam maiores taxas de escolaridade do que os homens. Se comparado entre 1992 até 2009 os homens aumentaram 44% ao acesso à educação. Já as mulheres atingiram 47% de aumento. Os autores comentam a importância desse dado “[...] pois as mulheres tiveram maiores dificuldades de acesso à escola na maior parte dos 500 primeiros anos da história do Brasil [...]” (2012, p. 92). Porém, ressaltam que a educação brasileira apresenta qualidade inferior se comparado com países no mesmo nível de desenvolvimento.

2.1.2 A desigualdade de gênero no mercado de trabalho e na renda

Alves e Cavenaghi (2012) ressaltam que “o desenvolvimento econômico e social de um país depende do pleno emprego dos insumos produtivos disponíveis e do crescimento da produtividade dos fatores de produção, especialmente das mulheres que são mais da metade da

população e possuem dificuldades para uma inserção de qualidade no mercado de trabalho” (2012, p. 92).

Foster (2005) exemplifica que, nos primeiros estágios da vida, a socialização do gênero tem impacto sobre os papéis domésticos das mulheres, e esse, por sua vez, acarreta negativamente na sua posição no mercado de trabalho, e na sua capacidade de poupar. Foster (2005, p. 8, tradução nossa) ressalta que geralmente as mulheres “[...] têm uma vida inteira de desvantagens múltiplas e interligadas”. E afirma que “[...] as mulheres fazem malabarismos em diferentes papéis em diferentes épocas como resposta à assistência à infância, ao trabalho, ao cuidado de adultos ou à vida doméstica [...]” (2005, p. 8, tradução nossa).

Santos (2008) menciona que a desigualdade de gênero na renda e no mercado de trabalho atinge praticamente todos os países do mundo. A desigualdade de rendimentos entre homens e mulheres, apontada pelo estudo do autor, revela a existência de elevada desigualdade no tratamento mesmo naqueles que se encontram na mesma situação social. De acordo com Dollar e Gatti, “é possível que a renda afete a desigualdade de gênero; que a desigualdade de gênero afete o crescimento e, portanto, a renda; ou ambos. Ou, pode ser simplesmente que fatores subjacentes comuns determinam renda e desigualdade de gênero (1999, p. 1, tradução nossa).

Foster (2005) relata que um dos determinantes no desenvolvimento da carreira profissional e salário entre homens e mulheres é a grande participação das mulheres no mercado de trabalho em expediente parcial. Shoon (2015) argumenta que as oportunidades profissionais para as mulheres passaram por grandes avanços. No entanto, o autor destaca que

as diferenças na situação das mulheres, especialmente sobre as escolhas de carreira, a divisão de responsabilidades domésticas, e diferenças no trabalho pago e não pago ainda estão enraizados na nossa sociedade e continuam a desempenhar um papel poderoso na formação do desenvolvimento de carreira de homens e mulheres (FOSTER, 2015, p. 160, tradução nossa).

No Brasil, Brusquini (1998) salienta que um fator que limita a disponibilidade das mulheres no mercado de trabalho é a necessidade de conciliar família e trabalho. A autora menciona que o trabalho depende de um conjunto de combinações como estado conjugal, presença de filhos, idade, escolaridade, além das características do grupo familiar, como a estrutura familiar e ciclo de vida. Brusquini (2007, p. 538) argumenta que a participação das mulheres no mercado de trabalho “[...] é marcada por progressos e atraso”. Primeiro a autora aponta “[...] a intensidade e a constância do aumento da participação feminina no mercado de trabalho, que tem ocorrido desde a metade dos anos 1970 [...]” assinalando um aumento em

“profissões de prestígio”. Em seguida, Brusquini (2007) aponta o predomínio das mulheres em trabalho informais e que apresentem precariedade. A autora justifica que as “[...] mudanças nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher alteraram a identidade feminina, cada vez mais voltada para o trabalho remunerado” (2007, p. 540-541). Ainda ressalta que há uma insistência em responsabilizar as mulheres aos afazeres domésticos. Complementa que “[...] as mulheres permanecem como as principais responsáveis pelas atividades domésticas e cuidados com os filhos e demais familiares, o que representa uma sobrecarga para aquelas que também realizam atividades econômicas” (BRUSQUINI, 2007, p. 542).

Madalozzo e Blofield (2017) demonstram, em seu estudo, a diferença de gênero no mercado de trabalho e a conciliação com o trabalho e a família. As autoras apontam que as mulheres, principalmente as que são mães, são as que mais são afetadas com a disparidade existente. Destacam que os “impactos do conflito trabalho-família são desproporcionais para as mães, cuja participação no mercado de trabalho sofre com a falta de acesso a alternativas com relação a creches e pré-escolas e direta discriminação por parte dos empregadores (2017, p. 2).

Alves e Cavenaghi (2012) destacam, contudo, que, nos últimos anos, há uma redução na taxa masculina de participação do mercado de trabalho brasileiro, que entre 1950 a 2009 passou de 80,8% para 72,3%, respectivamente. Já no caso das mulheres, houve um aumento na taxa feminina de participação do mercado de trabalho, que, no mesmo período, passou de 13,6% para 52,7%. Complementam, ainda, que esse aumento da participação feminina pode se dar devido à necessidade de aumento da renda familiar. Para os autores, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho não foi suficiente para acabar com os problemas de diferenciação salarial e segregação ocupacional: embora tenha diminuído o grau de participação em atividades informais ainda é elevado se comparado com o dos homens. De outra parte, como apontam os autores, mesmo que as mulheres estejam participando menos no mercado de trabalho são elas que detêm a maior cobertura da previdência social. Explicam que, se considerar apenas a aposentadoria os homens são a maioria, porém, as mulheres ultrapassam o ganho da previdência com as pensões. Os autores comentam que a política de previdência brasileira de certo modo é pró-mulheres, já que o sexo feminino contribui menos tempo que o sexo masculino.

2.1.3 A desigualdade de gênero no âmbito social

Na área da saúde, o conceito gênero de acordo com Barata,

[...] é utilizado para marcar características próprias aos comportamentos de grupos de sujeitos sociais e para estabelecer o contraste entre masculino e feminino, mas, principalmente, para focar as relações que se estabelecem entre masculino e feminino no âmbito social e que apresentam repercussões para o estado de saúde e para o acesso e utilização dos serviços de saúde (2009, p. 73).

A autora menciona que há uma relação entre sexo e gênero, do qual gênero adquire hierarquia maior na produção dos estados de saúde. Destaca que “[...] as desigualdades em saúde observadas entre homens e mulheres devem ser analisadas a partir dessa dupla determinação: as relações de gênero e as peculiaridades do sexo biológico” (BARATA, 2009, p. 75).

Barata (2009) afirma que a mortalidade é maior entre os homens em todas as faixas etárias na maioria das populações. Contudo, ressalta que essa realidade somente não está presente em sociedades em que há pouca assistência à gestação e ao parto e em culturas que praticam infanticídio feminino. Nesses casos, a mortalidade feminina é maior em determinadas faixas etárias. A autora argumenta que os fatores que determinam maior taxa de mortalidade masculina geralmente estão ligados à exposição a situações de risco ao longo da vida. Por exemplo, trabalhos insalubres, comportamentos nocivos à saúde, além de maior envolvimento em acidentes e ocorrências violentas.

Barata (2009) evidencia que a esperança de vida para as mulheres é superior à dos homens. Complementando, Alves e Cavenaghi (2012) apontam que o aumento de esperança de vida, tanto para homens quanto mulheres, favorecem o desenvolvimento social e econômico dos países. Os autores apontam o aumento da esperança de vida para ambos os sexos entre os anos 2000 até 2009. Contudo, as mulheres apresentaram esperança de vida de cerca de 7,5 anos a mais. Além disso, os autores demonstram que o Brasil é um dos países “mais femininos do mundo” (2012, p. 87). Alves e Cavenaghi (2012) ressaltam que o excesso de mulheres se concentra principalmente nas áreas urbanas. Ainda, notam que, em grande parte, a explicação pelas mortes masculinas serem superior às das mulheres se dá devido a acidentes de trânsito e casos de violência.

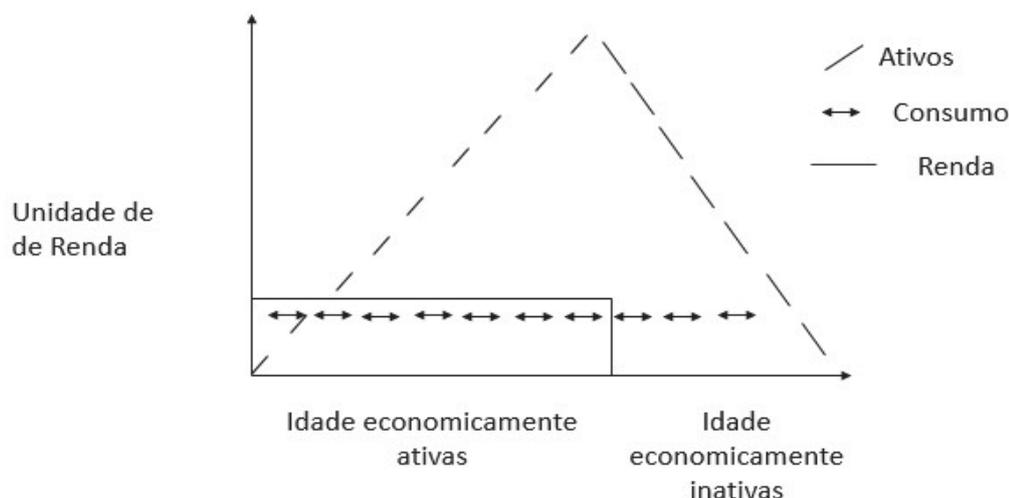
2.2 A TEORIA DO CICLO DE VIDA DE FRANCO MODIGLIANI

Franco Modigliani (1918-2003) foi um economista italiano, ganhador do prêmio Nobel de Economia em 1985, dedicou seus estudos a assuntos relacionados a poupança e mercado financeiro, foi o pioneiro a estabelecer as bases da Teoria do Ciclo de Vida. (NOBEL PRIZE, 2017).

Modigliani (1986) afirma que, além de Keynes, houve três contribuições fundamentais que serviram como fonte de inspiração para a elaboração para sua teoria. A primeira foi baseada nos estudos de Kuznets, do qual forneceu evidências de que a poupança não se modificou com muita intensidade em meados do século XIX, mesmo com o aumento da renda *per capita*. A segunda contribuição se deu a partir de Brady e Friedman, que juntamente com as análises de Kuznets demonstraram que a função de consumo familiar mudou à medida que a renda média aumentou, de tal modo que a taxa de poupança foi explicada pelo rendimento em relação ao rendimento global e não mais só pelo rendimento das famílias. Por fim, a terceira contribuição foi a análise imaginativa de Margaret Reid, com uma explicação diferenciada para a relação entre poupança e renda, argumentando que o consumo era controlado por rendimentos normais ou permanentes e não por rendimentos correntes.

A partir dessas fontes Modigliani constitui a Teoria do Ciclo de Vida, mostrando as necessidades e as variáveis que envolvem a vida das famílias a assuntos ligados à poupança, à renda e à acumulação. Modigliani (1986) reconhece que a vida das famílias é finita e a partir disso, centra-se nas variações de rendimento e necessidades que ocorrem ao longo da vida, como amadurecimento e aposentaria, além da mudança de tamanho das famílias, resultando, assim, em suposições sobre o ciclo de vida do agregado familiar. Estabelece que a renda é constante até a aposentadoria, momento em que a renda e a taxa de juros são iguais zero; a acumulação de ativos até a aposentadoria; e consumo constante ao longo da vida. A Figura 2 permite observar que devido ao período de aposentadoria seguir aquele de ganhos, a suavização do consumo leva a um trajeto de idade curvado para dentro no que diz respeito à exploração da riqueza.

Figura 2 – Teoria do Ciclo de Vida de Franco Modigliani



Fonte: Modigliani (1986).

De acordo com Modigliani (1988), mesmo na ausência de herança, o simples fato de a renda esgotar-se com a aposentadoria poderia gerar, para toda economia, uma riqueza consideravelmente grande. De acordo com o autor, assumindo-se um ciclo de vida estilizado para renda e consumo, manter a renda constante até a aposentadoria e o consumo igual ao longo da vida, em uma economia estacionária, implicaria em uma relação de riqueza para a renda que seria metade da duração da aposentadoria.

Complementando, Modigliani (1986) menciona que a renda média do trabalho está longe de ser constante e atinge seu pico aos 50 anos, e posteriormente cai de forma parcial, não chegando a atingir renda zero, mas cai de forma considerável aos 65 anos. Ainda, afirma que o consumo varia com idade, refletindo o tamanho da família, onde o consumo é suavizado. Outro ponto ressaltado é que se encontra uma taxa constante de poupança no grupo da faixa etária central, mas uma taxa bem menor em grupos de jovens e de idosos. O autor complementa que o montante de patrimônio líquido é acumulado até determinada idade em relação aos recursos de vida, e a poupança tende a diminuir com o número de crianças presentes no grupo familiar, e tende a aumentar quando essas não estão presentes.

Já no que diz respeito à duração do trabalho e aposentadoria, Modigliani (1986) descarta a possibilidade de a aposentadoria ser constante. Contudo, ele afirma que uma aposentadoria longa aumenta a riqueza e a taxa de poupança. Além disso, é possível que se uma economia for dotada de maior produtividade, conseqüentemente haverá maior renda e as famílias poderão optar por trabalhar menos anos. Porém, outra hipótese é que aumentar os anos trabalhados

aumenta em um ano a aposentadoria em termos de consumo. Entretanto, trabalhar mais é diminuir o tempo como aposentado. Por fim, outra descoberta é que a disponibilidade de uma previdência social faz com que indivíduo queira se aposentar antes.

Fazendo uma aplicação da teoria de Modigliani para o caso brasileiro, Neri, Carvalho e Nascimento (2000) justificam que poupar para a aposentadoria tem o intuito de manter o padrão de consumo estável ao longo da vida. Deixa-se usufruir de uma quantia de consumo durante a vida ativa para manter-se quando economicamente inativo. A capacidade de endividamento é outra possibilidade agregada à Teoria do Ciclo de Vida. Neri, Carvalho e Nascimento (2000) analisam que jovens que apresentam endividamento sinalizam, de certo modo, suavização do consumo e do bem-estar ao longo do ciclo da vida. Os autores comentam que, inicialmente, em termos das etapas do ciclo de vida, os indivíduos estão entrando no mercado de trabalho e, geralmente, suas rendas são baixas. Acreditando que terão evolução profissional tendem utilizar recursos futuros via endividamento, e assim suavizar o consumo e a renda.

No próximo capítulo, apresenta-se os procedimentos metodológicos adotados pelo estudo, para, assim, visualizar as análises dos resultados.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para elaboração do presente trabalho utilizou-se o método científico. Marconi e Lakatos (2003, p. 83) afirmam que a utilização do método científico não é de competência exclusiva da ciência, “[...], mas não há ciências sem o emprego de método científico”. Método, segundo os autores é o conjunto de atividades ordenadas e racionais com o propósito de alcançar um objetivo verdadeiro e válido, norteando o caminho a ser tomado, detectando possíveis erros e auxiliando nas tomadas de decisões. Prodanov e Freitas (2013, p. 24) veem o “[...] método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para atingirmos o conhecimento”.

Nesses termos, se evidencia a importância da elaboração de um trabalho com base metodológica científica, do qual possa ser confirmado e validado. Sendo assim, esse trabalho segue os processos metodológicos determinados: delineamento da pesquisa, modelo conceitual, categorias e variáveis de estudo e técnicas de obtenção e operacionalização dos dados.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

O enquadramento lógico adotado no estudo é de natureza aplicada. Prodanov e Freitas (2013) mencionam que a pesquisa aplicada tem objetivo de gerar conhecimento para, de forma prática, solucionar problemas determinados, o mesmo envolve verdades e interesses locais.

O método utilizado é o método dedutivo, que de acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 27) é o “[...] método que parte do geral e, a seguir, desce ao particular. A partir de princípios, leis ou teorias consideradas verdadeiras e indiscutíveis, prediz a ocorrência de casos particulares com base na lógica”. O estudo é caracterizado por uma pesquisa descritiva, na qual “[...] o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles. Visa a descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 52).

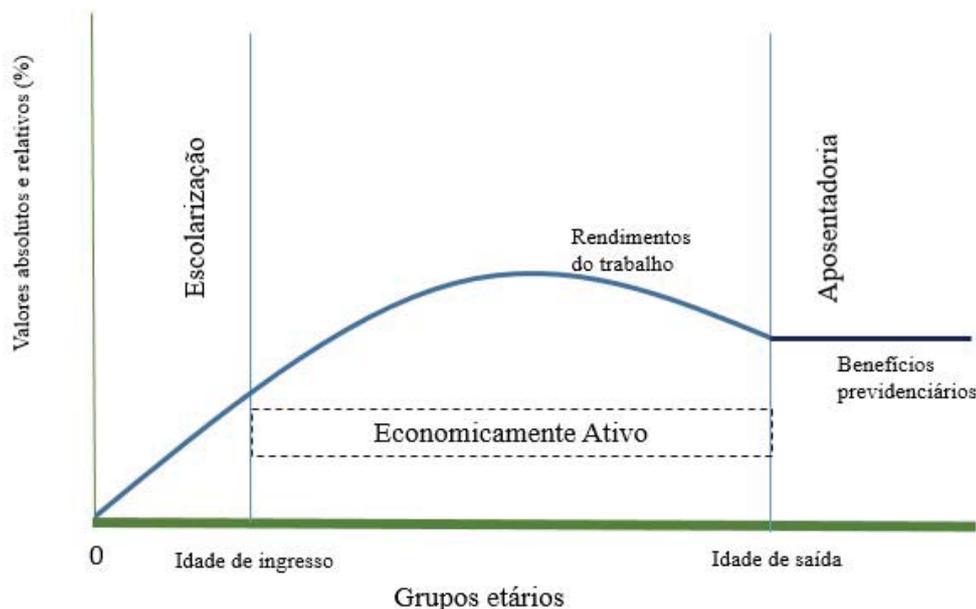
Ainda dentro do delineamento de pesquisa, a abordagem do estudo será quantitativa. Marconi e Lakatos (2003) descrevem que estudos quantitativos tem por objetivo a coleta de dados sistemáticos sobre programas, amostras e população, podendo utilizar diversas técnicas, como questionário, formulário, entrevista entre outros. Completando, Prodonov e Freitas (2013), complementam que a abordagem quantitativa requer o uso de técnicas estatísticas, traduzindo em números os conhecimentos gerados pelo pesquisador.

Como procedimento técnico, utiliza-se a pesquisa bibliográfica, que é elaborada a partir de matérias já publicados, constituído principalmente por livros, periódicos e artigos científicos (PRODANOV; FREITAS, 2013). Por sua vez, o levantamento será de dados secundários, que “[...] são dados disponíveis e que não foram coletados especificamente para o nosso trabalho em particular” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 102). A área de pesquisa tem ênfase na escolha intertemporal de agregados familiares; modelos de ciclo de vida e economia, que corresponde a classificação D91, educação e desigualdade, correspondente a I24 e economia do gênero que se enquadra no código J16 do *Journal of Economic Literature* (JEL).

3.2 MODELO CONCEITUAL, CATEGORIAS E VARIÁVEIS DE ESTUDO

A análise do curso da vida pode ser apreendida por meio das abordagens que tratam da teoria do ciclo da vida (*cycle life theory*). Nessa perspectiva, a principal referência disponível no campo da ciência econômica é a Teoria do Ciclo de Vida de Franco Modigliani. As variáveis principais de seu modelo são nível de consumo, nível da renda e poupança, durante as fases anterior, atual e posterior ao mercado de trabalho. São avaliados também, a questão dos ativos adquiridos, com vistas à obtenção de renda futura. Todavia, no presente trabalho, faz-se uma analogia ao modelo de Modigliani. Em lugar das variáveis consumo, poupança e ativos adquiridos, insere-se outras variáveis que são passíveis de levantamento e análise, quais sejam, educação, trabalho e renda, de forma a captar seus comportamentos em termos de gênero.

Figura 3 – Modelo conceitual adotado no estudo



Fonte: Primária (2017).

Busca-se analisar, pelo prisma da variável idade ou dos grupos etários (Figura 3), o comportamento de homens e mulheres desde o nascimento até o término do período de escolarização, o período em que eles são economicamente ativos (a partir da idade de ingresso), ou seja, estão inseridos no mercado de trabalho, com contrapartida em termos de rendimentos do trabalho e, por fim, o período de aposentadoria (idade de saída), em que os indivíduos deixam a condição de ativos para inativos no mercado de trabalho, período correspondente à aposentadoria, que depende dos benefícios previdenciários.

Como forma de operacionalizar o modelo conceitual adotado, o estudo apresenta como categorias de análise as Categorias de Base, Aspectos Demográficos Gerais, Educação, Trabalho e Renda e as subsequentes variáveis:

1. **Categorias de Base:** representam as variáveis que servem de base da análise dos resultados, considerando-se o prisma do ciclo de vida;
 - a) *Faixa etária:* O ciclo de vida está ancorado no tempo cronológico dos indivíduos em idades. Portanto, as avaliações realizadas terão como referência as faixas etárias determinadas metodologicamente no Censo Demográfico e na Pesquisa Nacional por Amostra e Domicílio;
 - b) *Gênero:* Variável de referência do estudo, que será avaliada em todas as demais categorias e variáveis do estudo;
 - c) *Região geoeconômica:* O país está dividido em 5 regiões geoeconômicas. Os dados serão apresentados seguindo a disponibilidade das fontes de referência. A maior parte

das estatísticas disponíveis está associada à Federação, portanto, ao Brasil como um todo. Busca-se, na medida do possível, contemplar as regiões: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

As variáveis relativas às categorias que seguem estão amparadas nos conceitos e definições adotados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

2. **Aspectos demográficos gerais:** compreende as variáveis associadas às dinâmicas populacionais:
 - a) *População residente:* A população residente foi composta pelos moradores presentes e ausentes, ou seja, pelas pessoas que tinham a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual e, na data da entrevista, estavam presentes ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data (IBGE, 2017);
 - b) *Expectativa de vida ao nascer:* número médio de anos que um recém-nascido esperaria viver se estivesse sujeito a uma lei de mortalidade (IBGE, 2017);
 - c) *Taxa de fecundidade total:* número médio de filhos que teria uma mulher até o final de seu período reprodutivo (IBGE, 2017);
3. **Educação:** Esta categoria está associada às variáveis relacionadas à fase anterior ao ingresso no mercado de trabalho;
 - a) *Taxa de escolarização:* percentagem dos estudantes (de um grupo etário) em relação ao total de pessoas (do mesmo grupo etário) (IBGE, 2017);
 - b) *Taxa de analfabetismo:* É a percentagem das pessoas analfabetas (de um grupo etário) em relação ao total das pessoas (do mesmo grupo etário). *Pessoa não alfabetizada:* aquela, que não sabe ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhece (IBGE, 2017);
 - c) *Nível de instrução:* Com relação ao nível de instrução, foram analisadas apenas as pessoas de 25 anos ou mais de idade, visando evitar que pessoas pertencentes a grupos etários que poderiam estar no processo regular de escolarização fossem consideradas. (IBGE, 2017);
 - d) *Taxa de frequência escolar bruta:* Proporção de pessoas de uma determinada faixa etária que frequenta escola ou creche. Cálculo: Razão entre o total de pessoas de determinada faixa etária frequentando a escola ou creche e o total de pessoas na mesma faixa etária (IBGE, 2017);
 - e) *Taxa de abandono escolar precoce:* Proporção de pessoas de 18 a 24 anos de idade que não haviam concluído o ensino médio e não estavam frequentando a escola.

Cálculo: Razão entre as pessoas de 18 a 24 anos que não estudam e não concluíram o ensino médio e o total de pessoas de 18 a 24 anos de idade (IBGE, 2017);

4. **Trabalho:** Categoria que reúne as variáveis relacionadas ao mercado de trabalho, em termos da atividade e ocupação;
 - a) *Nível de ocupação:* É o percentual de pessoas ocupadas (de um grupo etário) em relação ao total de pessoas (do mesmo grupo etário). *Pessoas ocupadas na semana de referência:* pessoas que tinham trabalho durante todo ou parte desse período. Incluíram-se, ainda, como ocupadas as pessoas que não exerceram o trabalho remunerado que tinham na semana de referência por motivo de férias, licença, greve, dentre outros (IBGE, 2017);
 - b) *Condição de atividade:* As pessoas foram classificadas, quanto à condição de atividade na semana de referência, em economicamente ativas e não economicamente ativas. *Pessoa economicamente ativa:* As pessoas economicamente ativas, na semana de referência, compuseram-se das pessoas ocupadas e desocupadas nesse período. *Pessoa não economicamente ativa:* Foram definidas como não economicamente ativas, na semana de referência, as pessoas que não foram classificadas como ocupadas nem desocupadas nesse período (IBGE, 2017);
 - c) *Contribuição para instituto de previdência:* pessoas que contribuíam para instituto de previdência, federal, estadual ou municipal no trabalho principal, no secundário e em pelo menos um dos demais trabalhos que tivessem na semana de referência (IBGE, 2017);
5. **Renda:** a categoria envolve variáveis relacionadas à renda, à distribuição de renda e aos rendimentos;
 - a) *Índice de Gini* - medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de zero (perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima) (IBGE, 2017);
 - b) *Rendimento médio de todas as fontes:* soma do rendimento mensal de todos os trabalhos com o rendimento proveniente de outras fontes dividido pelo total de pessoas de 10 anos ou mais de idade (IBGE, 2017);
 - c) *Pessoas sem rendimento:* são aquelas que declararam não ter rendimentos. Cálculo: Razão entre número de pessoas de 16 anos ou mais de idade nas categorias sem rendimento e o total de pessoas de 16 anos ou mais de idade. (IBGE, 2017);
 - d) *Rendimento médio das mulheres:* soma do rendimento mensal das mulheres dividido pelo total de mulheres. *Rendimento médio dos homens:* soma do rendimento mensal

dos homens dividido pelo total de homens. Cálculo: Razão entre o rendimento médio das mulheres e o rendimento médio dos homens. (IBGE, 2017).

3.3 TÉCNICAS DE OBTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DOS DADOS

Para a obtenção dos dados secundários recorreu-se ao banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Coletaram-se dados que possibilitaram analisar a evolução da desigualdade de gênero ao longo do ciclo de vida para a população residente no Brasil. O período selecionado para análise ficou compreendido entre os anos de 1991 e 2015. Ainda, na indisponibilidade de determinados dados serem apresentados de forma completa, particularmente, as definições de faixas etárias, opta-se por apresentá-los, a título de não deixar totalmente vago dados que possam ser de relevância.

Diante disso, os dados obtidos, foram dispostos e harmonizados de forma quantitativa. Realizando-se, basicamente, análise de estatística descritiva simples, com frequência absoluta e frequência relativa (%).

No próximo capítulo, apresentam-se os resultados e as discussões, a partir do modelo conceitual, das categorias e variáveis estabelecidos.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

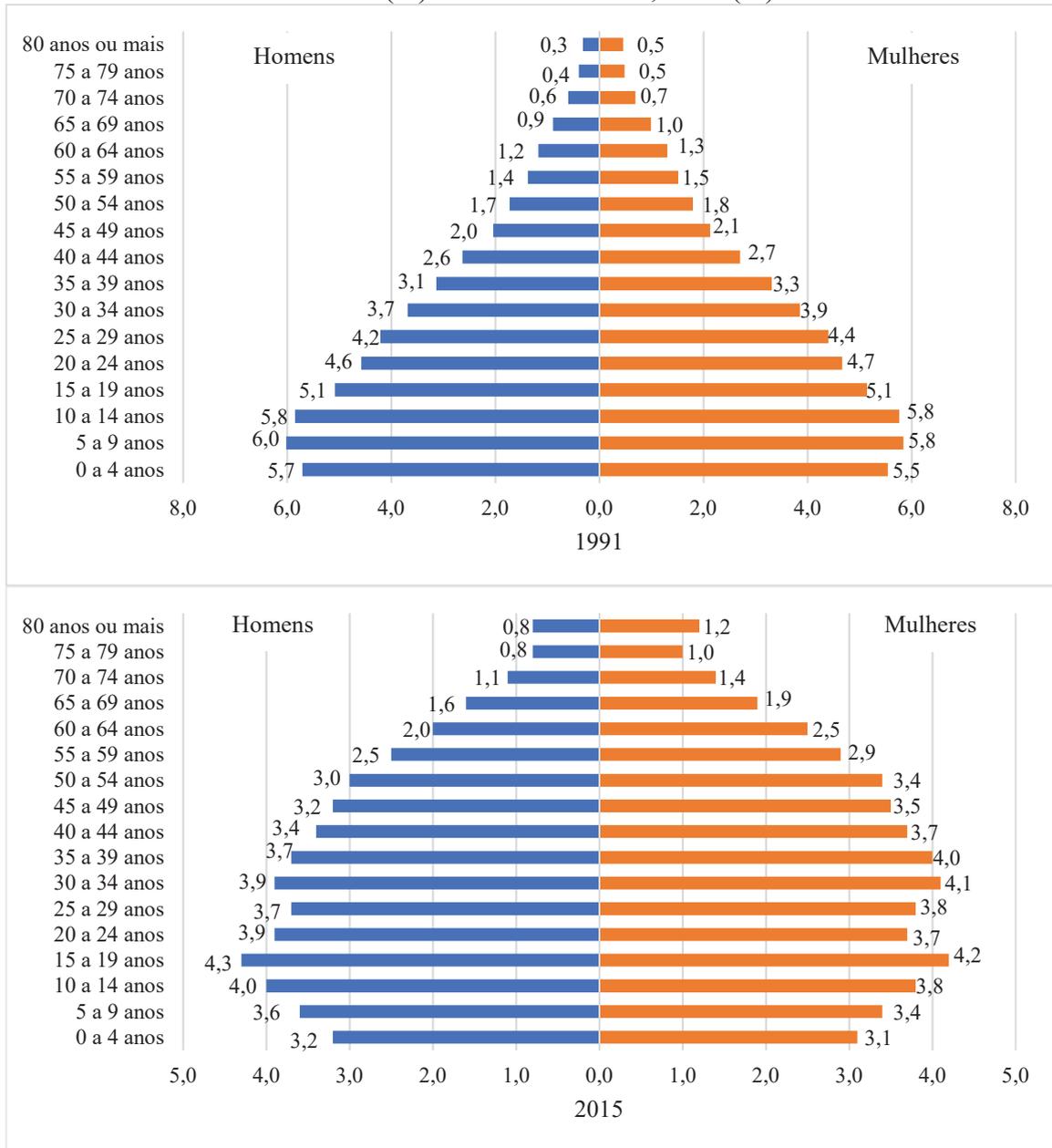
Baseado nos pressupostos estabelecidos pela metodologia empregada, neste capítulo, apresentam-se os resultados obtidos a partir do levantamento de dados secundários e a sua discussão. Integram as evidências das categorias aspectos demográficos gerais da desigualdade de gênero no curso da vida, a análise da desigualdade de gênero no âmbito educacional, a análise da desigualdade de gênero no mercado de trabalho e a análise da desigualdade de gênero na renda.

4.1 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS GERAIS DA DESIGUALDADE DE GÊNERO

A primeira análise refere-se aos aspectos demográficos gerais da desigualdade de gênero no curso de vida. Demonstra-se a distribuição populacional, a expectativa de vida ao nascer, a taxa de fecundidade total e a participação percentual da taxa de fecundidade, como forma de identificar a dinâmica demográfica e suas implicações em termos da desigualdade.

A distribuição percentual da população residente no Brasil, nos anos 1991 e 2015, é representada pela Figura 4. Primeiramente, observa-se que, no ano de 2015, as mulheres representavam maioria em termos populacionais, atingindo 51,5%, enquanto, os homens alcançaram 48,5%. Quando comparadas as pirâmides etárias da população brasileira dos anos de 1991 e 2015, evidencia-se que as mulheres foram maioria na população ao longo dos anos. Além disso, nota-se como a estrutura da pirâmide modificou-se com o passar do tempo. Em termos totais, a população com mais de 60 anos, tem apresentado ganhos expressivos em anos de vida, resultando em uma expansão no topo da pirâmide. Contudo, o sexo feminino exibiu os maiores percentuais. Evidencia-se, pelos dados de 2015, o aumento na proporção de pessoas com mais de 35 anos de idade, sendo que as mulheres apresentam proporção maior em todas as faixas a partir desta idade. Esse quadro representa a tendência já observada em países desenvolvidos, do envelhecimento populacional. A proporção de pessoas nas faixas de idade mais elevadas aumentou enquanto a proporção daquelas de menor idade, como as crianças, diminuiu. No período de 24 anos, por exemplo, a proporção de crianças de 0 a 4 anos de idade passou de 11,2% da população total para 6,3%, tendência semelhante ocorreu nas faixas de 5 a 10, de 11 a 14, de 15 a 20, de 20 a 24, 25 a 30 e 31 a 35 anos de idade.

Figura 4 – Distribuição da população residente, por sexo e grupos de idade, frequência relativa (%) – Brasil – de 1991, 2015 (%)



Fonte: Dados obtidos em IBGE, Censo Demográfico - 1991 e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2015 (2017).

Como previsto por Carvalho e Rodríguez-Wong (2008, p. 597), a “[...] profunda modificação da estrutura etária e rápido declínio do ritmo de crescimento populacional, serão consequências das transições, basicamente já definidas, da mortalidade e fecundidade do país”. A transição da estrutura etária brasileira mencionada pelos autores deu início nas classes e regiões mais favorecidas por volta do final da década de 1960, período em que a redução da fecundidade rapidamente generalizou-se, desencadeando, “[...] uma nova população quase-estável [...]” “[...] com perfil envelhecido e ritmo de crescimento baixíssimo, talvez negativo” (CARVALHO; RODRÍGUEZ-WONG, 2008, p. 598).

Antes disso, como argumentam Carvalho e Garcia, nas décadas de 1940 e 1950 “[...] a população brasileira apresentou-se como quase-estável, com distribuição etária praticamente constante. Era uma população extremamente jovem [...]” (2003, p. 728).

Carvalho e Rodríguez-Wong (2008) destacam, nesse sentido, que a diminuição da população de crianças e jovens, deverá possibilitar a obtenção de um maior retorno dos recursos que nelas serão investidos, caso do possível aumento dos gastos públicos *per capita* em educação. Os autores justificam ao fato de que “as crianças de hoje constituirão, nas próximas décadas, a força de trabalho que suportará as crescentes razões de dependência de idosos” (CARVALHO; RODRÍGUEZ, 2008, p. 604).

Quadro 1 – Expectativa de vida ao nascer, em anos de idade, por sexo – Brasil e Grandes Regiões – 1991, 2000, 2015

País e Regiões	1991		2000		2015	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Brasil	63,2	70,9	66,0	73,9	71,9	79,1
Norte	63,7	70,3	66,8	72,4	68,7	75,8
Nordeste	59,6	66,3	63,6	70,9	68,7	77,0
Sudeste	64,5	73,4	67,9	76,3	74,0	80,3
Sul	66,7	74,3	69,4	76,3	74,1	80,9
Centro-Oeste	65,2	72,0	68,4	75,3	71,6	78,4

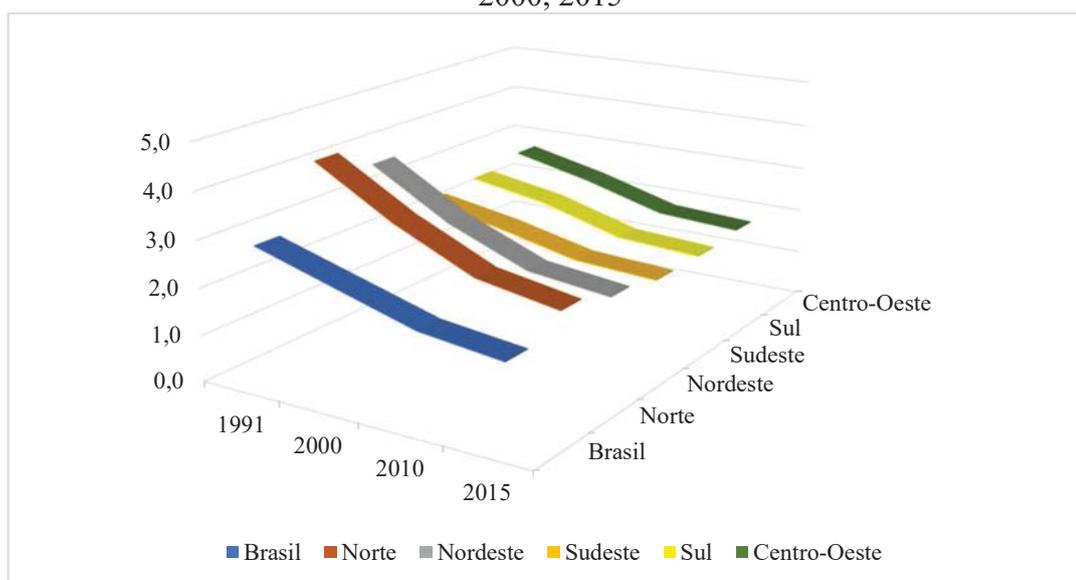
Fonte: Dados obtidos em IBGE (2017).

O Quadro 1 apresenta a expectativa de vida ao nascer de homens e mulheres para o Brasil e macrorregiões nos anos de 1991, 2000 e 2015. Em termos gerais, observa-se a continuidade no aumento dos anos de vida de ambos os sexos e em todas as regiões, sempre com as mulheres apresentando uma expectativa superior. De outra parte, observa-se que, mesmo com expectativa de vida maior para as mulheres, as regiões apresentam significativas diferenças, com as regiões Norte e Nordeste com valores menores, enquanto a região Sul, os valores maiores. No ano de 2015, a região Norte apresentou a menor expectativa de vida para ambos os sexos, 68,7 anos para os homens e 75,8 para as mulheres, enquanto a região Sul,

apresentou a maior, 74,1 anos para os homens e 80,9 anos para as mulheres. Em 2015, o Brasil como um todo apresentou a diferença na esperança de vida entre homens e mulheres de 7,2 anos a mais para as mulheres, sendo 71,9 anos para o sexo masculino e 79,1 para o sexo feminino.

Especificamente, o aumento da expectativa de vida da população brasileira é reflexo da melhoria nas condições da saúde (BEZERRA; ALMEIDA; NÓBREGA-TERRIEN, 2012). Contudo, conforme anteriormente mencionado na revisão de literatura, os fatores que aumentam a diferença na expectativa de vida entre homens e mulheres, estão ligados à exposição masculina a maiores situações de risco, como, por exemplo, trabalhos insalubres, maior envolvimento em acidentes, maior participação em ocorrências violentas e comportamentos que são nocivos à saúde (BARATA, 2009).

Figura 5 – Taxa de fecundidade total, filhos por mulher – Brasil e Grandes Regiões – 1991, 2000, 2010, 2015



Fonte: Dados obtidos em IBGE (2017).

A taxa de fecundidade brasileira e das macrorregiões, visualizada na Figura 5, é registrada por quedas. Nota-se que em 1991 a taxa de fecundidade brasileira atingia 2,9 filhos por mulher, já em 2015, esse indicador caiu para 1,7. As regiões Norte e Nordeste, em 1991, apresentavam respectivamente 4,2 e 3,7 filhos por mulher. No ano de 2015, as taxas de fecundidade dessas regiões caíram significativamente, sendo, 2,1 para a região Norte e 1,8 para o Nordeste. Ainda, a região Centro-Oeste, em 1991, apresentava 2,7 filhos por mulher, já em 2015, 1,7 filhos por mulher. Sul e Sudeste são as regiões que se destacaram pelas menores taxas de fecundidade, sendo, em 1991, 2,5 e 2,4, respectivamente. Em 2015, as duas regiões apresentaram taxas iguais, 1,6 filhos por mulher, abaixo da média brasileira.

Conforme mencionado por Berquó e Cavenachi (2006, p. 11), “Os níveis de fecundidade de um país fazem parte de um elenco de indicadores que orientam os formuladores de políticas públicas [...]”. Isso devido às implicações que esse fenômeno “[...] têm na redução do volume da população e no seu envelhecimento. Por outro lado, regimes de alta fecundidade podem indicar falta de acesso da população a informações e serviços de saúde reprodutiva” (BERQUÓ; CARVENACHI, 2006, p. 11). Em seu estudo mais recente, Berquó e Cavenachi (2014) comentam que, embora a diminuição da fecundidade direcione os grupos socioeconômicos a um ponto comum, ainda é elevada a diferenciação na taxa de fecundidade entre mulheres pertencentes a classes distintas. Carvalho e Brito (2005) argumentam que a população feminina mais pobre padece de informações e acesso aos serviços públicos de saúde, conseqüentemente, “[...] contribuindo, decisivamente, para privar parte das mulheres de sua cidadania plena” (2005, p. 352). Do mesmo modo, as mulheres que são mães apresentam persistentes obstáculos e limitações na inserção do mercado de trabalho (MADALOZZO; BLOFIELD, 2017).

Quadro 2 – Taxa de fecundidade por grupo etário na fecundidade total, frequência relativa (%) – Brasil e Grandes Regiões – 2004, 2015

País e Regiões	2004				2015			
	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	Total	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	Total
Brasil	18,4	28,4	24,1	70,9	17,3	26,2	23,9	67,4
Norte	21,7	31,1	22,6	75,4	21,7	29,8	23,5	75,0
Nordeste	19,0	29,3	23,4	71,7	19,1	27,8	23,8	70,7
Sudeste	16,5	27,0	25,2	68,7	15,0	24,6	24,2	63,8
Sul	16,8	26,1	24,7	67,6	15,1	23,9	23,9	62,9
Centro-Oeste	21,0	30,9	23,8	75,7	17,4	26,4	24,6	68,4

Fonte: Dados obtidos em IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (2017).

A participação percentual da taxa de fecundidade para as mulheres de 15 a 29 anos é representada pelo Quadro 2. Nota-se que no Brasil, em 2015, 67,4% da taxa de fecundidade se concentrava entre mulheres com 15 a 29 anos. A faixa etária de 20 a 24 anos apresentou o maior percentual, atingindo 26,2%. Entre as regiões, a Norte é detentora da maior taxa de fecundidade para as faixas selecionadas, exibindo 75,0%. Por sua vez, a região Sul, apresentou o menor percentual, representando 62,9%. No ano de 2015, em comparativo com o ano de 2004, é válido apontar a queda de 3,5 pontos percentuais na soma total das faixas etárias de 15 a 29 anos. Em todas as regiões observa-se a diminuição nas taxas de fecundidade das mulheres pertencentes a faixa etária de 20 a 24 anos.

Os dados relativos aos aspectos demográficos gerais apresentados apontam avanços positivos para ambos os sexos. A dinâmica demográfica indica um processo de envelhecimento

populacional com características de feminização da velhice. A redução da taxa de fecundidade, ainda que de forma dispar regionalmente, acena para melhores condições de as mulheres participarem de forma plena na esfera social, principalmente no que diz respeito ao mercado de trabalho.

4.2 ANÁLISE DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NO ÂMBITO EDUCACIONAL

A segunda análise contempla dados que demonstram a desigualdade de gênero no âmbito educacional. Apresenta-se a taxa de escolarização, o percentual de pessoas não estudantes, a taxa de analfabetismo, o nível de instrução dos indivíduos, a taxa de frequência escolar bruta e a taxa de abandono escolar precoce.

Tabela 2 – Taxa de escolarização das pessoas de 5 a 17 anos de idade, frequência relativa (%) por grupos de idade e sexo – Brasil – 1992, 2002, 2015

Faixa etária	1992		2002		2015	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
5 a 6 anos	52,9	54,9	76,1	78,3	94,2	95,5
7 a 9 anos	86,6	88,4	97,0	97,3	99,3	99,4
10 a 14 anos	84,9	87,2	96,4	97,2	98,3	98,7
15 a 17 anos	56,8	62,5	81,3	81,7	84,6	85,6

Fonte: Dados obtidos em IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (2017).

No Brasil, a taxa de escolarização avançou positivamente ao longo dos anos, para ambos os sexos (Tabela 2). Destaca-se que as faixas etárias de 5 a 6 e 15 a 17 anos apresentaram mudanças significativas em seus percentuais. Em 1992, para a idade de 5 a 6 anos, os homens representavam 52,9% e as mulheres 54,9%, enquanto em 2015, 94,2% e 95,5%, respectivamente. Já na faixa etária de 15 a 17 anos, em 1992, os homens atingiram 56,8% e as mulheres 62,5%; no ano de 2015, o sexo masculino representava 84,6% e o sexo feminino, 85,6%. Novamente observa-se que a taxa de escolarização das mulheres é superior àquela dos homens, em todas as faixas etárias apresentadas. Meinerz e Caregnato (2011, p. 58) mencionam que “[...] o acesso à escola pública e gratuita está praticamente consolidado [...]”. Contudo, “[...] a permanência e a conclusão da escolarização com o nível de exigência e de qualidade desejada ainda é tema que instiga” (MEINERZ; CAREGNATO, 2011, p.58). Complementam que é de pouco sentido o acesso amplo a escolarização se essa não for capaz de construir possibilidade que “[...] permita avanços na compreensão de mundo e nas possibilidades concretas para os

indivíduos na sociedade em outros níveis educacionais e no mundo do trabalho” (MEINERZ; CAREGNATO, 2011, p. 58).

Tabela 3 – Pessoas que não eram estudantes na população de 5 a 17 anos de idade, frequência relativa (%) – Brasil – 1992, 2002, 2015

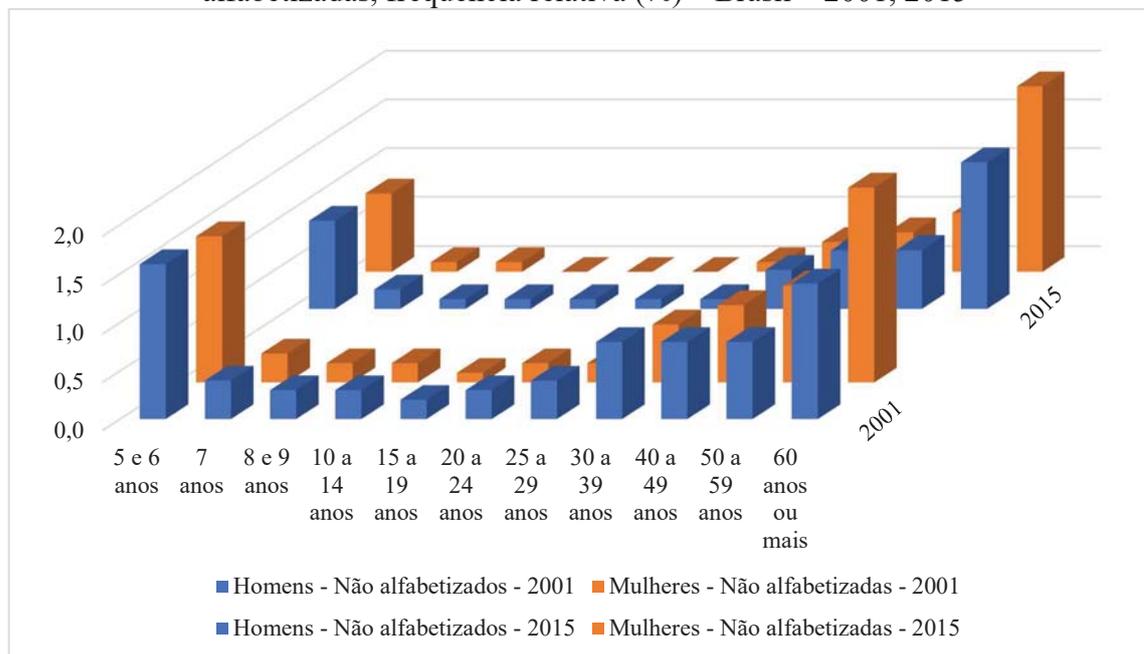
Faixa etária	1992		2002		2015	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
5 a 6 anos	47,1	45,1	23,9	21,7	5,8	4,5
7 a 9 anos	13,4	11,6	2,9	2,7	0,7	0,6
10 a 14 anos	15,1	12,8	3,6	2,8	1,7	1,3
15 a 17 anos	43,2	37,5	18,7	18,3	15,4	14,4

Fonte: Dados obtidos em IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (2017).

A Tabela 3 apresenta o percentual de pessoas que não eram estudantes para os anos 1992, 2002 e 2015. No geral, visualiza-se uma melhora considerável nos percentuais de indivíduos não estudantes ao longo dos anos e em todas as faixas etárias. Ainda, observa-se que os homens são a maioria no percentual de pessoas não estudantes nos anos selecionados. Em 1992, a faixa etária de 5 a 6 anos, destaca-se devido a maior concentração de pessoas não estudantes, sendo, 47,7% para o sexo masculino e 45,1% para o sexo feminino. Contudo, quando comparado ao ano de 2015, nota-se que a faixa etária com maior concentração de pessoas não estudantes, alterou-se para a faixa de 15 a 17 anos, atingindo, respectivamente, 15,4% e 14,4%.

O percentual de pessoas não alfabetizadas para o Brasil nos anos 2001 e 2015 é representado pela Figura 6. Com os dados é possível observar a mudança significativa no perfil da alfabetização da população, sobretudo em função de mudanças institucionais. A população mais jovem tem acessado à oportunidade de alfabetização, situação não garantida para a população de mais idade a sua época. Ainda, é possível observar que o acesso era maior aos homens em relação às mulheres.

Figura 6 – Pessoas de 5 anos ou mais de idade, por sexo e por grupos de idade, não alfabetizadas, frequência relativa (%) – Brasil – 2001, 2015



Fonte: Dados obtidos em Sidra – Sistema IBGE de Recuperação Automática - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2017).

Evidencia-se que tanto para o ano de 2001 quanto para 2015, nas faixas etárias de 5 e 6, 7, 10 a 14, 15 a 19, 20 a 24 e 30 a 39 anos, o sexo masculino apresentou percentuais superiores de não alfabetização se comparados com aqueles do sexo feminino. Já no ano de 2015 e faixas etárias 8 e 9, 25 a 29 e 50 a 59 anos, a proporção de pessoas não alfabetizadas é praticamente igual para ambos os sexos. Contudo, quando analisada a faixa etária de 60 anos ou mais, para os dois períodos analisados, as mulheres atingiram níveis de analfabetismo superior aquele dos homens. Nota-se: em 2001, 1,4% para os homens e 2,0% para as mulheres; em 2015, 1,5% para os homens e 1,9% para as mulheres. Assim, como descrito na revisão de literatura, as mulheres em países em desenvolvimento acabaram responsabilizando-se pelas atividades domésticas das famílias, abandonando por muitas vezes os estudos. No geral, nota-se que no ano de 2001, 14,4% da população em ambos os sexos se identificavam como não alfabetizadas, do qual, 7,3% eram homens e 7,1% mulheres. Já no ano de 2015, esse percentual total diminuiu para 9,0%, sendo, 4,7% para os homens e 4,3% para as mulheres. Portanto, é evidente que o maior percentual de indivíduos não alfabetizados para os anos selecionados é representado pelo sexo masculino.

Em relação ao comportamento nas regiões (Anexo A), a Nordeste, destaca-se pelo elevado percentual de pessoas não alfabetizadas em ambos os sexos e ambos os anos; em 2001, os homens representavam 13,7% e as mulheres 12,2%; já em 2015, os homens atingiram 8,8%

e as mulheres 7,8%. As regiões que apresentaram menores índices de analfabetismo no ano de 2015, foram as regiões Sul e Sudeste, em ambas o sexo masculino apresentou melhores percentuais. Nota-se, que na região Sudeste os homens representavam 2,3%, enquanto, as mulheres atingiram 2,8%. Já na região Sul, 2,4% dos homens e 2,7% das mulheres. Aproveita-se para ressaltar que, no ano de 2015, na faixa etária de pessoas com 60 anos ou mais, na região Norte, os homens e mulheres apresentaram percentuais iguais de analfabetismo (1,7%). Contudo, nos demais anos e regiões as mulheres apresentaram resultados piores, exibindo valores superiores dos homens.

O Quadro 3 apresenta a distribuição de pessoas com 25 anos ou mais por nível de instrução. Esse é um dado que não contempla faixas etárias específicas, porém, opta-se por apresentá-lo, a título de observação. Nota-se avanços significativos no nível de instrução das pessoas, quando comparado o ano de 2015 com o de 2001.

Quadro 3 – Distribuição das pessoas de 25 anos ou mais de idade, por nível de instrução e sexo, frequência relativa (%) – Brasil – 2001, 2015

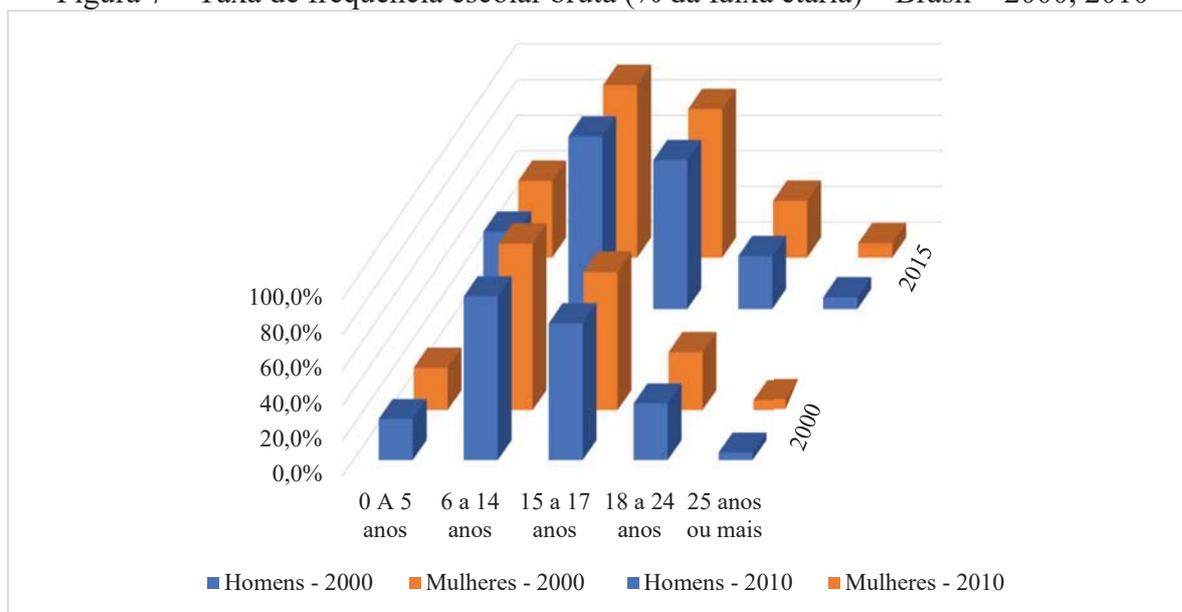
Ano	Gênero	Sem instrução	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior incompleto	Superior completo	Não determinados e sem declaração
2001	Feminino	17,4	43,9	8,5	3,5	16,2	2,4	7,5	0,6
	Masculino	17,3	45,2	9,0	3,7	14,8	2,5	7,0	0,5
2015	Feminino	10,7	29,9	9,2	3,9	27,0	3,8	15,2	0,2
	Masculino	11,2	32,2	10,1	4,3	26,1	3,9	12,0	0,1

Fonte: Dados obtidos em IBGE, Pesquisa Nacional de Amostra e Domicílio (2017).

Nota-se que no ano de 2001 as mulheres atingiram 17,4% na categoria sem instrução, enquanto os homens apresentaram 17,3%, sendo consideravelmente mínima a diferença. Visualiza-se, que para ambos os sexos, em 2001, a maior concentração de percentual estava na categoria ensino fundamental incompleto, do qual as mulheres representavam 43,9% e os homens 45,2%. No que diz respeito ao ensino médio e superior completo, no ano de 2001, as mulheres apresentaram melhores percentuais, sendo 16,2% na categoria ensino médio completo e 14,8% para os homens. No ensino superior completo, no mesmo ano, as mulheres atingiram 7,5% e os homens 7,0%. Para o ano de 2015 as mulheres representaram 10,7% sem instrução e os homens 11,2%. Ainda, para ambos os sexos, a maior concentração, assim como 2001, é a categoria fundamental incompleto, sendo, 29,9% mulheres e 32,2% homens. No ensino médio

completo, o sexo feminino representa 27,9% enquanto os homens 26,1%. O maior percentual no ensino superior completo, é devido às mulheres, sendo 15,2%, contra 12,0% para os homens. Em termos gerais, o grau de escolarização das mulheres é superior ao grau de escolarização dos homens.

Figura 7 – Taxa de frequência escolar bruta (% da faixa etária) – Brasil – 2000, 2010



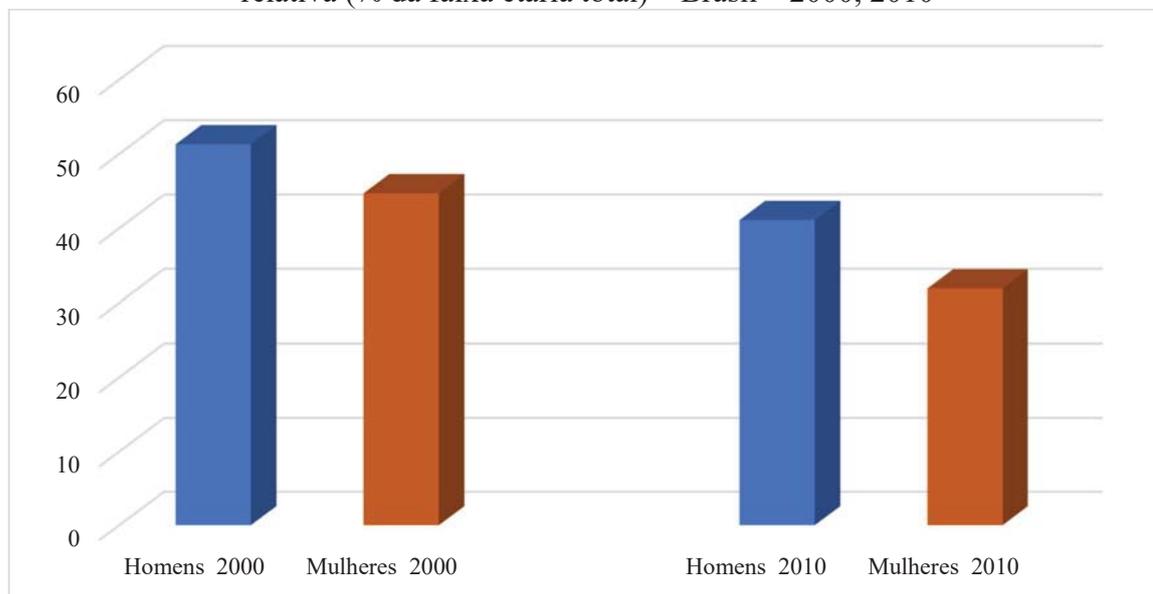
Fonte: Dados obtidos em IBGE, Censo Demográfico (2017).

Pela Figura 7 é possível visualizar que o sexo feminino é detentor dos maiores percentuais na taxa de frequência escolar bruta do Brasil, tanto para os anos de 2000 quanto para 2010. Quando comparados os dois períodos, a faixa etária de 0 a 5 anos, para ambos os sexos, é notório o avanço positivo de 19,0% na taxa de frequência escolar feminina e 19,6% na frequência escolar masculina. Ainda, para ambos os sexos e ambos os anos, as faixas etárias de 5 a 14 e 15 a 17 anos apresentaram maiores taxas de frequência escolar. Em 2000, na faixa de 5 a 14, o percentual representado pelos homens era de 92,7% e 93,5% pelas mulheres. Já na faixa de 15 a 17 no mesmo ano, 77,6% era representado pelos homens e 77,8% pelas mulheres. No ano de 2010, na faixa de 5 a 14 anos, a taxa de frequência masculina foi de 96,5% e a feminina de 96,9%. Por sua vez, a faixa de 15 a 17 anos, apresentou aumento de 5,6%, para ambos os sexos.

Na taxa de frequência escolar bruta para todas as regiões (Anexo B) o sexo feminino se destaca, apresentando maiores taxas de frequência escolar. A região Norte, em ambos os anos, apresentou menores percentuais. Contudo, a região Nordeste, no ano de 2000, exibiu os

melhores percentuais na taxa de frequência escolar. No ano de 2010, a região Sudeste, se sobressaiu com taxas mais elevadas.

Figura 8 – Taxa de abandono escolar precoce de pessoas com 18 a 24 anos, frequência relativa (% da faixa etária total) – Brasil – 2000, 2010



Fonte: Dados obtidos em IBGE, Censo Demográfico (2017).

A taxa de abandono escolar brasileira de pessoas com 18 a 24 anos, ao longo dos anos selecionados, apresentou queda de 10,2 pontos percentuais para o sexo masculino e 12,8 pontos percentuais para o sexo feminino. No geral, as mulheres apresentaram menor abandono escolar. No ano de 2000, 51,3% dos homens abandonavam o ensino, enquanto as mulheres representavam 44,7%. Já em 2010, os homens atingiram 41,1% de abandono e as mulheres 31,9%.

Para as regiões (Anexo C), no ano de 2000, a região Norte exibiu a maior taxa de abandono escolar, para ambos os sexos, sendo, 56,4% dos homens e 50,6% das mulheres. Em contrapartida, em 2000, o Sudeste apresentou as menores taxas de abandono tanto para o sexo masculino (47,3%) quanto para o feminino (41,0%). Contudo, em 2010, a região com maior taxa de abandono escolar para o sexo masculino foi a Nordeste, representando 45,8%; já para o sexo feminino, a região Norte destacou-se pela maior taxa de abandono, 37,0%. Por sua vez, a região Sudeste, apresentou as menores taxas de abandono para ambos os sexos, sendo, 37,3% para os homens e 28,5% para as mulheres. A região Centro-Oeste, em 2010, apresentou taxa de 40,9% para o sexo masculino e 30,3% para o sexo feminino. Vale ressaltar que o abandono escolar dos jovens está associado muitas vezes com à exigência de inserção no mercado de

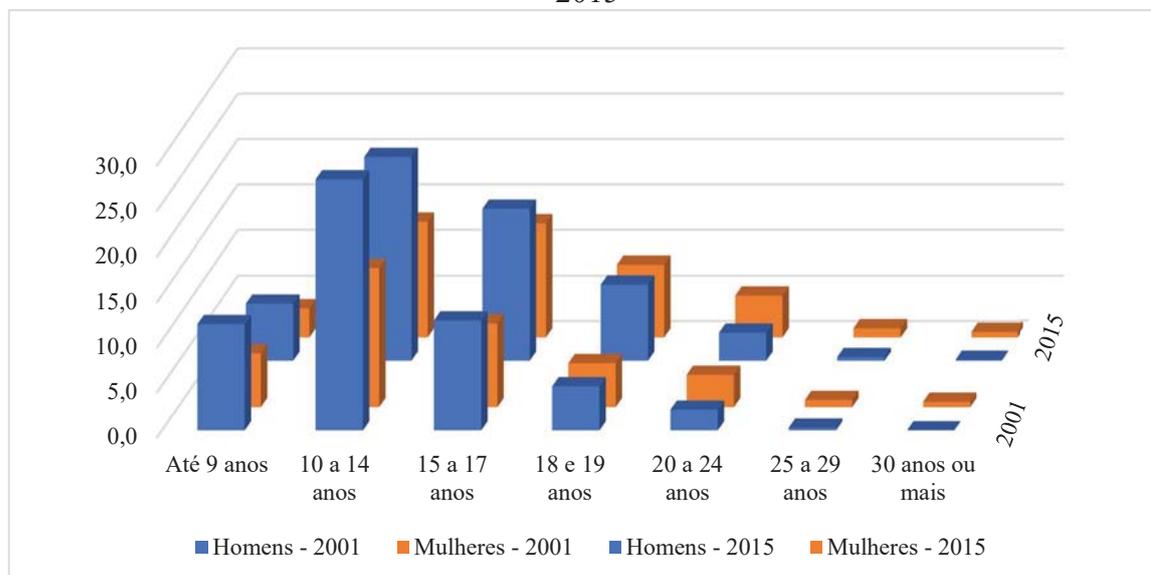
trabalho, a dificuldade em conciliar estudo e trabalho, a falta de recursos financeiros e até mesmo o próprio desinteresse dos jovens e familiares (NERI, 2009).

Em termos gerais, conforme apresentado pelas análises acima é possível identificar que o Brasil ao longo dos anos evoluiu em termos educacionais. Ainda, observa-se que o sexo feminino se sobressaiu em termos da inserção, da participação e da permanência masculina no âmbito educacional. Nota-se que as mulheres estão se alfabetizando mais, frequentando mais, abandonado menos e se especializando mais. Sendo assim, as mulheres são detentoras da maior parcela de participação educacional. Desse modo, como citado por Alves e Cavenaghi (2012) anteriormente, confirma-se que o setor educacional é a área social brasileira no qual as mulheres se destacam positivamente, apresentando taxas superiores daquelas masculinas, do qual, os autores chamam de desigualdade reversa. Contudo, a inserção no mercado de trabalho ainda está aquém da masculina.

4.3 ANÁLISE DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO

A terceira análise refere-se ao mercado de trabalho, incluindo a idade em que os indivíduos se inserem no mercado de trabalho, o nível de ocupação dos indivíduos, o número de anos de estudo das pessoas ocupadas, a carga horária trabalhada semanalmente, a condição de atividade, as categorias de empregos e a posição ocupada no trabalho principal.

Figura 9 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo e grupos de idade com que começaram a trabalhar, frequência relativa (%) – Brasil – 2001, 2015

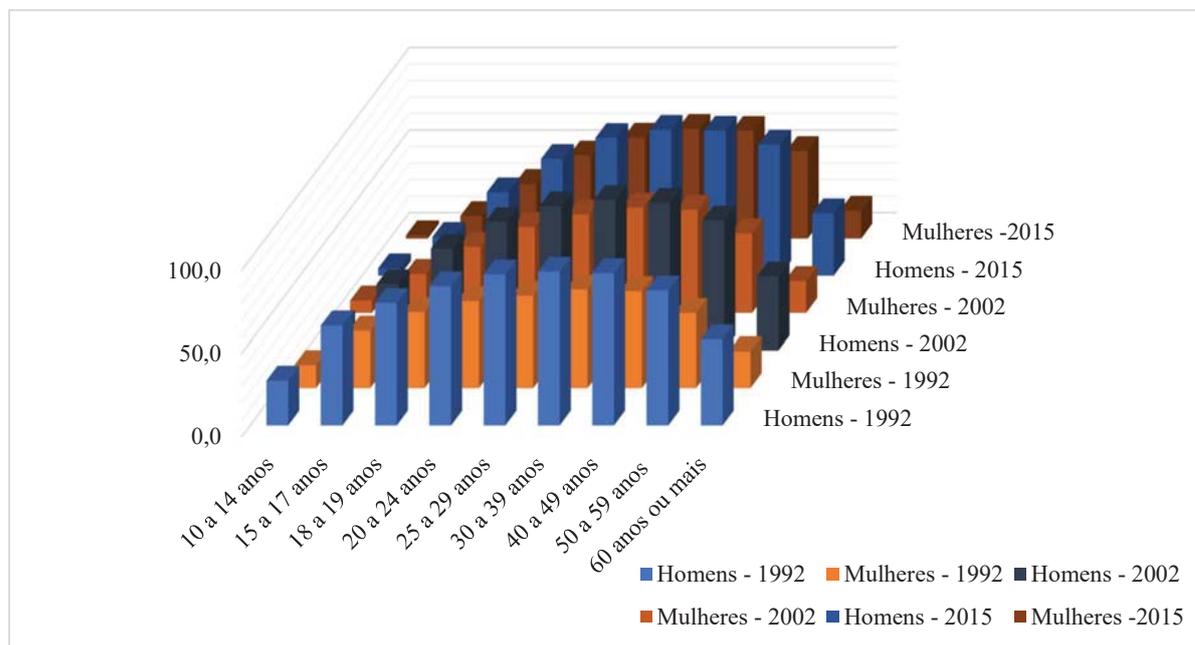


Fonte: Dados obtidos em Sidra – Sistema IBGE de Recuperação Automática - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2017).

No que diz respeito à idade com que os indivíduos se inserem no mercado de trabalho, a Figura 9 apresenta a comparação dos anos de 2001 e 2015. Em termos gerais, é evidente que a inserção no mercado de trabalho acontece antes para o sexo masculino. Observa-se que tanto para o sexo masculino quanto para o sexo feminino a faixa de maior frequência para o início da atividade foi de 10 a 14 anos, seguida pela de 15 a 17 anos de idade. No ano de 2015, mesmo apresentando uma diminuição no percentual, a faixa de 10 a 14 anos detém a maior concentração de indivíduos se inserindo no mercado de trabalho, sendo, 22,4% dos homens e 12,7% das mulheres. Outro indicador relevante é o alto percentual de inserção masculina no ano na faixa etária até 9 anos, atingindo 11,8%, em 2001, ampliando o saldo do trabalho infantil; no ano de 2015, esse percentual caiu para 6,3%, mas deve ser visto com ressalvas, considerando-se a importância de combater tal realidade. As meninas apresentam menor proporção, reduziram participação de 6,0% para 3,2%, no período. Como era esperado, é baixo percentual de inserção no mercado de trabalho após os 30 anos, representando e, 2015, 0,1% dos homens e 0,6% das mulheres.

Nas macrorregiões (Anexo D), observa-se que a região Nordeste no ano de 2001 destaca-se das demais, devido ao alto índice de indivíduos do sexo masculino inseridos no mercado de trabalho com idade de até 9 anos, atingindo 14,9%. Já para o sexo feminino esta faixa etária destaca-se para a região Sul, com percentual de 8,0%. No ano de 2015 há uma queda expressiva nos percentuais de indivíduos inseridos no mercado de trabalho com idade de até 9 anos, para ambos os sexos e regiões. A região com maior percentual naquele ano é representada pelo Centro-Oeste, 7,7% do sexo masculino; já o sexo feminino, apresenta índices iguais em 3 regiões: Sul, Nordeste e Centro-Oeste, 3,8%.

Figura 10 – Nível da ocupação, na semana de referência, das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por grupos de idade e sexo, frequência relativa (%) – Brasil – 1992, 2002, 2015



Fonte: Dados obtidos em IBGE, Pesquisa Nacional de Amostra e Domicílio (2017).

A Figura 10, permite observar o nível de ocupação entre homens e mulheres no Brasil ao nos anos 1992, 2002 e 2015. Identifica-se um processo de postergação de ingresso no mercado de trabalho, tanto de homens quanto para as mulheres, assim como um prolongamento na idade de atividade, sobretudo na faixa entre 50 e 59 anos. Houve um aumento na taxa de ocupação feminina nos períodos subsequentes a 1992, todavia, a participação é inferior àquela masculina. Em termos gerais, é visível que a maior parcela de pessoas ocupadas é representada pelo grupo masculino. Em relação às faixas etárias mais baixas, nota-se quedas expressivas no nível de ocupação dos indivíduos na faixa de 10 a 14 anos¹, para o sexo masculino de 26,9%, em 1992, para 4,5% em 2015; para o sexo feminino, de 13,8%, em 1992, para 2,0%, em 2015. Tendência semelhante pode ser observada na faixa de 15 a 17 anos, passou de 59,8% para 13,5% para os homens e de 34,2% para 13,7% para as mulheres, no mesmo período. De outra parte, a maior proporção de pessoas ocupadas, considerando-se o ano de 2015, apresenta-se nas faixas etárias 25 a 29, 30 a 39, 40 a 49 e 50 a 59 anos, para ambos os sexos, em particular, a faixa etária de 30 a 39 anos se destaca das demais, sendo, que o sexo masculino apresentou um nível de ocupação de 88,3% e o sexo feminino de 66,4%. Ainda, pelos dados da Figura 10, evidencia-se que na faixa etária de 60 anos ou mais, a participação do sexo masculino no

¹ No Brasil, pelo Decreto Lei nº 5.452 de 01 de maio de 1943, Art. 402, considera-se menor para os efeitos desta Consolidação o trabalhador de quatorze até dezoito anos (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19.12.2000). Salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

mercado de trabalho é consideravelmente superior ao sexo feminino, 37,8% para os homens e 16,9% para as mulheres.

Quadro 4 – Distribuição das pessoas de 10 ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de anos de estudos e sexo, frequência relativa (%) – Brasil – 1992, 2002, 2015

Ano	Gênero	Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 anos ou mais	Não determinados e sem declaração
1992	Feminino	16,4	18,2	30,8	11,9	22,4	0,3
	Masculino	18,7	20,2	32,8	12,1	15,9	0,2
2002	Feminino	9,1	11,5	26,6	15,6	36,8	0,5
	Masculino	11,9	14,5	30,6	16,2	26,4	0,4
2015	Feminino	4,4	5,0	16,0	14,7	59,8	0,1
	Masculino	6,9	7,5	21,3	17,8	46,4	0,1

Fonte: Dados obtidos em IBGE, Pesquisa Nacional de Amostra e Domicílio (2017).

O número de anos de estudo para as Pessoas em Idade Ativa apresentou um crescimento expressivo no Brasil, especialmente para o gênero feminino. O Quadro 4 demonstra os anos de estudos das pessoas com 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência. Nota-se, que, no ano de 1992, para ambos os sexos, os maiores percentuais se enquadram no grupo com 4 a 7 anos de estudo, sendo 30,8% para as mulheres e 32,8% dos homens. Contudo, no ano de 2015, evidencia-se uma alteração positiva, da qual a maior concentração de anos de estudos está entre 11 anos ou mais, sendo, 59,8% para as mulheres e 46,4% para os homens.

Quadro 5 – Distribuição de pessoas de 10 anos ou mais, ocupadas na semana de referência, por grupos de horas trabalhadas por semana em todos os trabalhos e sexo, frequência relativa (%) – Brasil – 1992, 2002, 2015

Ano	Gênero	Até 14 horas	15 a 39 horas	40 a 44 horas	45 a 48 horas	49 ou mais horas	Sem declaração
1992	Feminino	11,9	33,0	27,3	11,6	16,2	0,0
	Masculino	2,0	13,6	33,9	20,5	30,0	0,1
2002	Feminino	11,5	31,3	29,7	12,4	15,1	0,1
	Masculino	3,0	14,8	33,6	20,0	28,6	0,1
2015	Feminino	9,9	28,6	43,9	9,5	8,2	.
	Masculino	3,9	16,3	51,0	14,2	14,7	.

Fonte: Dados obtidos em IBGE, Pesquisa Nacional de Amostra e Domicílio (2017).

O Quadro 5 demonstra a distribuição de horas trabalhadas semanalmente, por homens e mulheres com 10 anos ou mais, ocupados na semana de referência. Nota-se, que no ano de 1992, a maior distribuição de mulheres ocupadas, concentravam-se nos grupos de indivíduos

que trabalhavam de 15 a 39 horas (33,0%) e 40 a 44 horas semanais (27,3%). Contudo, a maior distribuição de homens, em 1992, centralizava-se nos grupos de pessoas que trabalhavam de 40 a 44 horas (33,9%) e no grupo de 49 ou mais horas (30,0%). Já no ano de 2015, o grupo de 40 a 44 horas trabalhadas semanalmente concentra a maior distribuição de indivíduos, tanto para o sexo feminino (43,9%) quanto para o sexo masculino (51,0%). Vale observar a queda na carga horária dos homens no grupo de 49 horas ou mais, havendo uma redução de 15,3 pontos percentuais entre 1992 e 2015.

O Quadro 6 apresenta o percentual de pessoas economicamente ativas e não ativas no Brasil, para os anos selecionados. Observa-se maior concentração de indivíduos ativos que inativos, para ambos os sexos e ambos os anos. Ainda, nota-se que em todas as faixas etárias os homens são maioria na população economicamente ativa no período em questão. Em 2001, 60,4% dos indivíduos eram economicamente ativos, desses, 35,1% eram do sexo masculino e 25,3% do sexo feminino. Contudo, o percentual de pessoas não economicamente ativas atingia 39,5% no mesmo ano, sendo que as mulheres apresentaram maior percentual de não atividade, 26,4%, já os homens atingiram apenas 13,1%. No ano de 2015 o percentual de pessoas economicamente ativas alcançou 59,3%, sendo 33,4% homens e 25,9% mulheres; já o percentual de pessoas não economicamente ativas apresentou para ambos os sexos uma proporção de 40,6%, do qual 14,6% para o sexo masculino e 26,0% do sexo feminino. Nesses termos, as mulheres apresentaram, mesmo que pequenos, acrescentes percentuais no ano de 2015 nas faixas etárias de 30 a 39, 40 a 49 e 50 a 59. As mulheres com 60 ou mais no ano de 2015 (7,6%) exibiram um aumento na inatividade quando comparado ao ano de 2001 (5%), o que pode ser explicado pelo papel da previdência social no rendimento domiciliar, sobretudo em função das pensões.

No que diz respeito às macrorregiões brasileiras (Anexos E, F, G, H e I), observa-se que em todas elas em todas as faixas etárias para os anos selecionados, as mulheres sobressaem em relação aos homens na categoria não economicamente ativas. A região Norte, no ano de 2001, quando comparada com as demais regiões, apresentou a maior taxa de indivíduos não economicamente ativos, sendo, 14,5% para o sexo masculino e 28,6% para o sexo feminino, um total de 43,1%. No entanto, em 2015 a região Nordeste atingiu o maior percentual de indivíduos não economicamente ativos para todas as faixas etárias, exibindo, 44,3%, sendo, 15,9% para os homens e 28,4% para as mulheres.

Wajzman (2016) explica que a análise das taxas de participação ao longo das últimas décadas indica uma tendência consistente de crescimento das taxas de participação feminina, convergindo com as evidências de outros países da América Latina e mesmo de países mais

desenvolvidos. Complementa que essa tendência se demonstrou mais intensa nas décadas passadas, perdendo força nas duas últimas décadas. A autora defende que “ainda há espaço para o crescimento das taxas de participação das mulheres. A principal evidência que sustenta esse argumento é a observação das taxas específicas por idade segundo grupos de escolaridade no país” (WAJNMAN, 2016, p. 46).

Um estudo recente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), também baseado nos dados da Pnad de 2015, aponta que as mulheres ainda são responsabilizadas pelas atividades domésticas não-remuneradas, traçando assim, um perfil de dupla jornada. Com isso, as mulheres apresentaram uma jornada total média semanal de 7,5 horas a mais que os homens (IPEA, 2017). Como argumenta Wajnman (2016), as mulheres ainda apresentam “[...] um acesso ao mercado de trabalho muito mais difícil do que os homens, tanto em termos da quantidade quanto da qualidade dos postos de trabalho a que podem chegar. Os fatos econômicos mais recentes que, primeiro, refrearam o ímpeto do crescimento da atividade econômica feminina e, agora, elevam substantivamente as taxas de desemprego [...]” (WAJNMAN, 2016, p. 52). A autora destaca, ainda, que um dos maiores obstáculos que interferem no acesso ao mercado de trabalho por parte das mulheres encontra-se na esfera doméstica, considerando que a divisão do trabalho, em sua visão, pouco tem evoluído.

Quadro 6 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por condição de atividade na semana de referência, por sexo e grupos de idade, frequência relativa (%) – Brasil – 2001, 2015

Faixa etária	2001				2015			
	Economicamente ativa		Não economicamente ativa		Economicamente ativa		Não economicamente ativa	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
10 a 14 anos	1,0	0,5	5,1	5,4	0,3	0,1	4,3	4,2
15 a 19 anos	3,8	2,5	2,6	3,8	2,3	1,6	2,7	3,2
20 a 24 anos	4,9	3,7	0,7	2,2	3,7	2,8	0,7	1,5
25 a 29 anos	4,5	3,4	0,3	1,7	3,9	3,1	0,3	1,3
30 a 39 anos	8,4	6,5	0,4	3,0	8,2	6,9	0,5	2,5
40 a 49 anos	6,5	5,0	0,5	2,7	7,0	5,8	0,6	2,5
50 a 59 anos	3,7	2,5	0,8	2,6	5,2	4,0	1,1	3,2
60 anos ou mais	2,3	1,2	2,7	5,0	2,8	1,6	4,4	7,6
TOTAL	35,1	25,3	13,1	26,4	33,4	25,9	14,6	26,0

Fonte: Dados obtidos em Sídra – Sistema IBGE de Recuperação Automática - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2017).

Tabela 4 – Empregados de 10 anos ou mais de idade, no trabalho principal da semana de referência, por categoria do emprego, sexo e grupos de idade, frequência relativa (%) – Brasil – 2001, 2015

Faixa Etária	2001						2015					
	Com carteira de trabalho assinada		Militares e funcionários públicos		Sem carteira de trabalho assinada		Com carteira de trabalho assinada		Militares e funcionários públicos		Sem carteira de trabalho assinada	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
10 a 14 anos	-	-	-	-	0,7	0,2	-	-	-	-	0,2	-
15 a 19 anos	2,1	1,5	0,2	-	4,4	1,6	1,7	1,2	0,1	-	2,1	1,0
20 a 24 anos	6,3	3,9	0,4	0,3	4,5	2,1	5,2	3,8	0,3	0,1	2,4	1,3
25 a 29 anos	6,0	3,4	0,6	0,6	3,4	1,5	5,8	4,2	0,5	0,5	2,1	1,1
30 a 39 anos	10,4	5,5	1,7	2,2	5,0	2,3	11,4	7,8	1,3	2,0	3,5	2,1
40 a 49 anos	6,9	3,3	1,6	2,2	3,2	1,5	8,2	5,1	1,5	2,4	2,6	1,4
50 a 59 anos	2,8	1,1	0,8	1,0	1,9	0,6	5,0	2,7	1,2	1,9	1,7	0,8
60 anos ou mais	0,8	0,2	0,2	0,2	0,9	0,2	1,4	0,5	0,5	0,4	0,8	0,3
TOTAL	35,3	18,9	5,5	6,5	24,0	10,0	38,7	25,3	5,4	7,3	15,4	8,0

Fonte: Dados obtidos em Sidra – Sistema IBGE de Recuperação Automática - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2017).

Os dados da Tabela 4 configuram a distribuição dos indivíduos empregados por categoria no seu trabalho principal. No Brasil, tanto no ano de 2001 quanto no ano 2015, em ambos os sexos e faixas etárias, os trabalhos com carteira assinada destacam-se dos demais. Em termos gerais, os homens se destacam sendo maioria da população com carteira assinada, porém, as mulheres se sobressaem em relação ao aumento no percentual quando comparado aos anos selecionados. Na soma de todas as faixas etárias, os homens apresentaram um aumento de 3,4 pontos percentuais, 35,3%, em 2001, para 38,7%, em 2015. As mulheres, por sua vez, exibiram um aumento de 6,4 pontos percentuais na participação no trabalho com carteira assinada, 18,9% em 2001 para 25,3% e em 2015. Ainda, a participação de homens e mulheres com carteira de trabalho assinada concentram-se na faixa etária de 30 a 39 anos para ambos os anos, na qual os homens representam o maior percentual. Contudo, em 2015, observa-se a diminuição na participação de trabalho com carteira assinada de jovens de ambos os sexos compreendidos nas faixas etárias de 15 a 24 anos, principalmente para os jovens do sexo masculino. Ressalta-se, ainda, o percentual de pessoas ocupadas na semana de referência e que não possuíam carteira assinada. No ano de 2001, o sexo masculino representou 24,0% e as mulheres 10,0%; já, em 2015, os homens atingiram 15,4% e as mulheres 8,0%. Comparativamente ao de 2001, nota-se melhoras na proporção de trabalho sem carteira assinada, sendo que a faixa etária com maior frequência se concentra na de 30 a 39 anos de idade. Nessa perspectiva, nos dois anos estudados, a região Sul (Anexo N), representa o maior percentual de pessoas com carteira de trabalho assinada, sendo, 62,8% no ano de 2001 (39,5% para o sexo masculino e 23,3% do sexo feminino) e 72,1% no ano de 2015 (42,0% para os homens e 30,1% para as mulheres). A maior participação no ano de 2015, para ambos os sexos, é compreendida na faixa etária de 30 a 39 anos.

A posição ocupada no trabalho principal, por pessoas de 10 anos ou mais de idade, no Brasil, é representada pela Tabela 5. Nota-se que os homens detém a maior parcela de participação nas categorias selecionadas, contudo, as mulheres apresentaram aumento na participação, 40,8% em 2001 e 42,8% em 2015. A posição de maior ocupação refere-se aos indivíduos empregados, 35,1% dos homens e 19,2% das mulheres, em 2001. A faixa etária de 30 a 39 anos apresentou a maior frequência relativa, tanto para os homens e as mulheres. Na categoria, trabalhador doméstico, em 2001, as mulheres apresentaram percentuais consideravelmente superiores a dos homens, 7,3% e 0,7%, respectivamente. Outra categoria de ampla diferença, em 2001, é dos indivíduos que trabalham por conta própria, representando 15,7% para os homens e 6,6% para as mulheres. Contudo, em 2015, o percentual de homens empregados atingiu 35,9% e as mulheres atingiram 24,4%, sendo a faixa etária de 30 a 39 anos com maior percentuais de

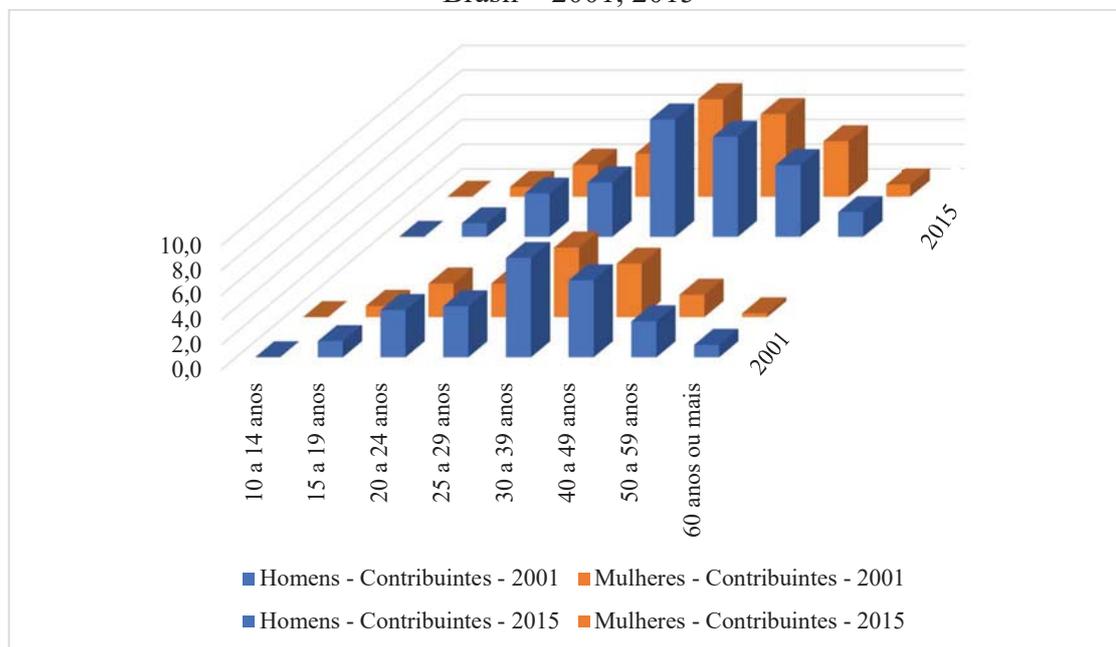
indivíduos. Na categoria trabalhador doméstico nota-se uma diminuição nas participações femininas (6,1%) e masculinas (0,41%). Já na categoria, por conta própria, o número de homens diminuiu para 15,4% e o percentual feminino aumentou para 7,5%. Para todas as regiões brasileiras (Anexo P, Q, R, S e T) a posição de maior ocupação é empregado, para homens e mulheres. Para a categoria trabalhador doméstico, no ano de 2015, as regiões Norte, Sudeste e Centro-Oeste apresentaram os maiores percentuais de homens trabalhando, 0,6% para ambas regiões. Já o maior percentual de mulheres trabalhando na categoria trabalhador doméstico está concentrado na região Centro-Oeste, representando 6,6%. Contudo, na categoria por conta própria, em 2015, a região Norte apresentou maior participação do sexo masculino, atingindo 21,5%. Já a região Nordeste exibiu o maior percentual de participação do sexo feminino na categoria por conta própria, 8,8%.

Tabela 5 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação no trabalho principal, sexo e grupos de idade, frequência relativa (%) – Brasil – 2001, 2015

		2001										Total
Trabalho Principal	Gênero	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais			
Empregado	Homens	0,4	3,6	6,1	5,4	9,3	6,4	2,9	1,0	35,1		
	Mulheres	0,1	1,7	3,4	3,0	5,4	3,8	1,5	0,3	19,2		
Trabalhador doméstico	Homens	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,7		
	Mulheres	0,2	0,8	1,0	1,0	1,9	1,5	0,7	0,2	7,3		
Empregador	Homens	-	0,0	0,1	0,3	0,9	0,9	0,6	0,4	3,2		
	Mulheres	-	0,0	0,0	0,1	0,3	0,3	0,1	0,1	0,9		
Conta própria	Homens	0,1	0,4	1,1	1,6	4,0	3,7	2,8	2,0	15,7		
	Mulheres	0,1	0,2	0,4	0,7	1,8	1,7	1,1	0,6	6,6		
Trabalhador para o próprio consumo	Homens	0,2	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,4	1,1		
	Mulheres	0,1	0,1	0,2	0,2	0,5	0,4	0,5	0,6	2,6		
Não remunerado	Homens	1,0	1,3	0,5	0,2	0,2	0,1	0,0	0,1	3,4		
	Mulheres	0,4	0,5	0,4	0,3	0,8	0,7	0,5	0,3	3,9		
2015												
Empregado	Homens	0,1	2,4	4,8	5,0	9,8	7,4	4,8	1,6	35,9		
	Mulheres	0,0	1,3	3,1	3,5	7,2	5,4	3,2	0,7	24,4		
Trabalhador doméstico	Homens	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,4		
	Mulheres	0,0	0,2	0,3	0,4	1,6	1,8	1,3	0,5	6,1		
Empregador	Homens	-	0,0	0,1	0,2	0,6	0,7	0,7	0,4	2,7		
	Mulheres	-	0,0	0,0	0,1	0,3	0,3	0,2	0,1	1,0		
Conta própria	Homens	0,0	0,3	0,8	1,2	3,5	3,9	3,4	2,3	15,4		
	Mulheres	0,0	0,1	0,4	0,7	1,8	1,9	1,7	0,9	7,5		
Trabalhador para o próprio consumo	Homens	0,1	0,2	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,7	1,8		
	Mulheres	0,0	0,1	0,1	0,1	0,4	0,4	0,5	0,6	2,2		
Não remunerado	Homens	0,2	0,3	0,2	0,1	0,1	0,0	0,0	0,1	1,0		
	Mulheres	0,1	0,1	0,1	0,1	0,3	0,3	0,3	0,1	1,4		

Fonte: Dados obtidos em Sidra – Sistema IBGE de Recuperação Automática - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2017).

Figura 11 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por contribuição para o instituto de previdência, sexo e grupos de idade, frequência relativa (%) – Brasil – 2001, 2015



Fonte: Dados obtidos em Sidra – Sistema IBGE de Recuperação Automática - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2017).

O percentual de pessoas com contribuição para o instituto previdenciário é representado pela Figura 11. Observa-se que nos dois anos selecionados e em ambos os sexos, a faixa etária de 10 a 14 anos apresentou percentuais zerados, devido à impossibilidade perante a lei dos indivíduos trabalharem. A faixa etária de 15 a 19 anos exibiu o menor percentual de contribuição, em 2015, sendo, 1,1% para os homens e 0,8% das mulheres. Na faixa etária de 20 a 24 anos, os homens atingiram 3,5% e as mulheres 2,6%. Na idade de 25 a 29 anos os homens apresentaram 4,4% e as mulheres 3,5%. Nota-se que o maior percentual de pessoas contribuintes se concentra na faixa etária de 30 a 39 anos, na qual a representatividade masculina ficou em 9,5% e 7,9% para as mulheres. Já a faixa etária de 40 a 49 anos apresentou percentuais de 8,1 para os homens e 6,7 para as mulheres. O sexo masculino com 50 a 59 anos exibiu 5,8% da contribuição e as mulheres na mesma faixa etária, 4,5%. Já a faixa etária de 60 anos ou mais, em 2015, o sexo masculino atingiu 2,0% de contribuição e 1,0% o sexo feminino. Quando somados todos os percentuais de todas as faixas etárias e ambos os sexos, evidencia-se que no ano de 2015, 61,4% da população contribuía para o instituto previdenciário, sendo, que os homens apresentaram a maior parcela de contribuintes, 34,3% e as mulheres atingiram 27,0%. Num comparativo das somas de todas as faixas etárias com o ano de 2001, do qual os homens representavam 27,3% e as mulheres 18,3%, evidencia-se no ano de 2015 uma crescente

participação feminina, de 8,7% na contribuição para o instituto previdenciário. Demonstra-se, assim, que as mulheres começam gradativamente a entrar no mercado de trabalho formal.

No percentual de contribuição para o instituto da previdência de todas as regiões brasileiras (Anexo U) o sexo masculino apresentou em todas as faixas etárias, tanto para o ano de 2001, quanto para o ano de 2015, o maior percentual de contribuição se comparado com o sexo feminino. Em todas as regiões, nos anos de 2001 e 2015, a faixa etária que se destaca com maior participação é a de 30 a 39 anos. Ainda a faixa etária de menor contribuição, excluindo a faixa de 10 a 14 anos, em 2001, centralizou-se na faixa de 60 anos ou mais para ambos os sexos e em todas as regiões, salvo a região Nordeste, que apresentou para o sexo masculino a menor participação na faixa etária de 15 a 19 anos. Entretanto, no ano de 2015 esse perfil de contribuição alterou-se para ambos os sexos, do qual passa a ser 15 a 19 anos. Nota-se ainda, que a região Nordeste se destaca em 2015, por ser a região com menor participação na contribuição para o instituto previdenciário, apresentando na soma de todas as faixas etárias e gênero de 43,2%. Já a região Sul ocupa a primeira posição das regiões contribuintes com o instituto previdenciário, exibindo 73,7% na soma de todas as faixas etárias e gênero.

Contudo, mesmo os homens sendo maioria dos contribuintes para o instituto previdenciário, as mulheres são maioria dos beneficiários. Segundo dados da Previdência Social (BRASIL, 2014), as mulheres representam maioria dos beneficiários devido às pensões por morte e aposentadoria por idade, além da crescente inclusão feminina no mercado de trabalho nos últimos tempos. Por sua vez, os homens são os maiores beneficiados por aposentadorias por invalidez, auxílio-doença e por tempo de contribuição. Além disso, ressalta-se que na medida em que a faixa etária feminina aumenta também aumenta a participação das mulheres no total de beneficiários. Isso, justificado pela maior expectativa de vida das mulheres em relação aos homens (BRASIL, 2014).

Os dados associados ao mercado de trabalho sinalizam um importante aumento na taxa de participação das mulheres. Os homens ainda predominam na população economicamente ativa e ocupada, todavia, há um crescimento na proporção de mulheres em todas as faixas etárias, com exceção daquela relativa à idade de 60 anos ou mais. Observa-se que as mulheres ingressam no mercado de trabalho com idade superior a dos homens. O sexo masculino apresentou uma proporção maior no número de horas trabalhadas, sobretudo nas faixas superiores a 44 horas semanais, todavia, identificou-se uma alteração do perfil do número de horas trabalhadas pelas mulheres, com diminuição na proporção de trabalho em jornadas inferiores a 30 horas semanais e aumento nas jornadas de 40 a 44 horas. O aumento na participação das mulheres foi visível em todas as modalidades, com destaque para trabalho por

conta própria. Esta dinâmica indica que o acesso das mulheres continua sendo difícil, sobretudo em função da dupla jornada que costuma realizar.

4.4 ANÁLISE DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NA RENDA

Na quarta e última análise, mensura-se a desigualdade de gênero na renda. Foram analisados os Índices de Gini para população em idade ativa e ocupadas na semana de referência, o rendimento médio de todas as fontes, a proporção de pessoas sem rendimento e a razão entre rendimento médio das mulheres em relação ao rendimento dos homens.

O índice de Gini possibilita avaliar a desigualdade na posse da renda, na medida em que mede a relação entre a percentagem de pessoas e a percentagem da renda. Seu valor varia de 0 a 1, sendo que este último representa a perfeita desigualdade. O Brasil é o 10º país mais desigual do mundo, de acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano elaborado pelas Nações Unidas (PNUD, 2016). O que significa que uma parcela maior da renda está distribuída em um número menor de pessoas. O Índice de Gini apresentado no Quadro 7 exibe a distribuição do rendimento mensal das pessoas com 15 anos ou mais, em idade ativa.

Quadro 7 – Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal das pessoas de 15 anos ou mais, em idade ativa, com rendimento, por sexo – Brasil e Grandes Regiões – 2004, 2009, 2015

Territórios	2004			2009			2015		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Brasil	0,555	0,550	0,541	0,521	0,518	0,505	0,491	0,485	0,483
Norte	0,522	0,511	0,520	0,496	0,480	0,500	0,473	0,451	0,491
Nordeste	0,563	0,557	0,559	0,532	0,529	0,523	0,484	0,475	0,484
Sudeste	0,531	0,525	0,516	0,497	0,493	0,482	0,477	0,471	0,468
Sul	0,527	0,523	0,503	0,486	0,488	0,457	0,450	0,451	0,430
Centro-Oeste	0,567	0,558	0,562	0,550	0,545	0,539	0,498	0,484	0,501

Fonte: Dados obtidos em IBGE, Pesquisa Nacional de Amostra e Domicílio (2017).

É possível observar uma diminuição na desigualdade, em nível de país, no período em questão, tanto para os homens quanto para as mulheres em idade ativa, que integra os empregados, os desempregados e os que estão fora do mercado de trabalho. As mulheres apresentam um índice de desigualdade ligeiramente inferior ao dos homens. Em termos regionais, com os dados de 2015, é possível perceber que o maior índice de desigualdade está na região Centro-Oeste (0,498) e a menor na região Sul (0,450), de modo que a desigualdade

para o rendimento das mulheres é ligeiramente superior para a primeira região e inferior para a segunda.

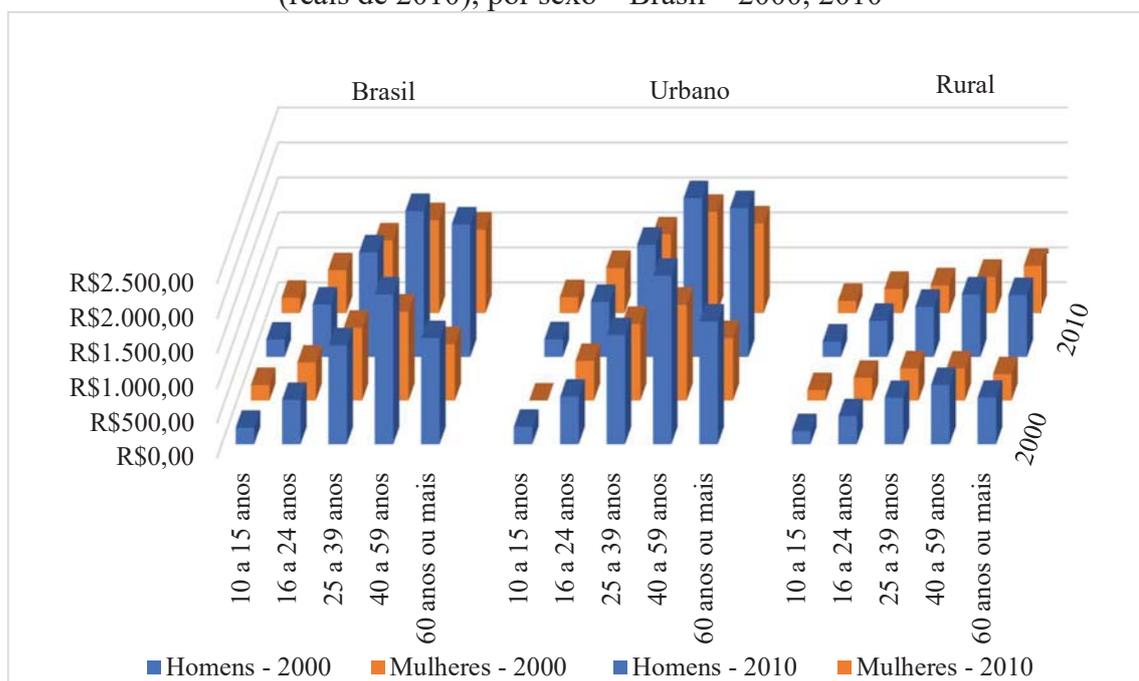
Quadro 8 – Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal de todos os trabalhos das pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, por sexo – Brasil e Grandes Regiões – 2004, 2009, 2015

Territórios	2004			2009			2015		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Brasil	0,545	0,547	0,525	0,516	0,517	0,497	0,485	0,487	0,471
Norte	0,510	0,507	0,501	0,486	0,480	0,486	0,463	0,458	0,471
Nordeste	0,566	0,565	0,563	0,539	0,539	0,533	0,498	0,499	0,494
Sudeste	0,521	0,518	0,503	0,494	0,490	0,479	0,471	0,469	0,458
Sul	0,513	0,515	0,481	0,481	0,482	0,450	0,441	0,442	0,420
Centro-Oeste	0,554	0,546	0,552	0,538	0,533	0,528	0,481	0,471	0,481

Fonte: Dados obtidos em IBGE, Pesquisa Nacional de Amostra e Domicílio (2017).

Atendo-se especificamente ao rendimento das pessoas com 15 anos ou mais ocupadas, nota-se uma diminuição na desigualdade, quando comparado o ano de 2015 (0,485) com 2004 (0,545). O rendimento das mulheres com 15 anos ou mais continua sendo menos desigual que o dos homens em nível de país. No que diz respeito grandes regiões, tanto em 2004 como 2015, a Nordeste, apresenta maior coeficiente, sendo, 0,566 e 0,498, respectivamente. Já em 2004 a região Norte é a detentora do menor coeficiente (0,510), contudo, em 2015, a região Sul, destaca-se das demais com menor valor (0,441).

Figura 12 – Rendimento médio de todas as fontes das pessoas de 10 anos ou mais de idade (reais de 2010), por sexo – Brasil – 2000, 2010

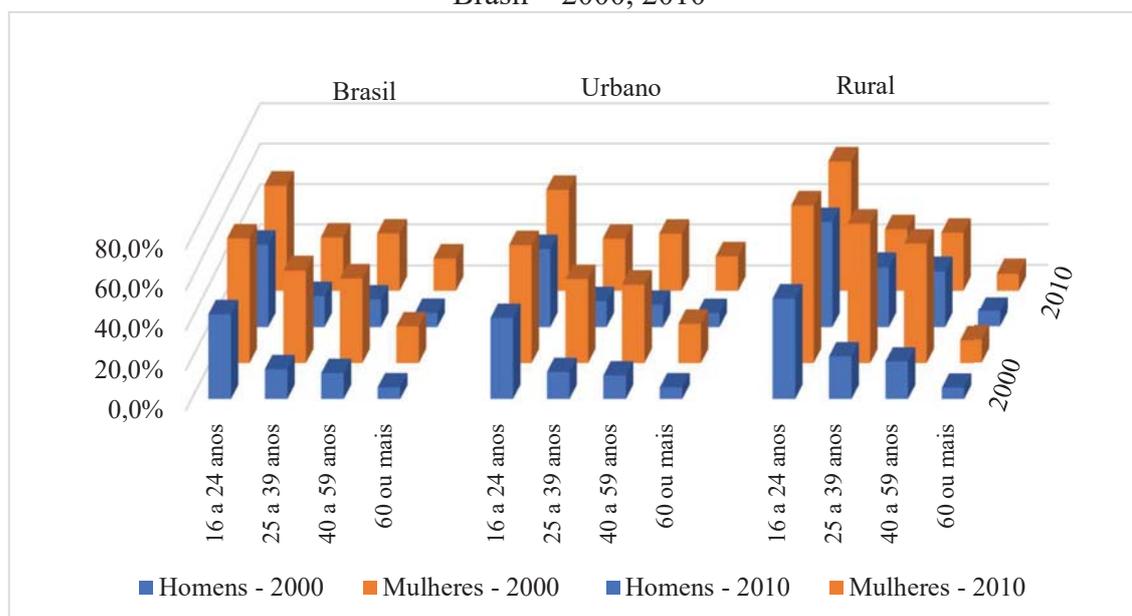


Fonte: Dados obtidos em IBGE, Censo Demográfico (2017).

O rendimento médio, representado na Figura 16, demonstra, de forma evidente, a disparidade entre homens e mulheres nas mesmas faixas etárias. É nítido que no Brasil, nos anos selecionados, tanto em território urbano quanto rural, o sexo masculino detém os maiores rendimentos médios. Apesar de crescente, o percentual dos rendimentos médios femininos, são inferiores ao dos homens.

Observa-se que em todas as regiões (Anexo V) e anos selecionados, os homens apresentam médias de rendimento maiores que das mulheres. Contudo, a região Nordeste, quando comparada com as demais, exibe os menores rendimentos para ambos os sexos em 2000 e 2010, porém, apresenta a menor desigualdade de rendimento entre gêneros. A região Sudeste, por sua vez, é detentora da maior disparidade no rendimento para ambos os anos. Já a região Centro-Oeste, em 2010, apresentou as maiores médias de rendimento para ambos os sexos.

Figura 13 – Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade sem rendimento, por sexo – Brasil – 2000, 2010

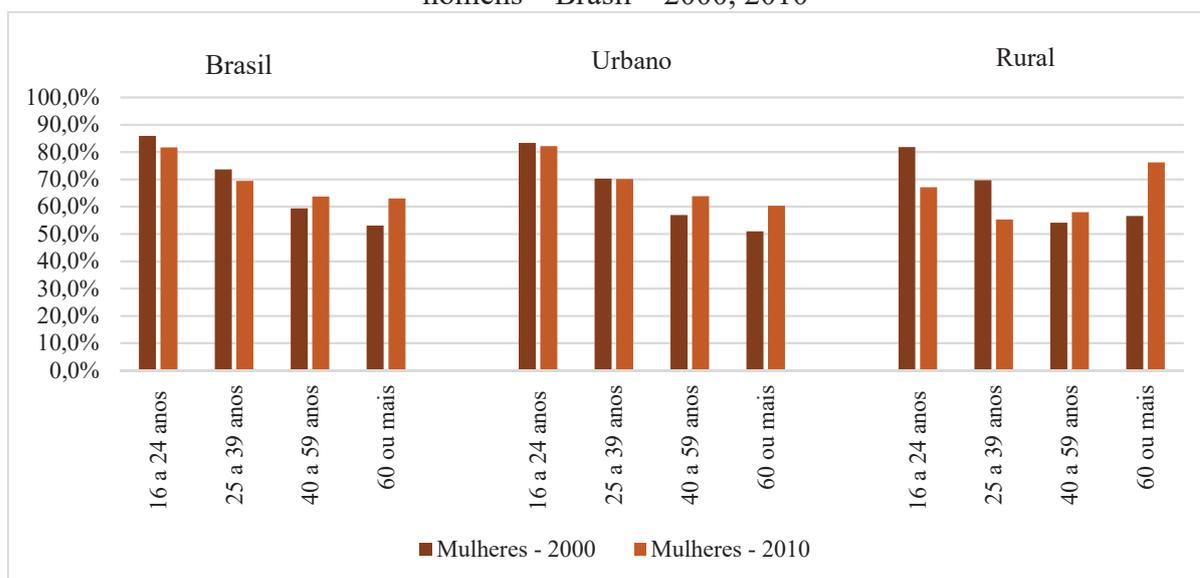


Fonte: Dados obtidos em IGBE, Censo Demográfico (2017).

A Figura 13, demonstra a proporção de pessoas com 16 anos ou mais sem rendimento. Nota-se que para ambos os anos e tanto em território rural quanto urbano, o sexo feminino se destaca negativamente, sendo a população com maiores proporções de pessoas sem rendimento. A faixa etária de 16 a 24 anos, para ambos os sexos e nos dois períodos selecionados, se sobressai em relação às demais, devido as maiores proporções de indivíduos sem rendimento. Contudo, no ano de 2010, a faixa etária 40 a 59 anos concentra a maior desigualdade na proporção de pessoas sem rendimento, sendo, 13,7% do sexo masculino e 28,1% do sexo feminino. Além disso, nos dois anos selecionados, a maior proporção de pessoas sem rendimento está em território rural, do qual, as mulheres exibem maiores proporções de indivíduos sem rendimento.

No que diz respeito às grandes regiões brasileiras (Anexo X). Observa-se que em todas as regiões e ambos os períodos selecionados a maior concentração de indivíduos sem renda cabe à população rural. Além disso, em todas as regiões e nos dois anos apresentados o sexo masculino exibiu as menores proporções de pessoas sem rendimento. No geral, a região Nordeste, em 2010, destaca-se das demais, devido à pouca disparidade apresentada entre gênero. Contudo, é a região com maior proporção de pessoas sem rendimento. Já a região Sul, destaca-se por exibir menores proporções de pessoas sem rendimento.

Figura 14 – Razão entre o rendimento médio das mulheres em relação ao rendimento dos homens – Brasil – 2000, 2010



Fonte: Dados obtidos em IBGE, Censo Demográfico (2017).

Na Figura 14, visualiza-se a razão entre o rendimento médio das mulheres comparados com o rendimento médio dos homens. De modo geral, nota-se que as mulheres residentes em território rural apresentam razão inferior as mulheres residentes em território urbano. Além disso, a diferença na razão do rendimento é maior para as faixas etárias mais baixas. Nota-se, que as faixas etárias de 16 a 24, 25 a 39, quando comparado o ano de 2010 com 2000, a média de rendimento apresentou queda, sendo, que as mulheres em idade de 16 a 24 em 2000 ganhavam 85,9% do rendimento dos homens, e em 2010, ganhavam 81,7%. Além disso, a faixa etária de 25 a 39 anos, em 2000, as mulheres recebiam 73,6% do rendimento masculino, enquanto em 2010, receberam 69,4%. Contudo, nas idades de 40 a 59 e 60 anos ou mais, a média de rendimento, quando comparado 2010 com 2000, exibiu aumento, sendo, na faixa etária de 40 a 59 anos, apresentou em 2000, 59,4% e em 2010, 63,7%. Por sua vez, a faixa de 60 ano ou mais, aumentou 10,0 pontos percentuais, sendo que, em 2000, ganhavam 53% do valor recebido pelos homens. Em 2010, as mulheres passaram a ganhar 63% do rendimento masculino.

Na razão entre o rendimento médio das mulheres em relação ao rendimento dos homens para as todas regiões (Anexo Z), identificou-se que, no ano de 2010, nas regiões, Norte, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, a população feminina rural é detentora da população feminina com menor razão de rendimento. Por sua vez, a região Sul, diferentemente das demais, demonstrou, no ano de 2010, maior razão total de rendimento nas mulheres residentes em zona rural.

Em síntese, a desigualdade entre os rendimentos masculinos e femininos ainda é realidade na sociedade contemporânea, principalmente em países em condição de desenvolvimento. Como evidenciou-se nos dados apresentados na última análise, em todo território brasileiro, os homens são detentores dos maiores rendimentos. Contudo, na comparação da evolução salarial, as mulheres exibiram, ainda que pequenos, aumentos em seus rendimentos. Em termos gerais, a disparidade no rendimento entre homens e mulheres é uma fragilidade em termos de ciclo de vida, tendo em vista que cada vez mais tanto os homens quanto as mulheres estão inseridos nas mesmas circunstâncias de sustento familiar e social. Conforme Batista e Cacciamali (2009, p. 97), “o aumento da participação da mulher como provedora da renda familiar deu um grande salto a partir dos anos 1970”. Porém, as autoras argumentam que a inserção no mercado de trabalho “[...] não diminui o papel da mulher como mãe, esposa e responsável pela administração do lar. Justamente devido aos diversos papéis desempenhados na sociedade pela mulher, a decisão de participar do mercado de trabalho acaba sendo mais complexa do que a masculina” (BATISTA; CACCIAMALI, 2009, p. 97). Além disso, a desigualdade salarial no Brasil é explicada, na sua maioria, apenas pela discriminação (CAMBOTA; PONTES, 2007; GIUBERT; MENEZES-FILHO, 2005; MACHADO; OLIVEIRA; WAINMAN, 2005). Machado, Oliveira e Wajnman esclarecem que parte da diferenciação salarial

[...] é devida à discriminação pura e simples, ou seja, o tratamento desigual de pessoas iguais do ponto de vista produtivo. Em outras palavras, os menores rendimentos femininos não podem ser explicados por menores credenciais produtivas das mulheres, comparativamente aos homens. Ao contrário, se utilizamos a escolaridade formal como variável indicadora da qualificação, as mulheres são, na realidade, mais produtivas (MACHADO; OLIVEIRA; WAJNMAN, 2005, p. 26).

Giubert e Menezes-Filho (2005, p. 370) complementam que a diferença no rendimento dos gêneros poderia ser explicada por diversas características, quais sejam, “[...] experiência, idade, educação e setor de trabalho”. Contudo, apenas parte da diferença é explicada por esses elementos, “[...]sendo o restante atribuído a um componente residual associado à discriminação”.

Cambota e Pontes (2007) reforçam que a discriminação é fator relevante na diferenciação salarial entre homens e mulheres. E complementam que há formas distintas de discriminação salarial. Apontam para a “[...]discriminação salarial pura ou da segregação ocupacional”. E explicam “[...] discriminação pura quando indivíduos igualmente produtivos alocados em posto de trabalho da mesma produtividade recebem rendimentos distintos. Já a

segregação ocupacional ocorre quando trabalhadores igualmente produtivos têm chances diferentes de ocupar empregos de maior remuneração” (CAMBOTA; PONTES, 2007, p. 332).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a investigação realizada aponta para um declive na desigualdade de gênero no Brasil nos últimos anos. Todavia, a evolução da equidade de gênero ao longo do ciclo da vida dos brasileiros advém de forma lenta e gradual. Ao analisar as implicações socioeconômicas da desigualdade de gênero para o período selecionado no estudo, identificou-se que o sexo feminino está em situação pior em relação ao sexo masculino. Para o sexo feminino, na esfera do mercado de trabalho, a inserção é menor, é mais informal e de remunerações precária. Todavia, o sexo masculino está em desvantagem ao feminino no que diz respeito à educação, uma vez que os homens se inserem em uma proporção menor, participam menos e abandonam mais, além de constituírem a maioria da população não alfabetizada.

Em termos de ciclo de vida, observou-se no contexto das análises, o perfil dos indivíduos brasileiros. O comportamento no ciclo de vida inicial de homens e mulheres, apesar de similar apresentam proporções desiguais. Para ambos os sexos, os indivíduos brasileiros inserem-se no âmbito educacional com idade de 0 a 5 anos de idade. A maior participação na escola de crianças e adolescentes concentra-se entre 7 a 14 anos de idade. Posteriormente, a evasão escolar inicia nas faixas etárias de 17 e 18 anos, principalmente para os indivíduos do sexo masculino.

Na fase subsequente, de atividade no mercado de trabalho, ou seja, o ingresso enquanto população economicamente ativa, a equidade de gênero é diminuída para as mulheres. Ambos os sexos se inserem no mercado de trabalho por volta dos 10 a 14 anos, seguido das idades de 15 a 17 anos, sendo que as mulheres se inserem em uma proporção menor. Evidencia-se, em termos do ciclo de vida, que raramente os indivíduos se inserem após os 30 anos de idade. Depois de ativos no mercado de trabalho eles atingem o ápice em termos da participação na faixa etária de 30 a 39 anos. Essa faixa etária é representativa do ciclo de vida dos brasileiros, em termos do nível de ocupação, da relação formal de trabalho e da contribuição para o instituto previdenciário. Ficou evidente que as mulheres participam em uma proporção menor deste perfil de trabalhador. Foi possível observar que as remunerações na faixa etária de 40 a 59 anos são as mais altas para ambos os sexos. Todavia, as mulheres apresentam médias de rendimentos inferiores àquelas masculinas. A fase de inatividade, associada ao período da aposentadoria, tem como início a idade média de 59 anos, depois desse período os brasileiros começam a sair do mercado de trabalho, sendo que as mulheres tendem a se desligar mais cedo do que os homens. As atividades não remuneradas, decorrentes das horas trabalhadas em atividades

domésticas, tende a acompanhar as mulheres ao longo da fase de atividade, assim como a dificuldade de acesso ao mercado formal e a presença de discriminação.

Identifica-se que na fase final do ciclo de vida a desigualdade de gênero se faz presente com maior intensidade para o sexo masculino, já que as mulheres apresentam um ciclo de vida superior ao masculino, isso devido a maior expectativa de vida. Esse fato implica em uma proporção maior de mulheres como beneficiárias da previdência social, seja pela aposentadoria por idade ou tempo de trabalho, seja pelo direito à pensão por morte.

Em suma, é justo apontar que ambos os sexos devem ser concebidos em termos de paridade de acesso. Cabe a sociedade adotar medidas de combate à desigualdade de gênero, por meio de orientações, apoio, inclusões e implementação de políticas públicas que promovam um ambiente paritário. A menor participação das mulheres no meio político indica que há um grande caminho a ser percorrido.

Por fim, a limitação evidenciada para a elaboração do presente estudo está na indisponibilidade da segmentação etária para outras variáveis envolvidas na temática de gênero. Como sugestão de estudo, aponta-se para a importância de se identificar possíveis correlações entre os determinantes da desigualdade de gênero no Brasil, como proposta, variáveis associadas ao comportamento econômico e ao empoderamento político feminino.

REFERÊNCIAS

- ALVES, José E. D.; CAVENAGHI, Suzana M. Indicadores de Desigualdade de Gênero no Brasil. **Mediações**, Londrina, v. 17, n. 2, p. 83-105, jul./dez. 2012.
- AMERICAN ECONOMIC ASSOCIATION - AEA. **JEL Classification System**. Nashville. Disponível em: < <https://www.aeaweb.org/econlit/jelCodes.php?view=econlit&print%3E>.> Acesso em: 22 de abr. 2017.
- BARATA, Rita B. **Relações de gênero e saúde: desigualdade ou discriminação?**. In: BARATA, Rita B. Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009. p. 73-94.
- BATISTA, Natalia N. F. CACCIAMALI, Maria C.. Diferencial de salários entre homens e mulheres segundo a condição de migração. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 97-115, jan./jun. 2009.
- BERCHÓ, Elza S.; CAVENACHI, Suzana M. Fecundidade em Declínio: Breve nota sobre a redução no número médio de filhos por mulher no Brasil. **Novos estudos – CEBRAP**, São Paulo, n. 4, p. 11-15, mar. 2006.
- BERQUÓ, Elza.S.; CAVENAGHI, Suzana M. Notas sobre os diferenciais educacionais e econômicos da fecundidade no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, p. 471-482, jul./dez. 2014.
- BEZERRA, Fernanda C.; ALMEIDA, Maria I. de; Nóbrega-Therrien, Sílvia M. Estudos sobre Envelhecimento no Brasil: Revisão Bibliográfica. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 155-167, 2012.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. **Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS**. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/2014/04/cnps-mulheres-representam-a-maioria-dos-beneficiarios-do-rgps/>.> Acesso em: 02 dez. 2017.
- BRANISA, Boris; KLASSEN, Stephan; ZIEGLER, Maria; DRESCHSLER, Denis; JUTTING, Johannes. The Institutional Basis of Gender Inequality: The Social Institutions and Gender Index (SIGI). **Feminist Economics**, Houston, v. 20, n. 2, p. 29-64, 2014.
- BORTOLUZZO, Adriana B.; MATAVELLI, Ieda R.; MADALOZZO, Regina. Determinantes da Distribuição da (Des)igualdade de Gênero entre os Estados Brasileiros. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 46, n. 1, p. 161-188, jan./mar. 2016.
- BRUSQUINI, Maria C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007.

BRUSCHINI, Maria C. A. **Trabalho Feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação?**, São Paulo, 1998. Disponível em:
<<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lasa98/Bruschini.pdf>> Acesso em: 16 de abr. 2017.

CAMBOTA, Jacline N.; PONTES, Paulo A. Desigualdade de rendimento por gênero intra-ocupações no Brasil, em 2004. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 331-350, maio/ago. 2007.

CAMPOS, Marta S.; TEIXEIRA, Solange M. Gênero, família e proteção social: as desigualdades fomentadas pela política social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 20-28, jan./jun. 2010.

CARVALHO, José A. M de; BRITO, Fausto. A demografia brasileira e o declínio da fecundidade no Brasil: contribuições, equívocos e silêncios. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 351-369, jul./dez. 2005.

CARVALHO, José A. M de; GARCIA, Ricardo A. O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 725-733, maio/jun. 2003.

CARVALHO, José A. M de; RODRÍGUEZ-WONG, Laura L. A transição da estrutura etária da população brasileira na primeira metade do século XXI. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 597-605, mar. 2008.

DOLLAR, David; GATTI, Roberta. Gender Inequality, Income, and Growth: Are Good Times Good for Women? Policy Research Report on Gender and Development Working Paper Series. **The World Bank**, Washington, n. 1, maio, 1999.

ELDER JR, Glen H.; JOHNSON, Monica K.; CROSNOW, Robert. The Emergence and the Development of Life Course Cycle Theory. In: MORTIMER, Jeylan T.; SHANAHAN, Michael J. (ED). **Handbook of The Life Course**. New York, Kluwer Academic Publishers, 2003. p. 3-22.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. **Relatório de Desigualdade Global de Gênero 2017**. Genebra, 2017. Disponível em: <http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2017.pdf> Acesso em: 11 nov. 2017.

FOSTER, Liam. **Gender, Pensions and The Life Course**. University of Sheffield. 2005. Disponível em: <https://www.sheffield.ac.uk/polopoly_fs/1.71411!/file/8foster.pdf> Acesso em: 27 maio 2017.

GIUBERTI, Ana. C., MENEZES-FILHO, Naércio. Discriminação de rendimentos por gênero: uma comparação entre o Brasil e os Estados Unidos. **Revista de Economia Aplicada, São Paulo**, v. 9, n. 3, p. 369-384, jul./set. 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: 2002. Disponível em:
https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/20122002censo.shtml#sub_indicadores
Acesso em: 3 nov. 2017.

_____. **Estatística de Gênero**. Rio de Janeiro: 2014. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0>> Acesso em: de ago. 2017.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2015**. Rio de Janeiro: 2016 Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2015/default.shtm>> Acesso em: 8 de set. 2017.

_____. Sistema IBGE de Recuperação Automática. **Sidra**. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/PD/A/Q>> Acesso em: 18 de out. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015**. Brasília: IPEA, 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_gnero_raca.pdf> Acesso em: 24 nov. 2017.

JACOBS, Jerry A. Gender Inequality and Higher Education. **Annual Review of Sociology**, Palo Alto, v. 22, p. 153-185, 1996.

KNOWLES, Stephen; LORGELLY, Paula K; OWEN, Dorian. Are education gender gaps a brake on economic development? Some cross-country empirical evidence. **Oxford Economic Paper**, p. 118-149, 2002.

MACHADO, Ana. F.; OLIVEIRA, Ana. M. H. C.; WAJNMAN, Simone. Sexo Frágil? Evidências sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro. **Organização Gelre**, São Paulo, v. 1. p. 1-68, ago. 2005.

MADALOZZO, Regina; BLOFIELD, Merike. Como famílias de baixa renda em São Paulo concilian trabalho e famílias? **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 215-240, jan./abr. 2017.

MARCONI, Marina da A.; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MEINERZ, Carla B.; CAREGNATO, Celia E. Educação e processos de escolarização no Brasil: perspectivas históricas e desafios contemporâneos. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 49, p. 43-62, jan./jun. 2011.

MELO, Hildete P. **Gênero e pobreza no Brasil**. Relatório final do projeto Governabilidade Democrática de gênero em América Latina y el Caribe. Brasília: CEPAL/SPM, 2004.

MODIGLIANI, Franco. Life Cycle, individual thrift, and the wealth of nations. **The American Economic Review**, n. 76, p. 297-313, 1986.

MODIGLIANI, Franco. The Role of Intergenerational Transfers and Life Cycle Saving in the Accumulation of Wealth. **Journal of Economic Perspectives**, v. 2, n. 2, p. 15-40, 1988.

NERI, Marcelo Cortês. **Tempo de permanência na escola e as motivações dos sem-escola**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2009. Disponível em: <

http://www.cps.fgv.br/ibrecps/TPE/TPE_Motiva%C3%A7%C3%B5esEvas%C3%A3oEscolarr_Sumario.pdf> Acesso em: 02 dez. 2017.

NERI, Marcelo; CARVALHO, Kátia; NASCIMENTO, Mabel. **Ciclo de Vida e Motivações Financeiras** (com especial atenção aos idosos brasileiros). 2000. Disponível em: <http://www.cps.fgv.br/ibrecps/artigos/Textos_Discus/Ciclo%20de%20Vida%20e%20Motivacao%20Financeira.pdf> Acesso em: 25 maio 2017.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.

NOBEL PRIZE. Biographical. 2017. Disponível em: <http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/economic-sciences/laureates/1985/modigliani-bio.html> Acesso em: 14 de abr. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Perspectivas sociais e de emprego no mundo 2017**. Genebra, 2017a. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_579893.pdf>. Acesso em: 24 de nov. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. Tendências para mulheres no mercado de trabalho 2017b. **Perspectivas sociais e de emprego no mundo 2017**. Genebra, 2017. Disponível em <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms_558014.pdf>. Acesso em: 24 de nov. 2017.

PRODANOV, Cleber C.; FREITAS, Ernani C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Relatório Desenvolvimento Humano 2016** - Organização das Nações Unidas. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/2016_human_development_report.pdf>. Acesso: 02 dez. 2017.

RIDGEWAY, Cecilia; SMITH-LOVIN, Lynn. The Gender System and Interaction. **Annual Review of Sociology**, Palo Alto, v. 25, p. 191-216, 1999.

SANTOS, José A. F. Classe social e desigualdade de gênero no Brasil. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 353-402, 2008.

SEN, Amartya. Many Faces of Gender Inequality. **Frontline**, v. 18, n. 22, p. 35-40, 2001.

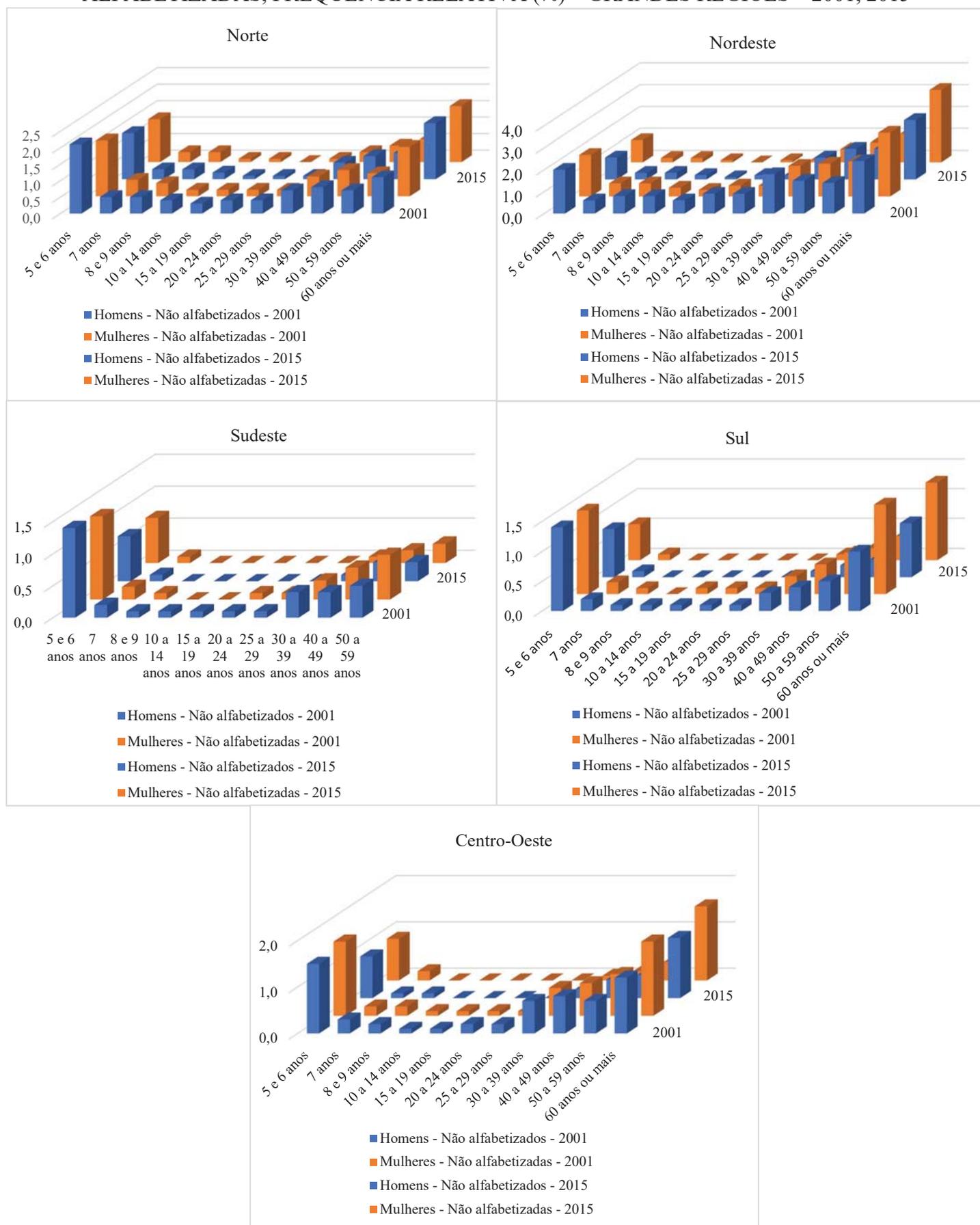
SCHOON, Ingrid. Explaining Persisting Gender Inequalities in Aspirations and Attainment: An Integrative Developmental Approach. **International Journal of Gender, Science and Technology**, v. 7, n. 2, p. 151-165, 2015.

TEIXEIRA, Daniel V. Desigualdade de gênero: sobre garantias e responsabilidades sociais de homens e mulheres. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 253-274, jan./jun. 2010.

WAJNMAN, Simone. “Quantidade” e “qualidade” da participação das mulheres na força de trabalho brasileira. In: ITABORAÍ, Nathalie Reis; RICOLDI, Arlene Martinez (Org.). **Até onde caminhou a revolução de gênero no Brasil?:** implicações demográficas e questões sociais. Belo Horizonte, MG: ABEP, 2016. p. 45-58.

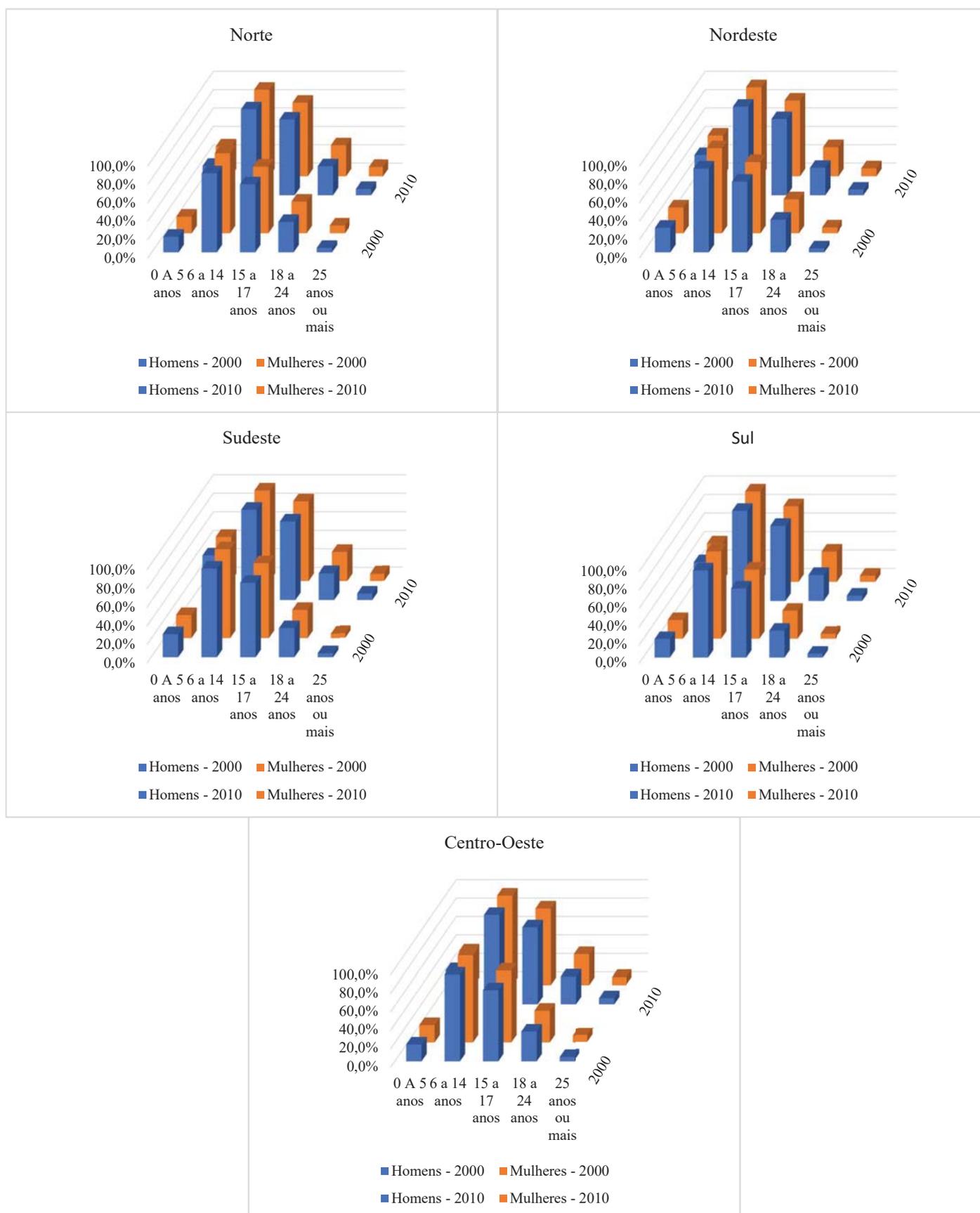
ANEXOS

ANEXO A – PESSOAS DE 5 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR SEXO E POR GRUPOS DE IDADE, NÃO ALFABETIZADAS, FREQUÊNCIA RELATIVA (%) – GRANDES REGIÕES – 2001, 2015



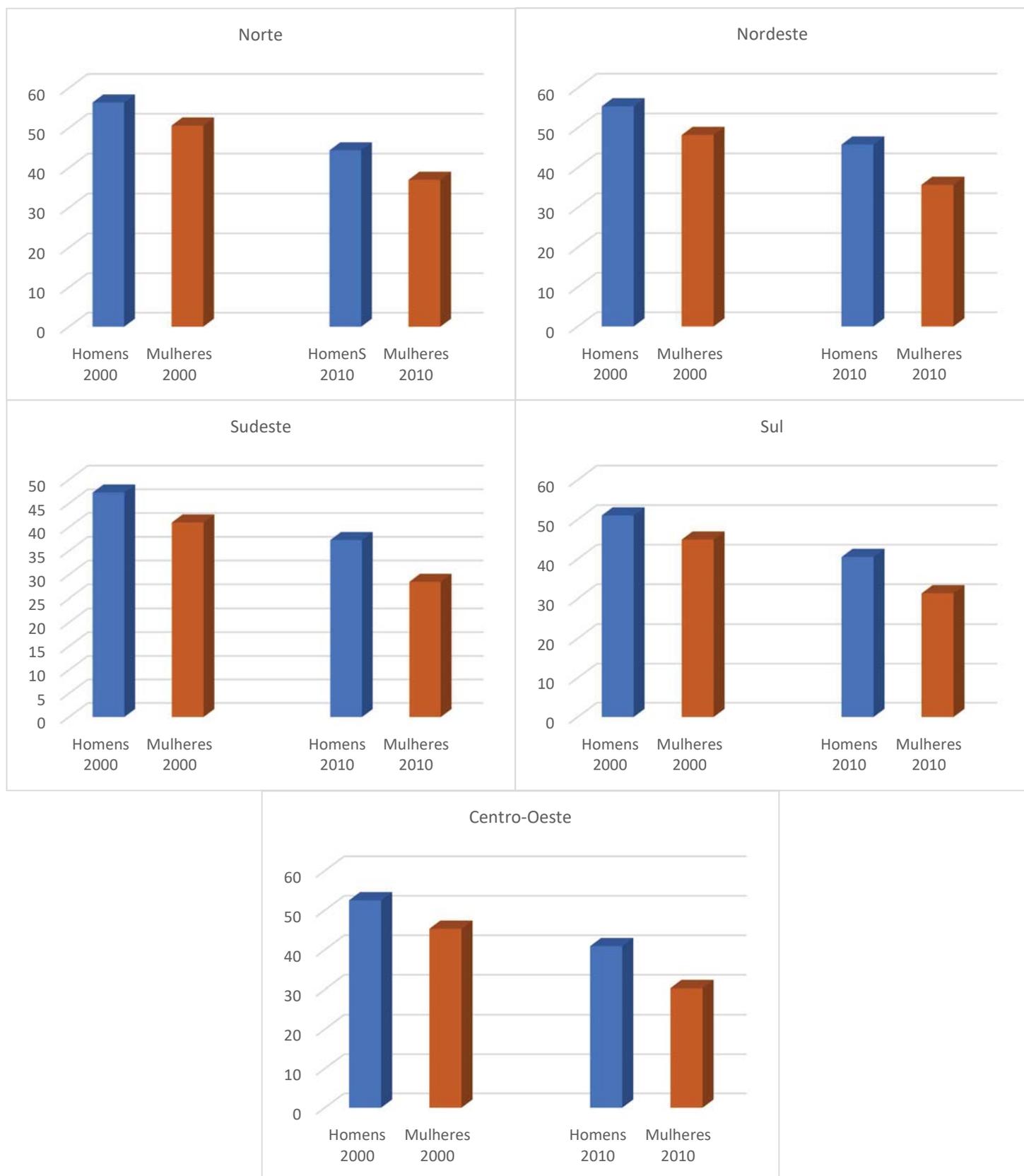
Fonte: Dados obtidos em Sidra – Sistema IBGE de Recuperação Automática - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2017).

ANEXO B – TAXA DE FREQUÊNCIA ESCOLAR BRUTA (% DA FAIXA ETÁRIA) – GRANDES REGIÕES – 2000, 2010



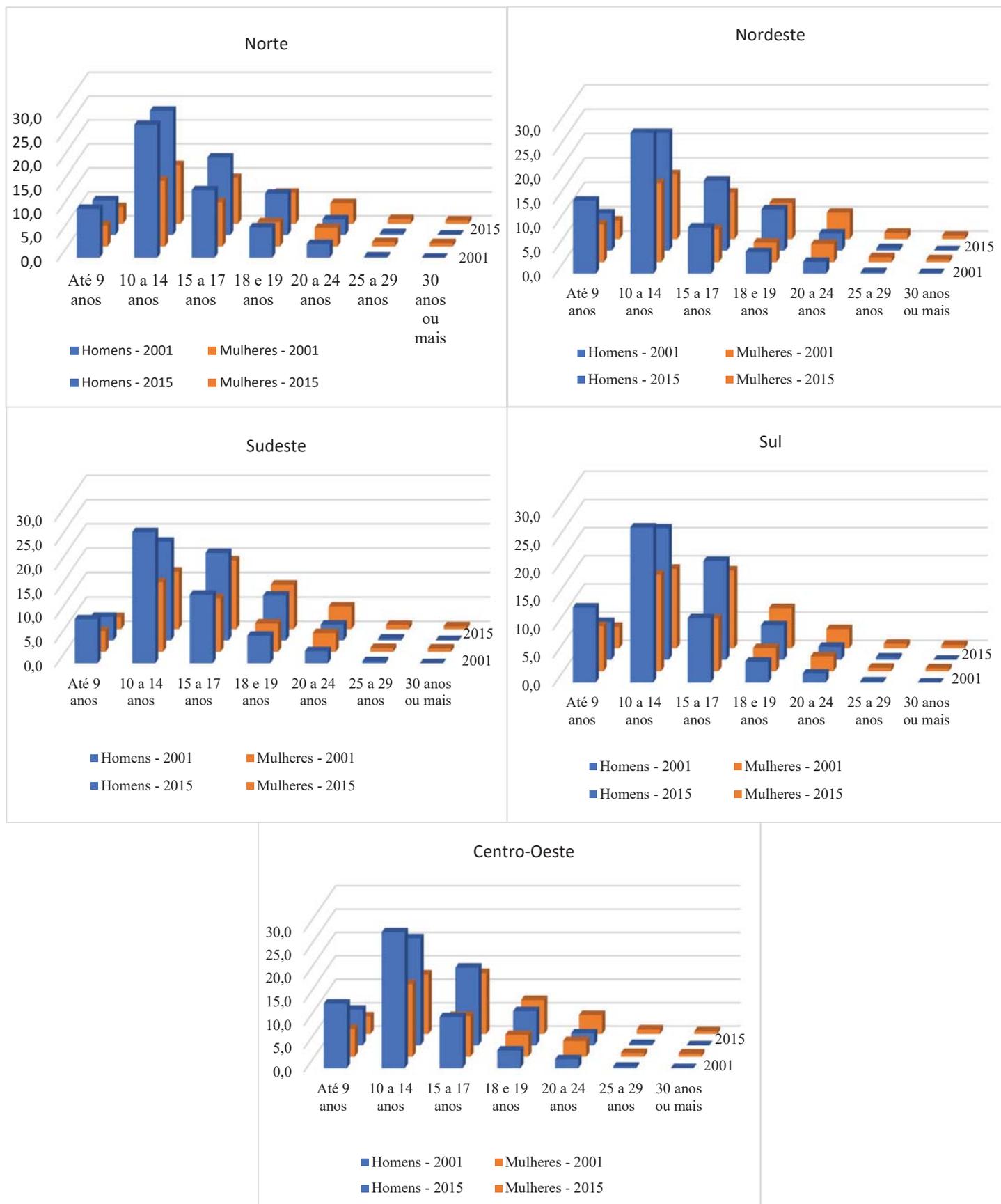
Fonte: Dados obtidos em IBGE, Censo Demográfico (2017).

ANEXO C – TAXA DE ABANDONO ESCOLAR PRECOZE DE PESSOAS COM 18 A 24 ANOS, FREQUÊNCIA RELATIVA (% DA FAIXA ETÁRIA) – GRANDES REGIÕES – 2000, 2010



Fonte: Dados obtidos em IBGE, Censo Demográfico (2017).

ANEXO D – PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR SEXO E GRUPOS DE IDADE COM QUE COMEÇARAM A TRABALHAR, FREQUÊNCIA RELATIVA (%) – GRANDES REGIÕES – 2001, 2015



Fonte: Dados obtidos em Sidra – Sistema IBGE de Recuperação Automática - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2017).

ANEXO E – PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR CONDIÇÃO DE ATIVIDADE NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR SEXO E GRUPOS DE IDADE, FREQUÊNCIA RELATIVA (%) – REGIÃO NORTE – 2001, 2015

Região	Faixa etária	Economicamente ativa - 2001		Não economicamente ativa - 2001		Economicamente ativa- 2015		Não economicamente ativa - 2015	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Norte	10 a 14 anos	0,9	0,5	6,0	6,8	0,5	0,2	5,5	5,5
	15 a 19 anos	3,9	2,4	3,6	5,3	2,7	1,4	3,4	4,4
	20 a 24 anos	5,5	3,7	1,2	3,5	4,3	2,5	1,0	2,4
	25 a 29 anos	4,9	3,4	0,5	2,3	4,2	3,1	0,4	1,9
	30 a 39 anos	8,4	6,1	0,5	3,3	8,8	6,4	0,6	3,3
	40 a 49 anos	6,0	4,2	0,4	2,3	6,9	4,9	0,5	2,5
	50 a 59 anos	3,1	1,7	0,5	1,8	4,7	3,0	0,7	2,5
	60 anos ou mais	1,6	0,7	1,8	3,3	2,5	1,1	3,5	5,0
	TOTAL	34,3	22,7	14,5	28,6	34,6	22,6	15,6	27,5

Fonte: Dados obtidos em Sidra – Sistema IBGE de Recuperação Automática - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2017).

ANEXO F – PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR CONDIÇÃO DE ATIVIDADE NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR SEXO E GRUPOS DE IDADE, FREQUÊNCIA RELATIVA (%) – REGIÃO NORDESTE – 2001, 2015

Região	Faixa Etária	Economicamente ativa - 2001		Não economicamente ativa - 2001		Economicamente ativa - 2015		Não economicamente ativa - 2015	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Nordeste	10 a 14 anos	1,8	0,9	5,3	6,2	0,4	0,1	5,0	4,9
	15 a 19 anos	4,3	2,4	2,9	4,6	2,4	1,5	3,2	3,9
	20 a 24 anos	5,0	3,5	0,9	2,7	3,6	2,7	0,9	1,9
	25 a 29 anos	4,4	3,2	0,3	1,9	3,9	2,9	0,4	1,6
	30 a 39 anos	7,8	6,0	0,5	3,0	7,9	6,3	0,7	3,1
	40 a 49 anos	5,5	4,3	0,4	2,3	6,3	5,2	0,7	2,7
	50 a 59 anos	3,5	2,5	0,6	2,2	4,5	3,4	0,9	3,0
	60 anos ou mais	2,6	1,4	2,5	4,6	2,7	1,5	4,1	7,3
	TOTAL	34,9	24,2	13,4	27,5	31,7	23,6	15,9	28,4

Fonte: Dados obtidos em Sidra – Sistema IBGE de Recuperação Automática - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2017).

ANEXO G – PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR CONDIÇÃO DE ATIVIDADE NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR SEXO E GRUPOS DE IDADE, FREQUÊNCIA RELATIVA (%) – REGIÃO SUDESTE – 2001, 2015

Região	Faixa Etária	Economicamente ativa - 2001		Não economicamente ativa - 2001		Economicamente ativa- 2015		Não economicamente ativa - 2015	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Sudeste	10 a 14 anos	0,6	0,3	4,9	5,0	0,2	0,1	3,8	3,8
	15 a 19 anos	3,3	2,5	2,5	3,4	2,1	1,8	2,5	2,8
	20 a 24 anos	4,8	3,8	0,6	1,9	3,7	2,9	0,6	1,2
	25 a 29 anos	4,5	3,4	0,2	1,6	3,9	3,2	0,3	1,0
	30 a 39 anos	8,5	6,5	0,5	3,1	8,2	7,2	0,4	2,1
	40 a 49 anos	6,9	5,3	0,6	3,1	7,3	6,1	0,5	2,4
	50 a 59 anos	3,8	2,4	1,1	3,1	5,5	4,4	1,2	3,4
	60 anos ou mais	2,0	1,0	3,0	5,7	2,9	1,7	4,8	8,4
	TOTAL	34,4	25,2	13,4	26,9	33,8	27,4	14,1	25,1

Fonte: Dados obtidos em Sidra – Sistema IBGE de Recuperação Automática - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2017).

ANEXO H – PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR CONDIÇÃO DE ATIVIDADE NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR SEXO E GRUPOS DE IDADE, FREQUÊNCIA RELATIVA (%) – REGIÃO SUL – 2001, 2015

Região	Faixa Etária	Economicamente ativa - 2001		Não economicamente ativa - 2001		Economicamente ativa- 2015		Não economicamente ativa - 2015	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
ES	10 a 14 anos	1,0	0,6	4,8	4,8	0,2	0,1	3,7	3,7
	15 a 19 anos	4,0	2,8	2,0	2,8	2,5	1,8	2,1	2,4
	20 a 24 anos	4,7	3,7	0,5	1,6	3,8	3,0	0,6	1,1
	25 a 29 anos	4,5	3,4	0,2	1,3	3,8	3,1	0,3	0,9
	30 a 39 anos	9,1	7,3	0,3	2,5	8,1	6,8	0,4	1,8
	40 a 49 anos	7,1	5,6	0,5	2,4	7,2	6,3	0,6	2,2
	50 a 59 anos	4,3	3,1	0,9	2,5	5,9	4,7	1,3	3,5
	60 anos ou mais	2,7	1,6	2,6	5,0	3,2	2,0	4,8	8,1
	TOTAL	37,4	28,1	11,8	22,9	34,7	27,8	13,8	23,7

Fonte: Dados obtidos em Sidra – Sistema IBGE de Recuperação Automática - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2017).

ANEXO I – PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR CONDIÇÃO DE ATIVIDADE NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR SEXO E GRUPOS DE IDADE, FREQUÊNCIA RELATIVA (%) – REGIÃO CENTRO-OESTE – 2001, 2015

Região	Faixa Etária	Economicamente ativa - 2001		Não economicamente ativa - 2001		Economicamente ativa- 2015		Não economicamente ativa - 2015	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Centro-Oeste	10 a 14 anos	1,0	0,4	5,2	5,7	0,3	0,1	4,4	4,3
	15 a 19 anos	4,0	2,6	2,4	3,7	2,6	1,7	2,5	2,9
	20 a 24 anos	5,5	3,9	0,6	2,4	3,9	2,9	0,8	1,6
	25 a 29 anos	5,1	3,8	0,2	2,0	4,0	3,4	0,3	1,3
	30 a 39 anos	9,2	7,4	0,3	3,1	8,9	7,5	0,4	2,5
	40 a 49 anos	6,7	4,8	0,4	2,4	7,5	6,3	0,5	2,5
	50 a 59 anos	3,6	2,2	0,6	2,3	5,1	3,9	0,8	3,0
	60 anos ou mais	2,0	0,8	2,0	3,7	2,8	1,3	3,8	6,3
	TOTAL	37,1	25,9	11,7	25,3	35,1	27,1	13,5	24,4

Fonte: Dados obtidos em Sidra – Sistema IBGE de Recuperação Automática - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2017).

ANEXO J – EMPREGADOS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, NO TRABALHO PRINCIPAL DA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR CATEGORIA DO EMPREGO, SEXO E GRUPOS DE IDADE, FREQUÊNCIA RELATIVA (%) – REGIÃO NORTE – 2001, 2015

Região	Faixa Etária	Com carteira de trabalho assinada – 2001		Militares e funcionários públicos – 2001		Sem carteira de trabalho assinada – 2001		Com carteira de trabalho assinada – 2015		Militares e funcionários públicos – 2015		Sem carteira de trabalho assinada – 2015	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Norte	10 a 14 anos	-	-	-	-	0,9	0,1	-	-	-	-	0,3	0,1
	15 a 19 anos	1,3	0,6	0,2	-	6,0	1,5	1,1	1,1	0,1	-	3,5	0,7
	20 a 24 anos	5,3	2,7	0,7	-	7,1	2,4	4,7	4,7	0,4	-	4,6	1,5
	25 a 29 anos	5,2	2,5	1,2	0,9	4,9	2,1	5,4	5,4	0,8	0,2	3,7	1,6
	30 a 39 anos	8,1	3,7	2,8	3,0	7,0	3,0	9,5	9,5	2,5	2,8	6,5	3,2
	40 a 49 anos	5,1	2,0	2,1	2,8	4,1	1,8	6,0	6,0	2,1	3,3	4,2	2,0
	50 a 59 anos	1,8	0,5	1,0	1,0	1,9	0,5	2,7	2,7	1,6	2,3	2,5	0,9
	60 anos ou mais	0,5	-	0,3	0,1	0,7	0,1	0,8	0,8	0,6	0,5	0,9	0,2
	TOTAL	27,3	12,0	8,3	8,3	32,6	11,5	30,2	30,2	8,1	9,9	26,2	10,2

Fonte: Dados obtidos em Sidra – Sistema IBGE de Recuperação Automática - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2017).

ANEXO L – EMPREGADOS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, NO TRABALHO PRINCIPAL DA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR CATEGORIA DO EMPREGO, SEXO E GRUPOS DE IDADE, FREQUÊNCIA RELATIVA (%) – REGIÃO NORDESTE – 2001, 2015

Região	Faixa Etária	Com carteira de trabalho assinada – 2001		Militares e funcionários públicos – 2001		Sem carteira de trabalho assinada – 2001		Com carteira de trabalho assinada – 2015		Militares e funcionários públicos – 2015		Sem carteira de trabalho assinada – 2015	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Nordeste	10 a 14 anos	-	-	-	-	1,1	0,3	-	-	-	-	0,3	0,1
	15 a 19 anos	0,9	0,6	0,1	0,1	6,0	1,6	1,1	0,6	-	-	3,3	1,2
	20 a 24 anos	4,6	2,4	0,3	0,4	7,1	2,8	4,2	2,8	0,3	0,1	4,1	2,0
	25 a 29 anos	4,7	2,5	0,5	0,7	5,4	2,1	5,4	3,2	0,6	0,5	3,6	1,9
	30 a 39 anos	7,9	4,2	1,8	2,2	8,0	3,5	9,9	5,8	1,6	2,2	6,1	3,5
	40 a 49 anos	4,6	2,4	1,7	2,7	4,3	1,7	6,3	3,5	1,5	2,8	4,3	1,9
	50 a 59 anos	1,9	0,9	0,9	1,3	2,5	0,8	3,4	1,6	1,3	2,2	2,8	1,0
	60 anos ou mais	0,6	0,1	0,3	0,2	1,1	0,2	0,8	0,2	0,6	0,5	0,9	0,3
	TOTAL	25,2	13,1	5,6	7,6	35,5	13,0	31,1	17,7	5,9	8,3	25,4	11,9

Fonte: Dados obtidos em Sidra – Sistema IBGE de Recuperação Automática - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2017).

ANEXO M – EMPREGADOS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, NO TRABALHO PRINCIPAL DA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR CATEGORIA DO EMPREGO, SEXO E GRUPOS DE IDADE, FREQUÊNCIA RELATIVA (%) – REGIÃO SUDESTE – 2001, 2015

Região	Faixa Etária	Com carteira de trabalho assinada – 2001		Militares e funcionários públicos – 2001		Sem carteira de trabalho assinada – 2001		Com carteira de trabalho assinada – 2015		Militares e funcionários públicos – 2015		Sem carteira de trabalho assinada – 2015	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Sudeste	10 a 14 anos	-	-	-	-	0,5	0,1	-	-	-	-	0,1	0,1
	15 a 19 anos	2,4	1,9	0,1	-	3,7	1,5	1,7	1,4	0,1	-	1,6	0,9
	20 a 24 anos	6,9	4,4	0,4	0,2	3,5	1,8	5,4	4,1	0,3	0,1	1,7	1,0
	25 a 29 anos	6,6	3,7	0,6	0,5	2,5	1,2	6,0	4,6	0,4	0,4	1,5	0,9
	30 a 39 anos	11,7	6,0	1,5	2,0	3,7	1,9	12,1	8,9	1,1	1,8	2,4	1,6
	40 a 49 anos	8,3	3,8	1,4	2,0	2,8	1,4	9,4	5,9	1,4	2,0	1,9	1,2
	50 a 59 anos	3,3	1,2	0,7	0,9	1,6	0,6	5,9	3,3	1,1	1,6	1,2	0,8
	60 anos ou mais	0,9	0,2	0,2	0,2	0,9	0,2	1,7	0,6	0,4	0,3	0,8	0,3
	TOTAL	40,1	21,2	4,9	5,8	19,2	8,7	42,2	28,8	4,8	6,2	11,2	6,7

Fonte: Dados obtidos em Sidra – Sistema IBGE de Recuperação Automática - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2017).

ANEXO N – EMPREGADOS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, NO TRABALHO PRINCIPAL DA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR CATEGORIA DO EMPREGO, SEXO E GRUPOS DE IDADE, FREQUÊNCIA RELATIVA (%) – REGIÃO SUL – 2001, 2015

Região	Faixa Etária	Com carteira de trabalho assinada – 2001		Militares e funcionários públicos – 2001		Sem carteira de trabalho assinada – 2001		Com carteira de trabalho assinada – 2015		Militares e funcionários públicos – 2015		Sem carteira de trabalho assinada – 2015	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
	10 a 14 anos	-	-	-	-	0,5	0,2	-	-	-	-	0,1	-
	15 a 19 anos	3,2	2,0	0,2	-	3,5	1,7	2,5	1,8	0,2	-	1,6	0,9
	20 a 24 anos	7,3	4,8	0,3	0,2	2,9	1,7	5,9	4,5	0,3	0,2	1,7	1,0
	25 a 29 anos	6,6	4,0	0,5	0,6	2,4	1,1	5,9	4,9	0,4	0,5	1,2	0,7
	30 a 39 anos	11,5	6,8	1,5	2,1	3,7	1,8	12,1	8,9	1,0	2,0	2,0	1,1
	40 a 49 anos	7,2	4,0	1,6	1,8	2,5	1,3	8,4	6,2	1,3	2,2	1,6	0,9
	50 a 59 anos	3,0	1,5	0,7	0,7	1,6	0,5	5,8	3,2	1,1	1,9	1,2	0,7
	60 anos ou mais	0,7	0,2	0,2	0,1	0,7	0,2	1,4	0,6	0,3	0,4	0,9	0,3
	TOTAL	39,5	23,3	5,0	5,5	17,8	8,5	42,0	30,1	4,6	7,2	10,3	5,6

Fonte: Dados obtidos em Sidra – Sistema IBGE de Recuperação Automática - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2017).

ANEXO O – EMPREGADOS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, NO TRABALHO PRINCIPAL DA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR CATEGORIA DO EMPREGO, SEXO E GRUPOS DE IDADE, FREQUÊNCIA RELATIVA (%) – REGIÃO CENTRO-OESTE – 2001, 2015

Região	Faixa Etária	Com carteira de trabalho assinada - 2001				Sem carteira de trabalho assinada - 2001				Com carteira de trabalho assinada - 2015				Sem carteira de trabalho assinada - 2015				
		Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		
		Militares e funcionários públicos - 2001	Militares e funcionários públicos - 2015															
Centro-Oeste	10 a 14 anos	-	-	-	0,1	0,9	0,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,3	0,1
	15 a 19 anos	2,4	1,2	0,3	0,1	4,7	1,6	2,0	1,3	0,2	0,2	1,3	0,2	0,2	2,3	1,1	2,3	1,1
	20 a 24 anos	6,1	3,3	0,8	0,6	5,2	2,3	5,6	3,9	0,4	0,4	3,9	0,4	0,1	1,9	1,1	1,9	1,1
	25 a 29 anos	5,8	2,8	0,8	0,9	4,0	1,7	5,7	4,5	0,6	0,6	4,5	0,6	0,6	1,8	1,1	1,8	1,1
	30 a 39 anos	9,2	4,2	2,1	3,3	6,1	2,5	11,8	7,1	1,7	1,7	7,1	1,7	2,5	3,1	2,3	3,1	2,3
	40 a 49 anos	5,0	2,4	1,9	2,4	4,1	1,4	7,9	4,5	2,1	2,1	4,5	2,1	3,1	2,4	1,3	2,4	1,3
	50 a 59 anos	2,2	0,6	0,8	1,2	2,2	0,5	4,4	2,0	1,6	1,6	2,0	1,6	2,1	1,4	0,7	1,4	0,7
	60 anos ou mais	0,6	0,2	0,2	0,1	1,1	0,1	1,2	0,3	0,3	0,5	0,3	0,5	0,4	0,8	0,2	0,8	0,2
	TOTAL	31,3	14,7	6,9	8,6	28,3	10,2	38,6	23,6	7,1	7,1	23,6	8,8	14,0	14,0	7,9	14,0	7,9

Fonte: Dados obtidos em Sidra – Sistema IBGE de Recuperação Automática - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2017).

ANEXO P – PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO NO TRABALHO PRINCIPAL, SEXO E GRUPOS DE IDADE, FREQUÊNCIA RELATIVA (%) – REGIÃO NORTE – 2001, 2015

2001										
Trabalho Principal	Gênero	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais	Total
Empregado	Homens	0,5	4,0	7,1	6,1	9,7	6,1	2,5	0,8	36,8
	Mulheres	0,1	1,2	3,1	2,9	5,3	3,6	1,1	0,2	17,5
Trabalhador doméstico	Homens	0,0	0,1	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,3
	Mulheres	0,4	1,5	1,4	1,2	1,9	1,1	0,4	0,1	8,0
Empregador	Homens	-	0,0	0,2	0,3	0,9	0,9	0,5	0,3	3,1
	Mulheres	-	0,0	0,0	0,1	0,3	0,2	0,1	0,0	0,7
Conta própria	Homens	0,2	0,7	1,6	2,2	4,7	4,1	2,5	1,6	17,6
	Mulheres	0,0	0,2	0,7	0,9	2,3	2,1	1,1	0,5	7,8
Trabalhador para o próprio consumo	Homens	0,1	0,2	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,3	1,0
	Mulheres	0,0	0,1	0,1	0,1	0,3	0,3	0,4	0,5	1,8
Não remunerado	Homens	0,8	1,2	0,5	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	2,7
	Mulheres	0,3	0,3	0,3	0,3	0,6	0,4	0,2	0,1	2,5
2015										
Empregado	Homens	0,1	2,4	5,1	5,1	9,6	6,4	3,5	1,2	33,4
	Mulheres	0,0	0,7	2,3	2,8	5,7	4,1	2,2	0,5	18,3
Trabalhador doméstico	Homens	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,6
	Mulheres	0,0	0,4	0,4	0,6	1,7	1,3	0,6	0,2	5,2
Empregador	Homens	-	0,0	0,0	0,1	0,5	0,6	0,5	0,3	2,0
	Mulheres	-	0,0	0,0	0,1	0,2	0,2	0,2	0,1	0,8
Conta própria	Homens	0,1	0,5	1,2	1,9	5,5	5,5	4,3	2,5	21,5
	Mulheres	0,0	0,2	0,4	0,8	2,1	1,9	1,6	0,7	7,7
Trabalhador para o próprio consumo	Homens	0,2	0,3	0,2	0,1	0,2	0,2	0,3	0,6	2,1
	Mulheres	0,1	0,2	0,2	0,3	0,7	0,7	0,7	0,6	3,5
Não remunerado	Homens	0,4	1,0	0,5	0,2	0,2	0,0	0,1	0,0	2,4
	Mulheres	0,1	0,3	0,2	0,3	0,6	0,5	0,4	0,1	2,5

Fonte: Dados obtidos em Sidra – Sistema IBGE de Recuperação Automática - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2017).

ANEXO Q – PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO NO TRABALHO PRINCIPAL, SEXO E GRUPOS DE IDADE, FREQUÊNCIA RELATIVA (%) – REGIÃO NORDESTE – 2001, 2015

2001											
Trabalho Principal	Gênero	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais	Total	
Empregado	Homens	0,5	3,1	5,2	4,6	7,7	4,6	2,3	0,8	28,8	
	Mulheres	0,1	1,0	2,4	2,3	4,3	3,0	1,3	0,2	14,6	
Trabalhador doméstico	Homens	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,5	
	Mulheres	0,2	1,0	1,1	0,9	1,4	0,9	0,4	0,1	6,0	
Empregador	Homens	-	0,0	0,1	0,2	0,6	0,6	0,4	0,4	2,3	
	Mulheres	-	0,0	0,0	0,0	0,2	0,2	0,1	0,1	0,6	
Conta própria	Homens	0,2	0,8	1,6	2,1	4,8	4,2	3,4	2,9	20,0	
	Mulheres	0,1	0,3	0,6	0,9	2,2	1,9	1,3	0,8	8,1	
Trabalhador para o próprio consumo	Homens	0,3	0,3	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2	0,5	2,0	
	Mulheres	0,2	0,2	0,3	0,4	0,8	0,7	0,8	0,9	4,3	
Não remunerado	Homens	2,2	2,6	1,0	0,4	0,3	0,1	0,0	0,1	6,7	
	Mulheres	0,9	0,9	0,6	0,5	1,1	0,9	0,7	0,5	6,1	
2015											
Empregado	Homens	0,2	2,3	4,4	5,0	9,1	6,3	3,9	1,1	32,3	
	Mulheres	0,0	0,9	2,6	3,0	6,0	4,2	2,5	0,5	19,7	
Trabalhador doméstico	Homens	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,4	
	Mulheres	0,0	0,3	0,5	0,6	1,8	1,6	0,8	0,2	5,8	
Empregador	Homens	-	0,0	0,1	0,1	0,5	0,6	0,4	0,3	2,0	
	Mulheres	-	-	0,0	0,1	0,2	0,2	0,2	0,1	0,8	
Conta própria	Homens	0,1	0,5	1,1	1,5	4,4	4,5	3,8	2,6	18,5	
	Mulheres	0,0	0,2	0,5	0,8	2,1	2,3	1,9	1,0	8,8	
Trabalhador para o próprio consumo	Homens	0,2	0,4	0,3	0,2	0,5	0,6	0,6	1,2	4,0	
	Mulheres	0,1	0,2	0,2	0,3	0,7	0,9	0,9	1,0	4,3	
Não remunerado	Homens	0,3	0,6	0,3	0,1	0,2	0,1	0,0	0,0	1,6	
	Mulheres	0,1	0,2	0,2	0,2	0,5	0,4	0,3	0,2	2,1	

Fonte: Dados obtidos em Sidra – Sistema IBGE de Recuperação Automática - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2017).

ANEXO R – PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO NO TRABALHO PRINCIPAL, SEXO E GRUPOS DE IDADE, FREQUÊNCIA RELATIVA (%) – REGIÃO SUDESTE – 2001, 2015

2001											
Trabalho Principal	Gênero	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais	Total	
Empregado	Homens	0,3	3,8	6,6	5,9	10,4	7,6	3,4	1,2	39,2	
	Mulheres	0,1	2,1	4,0	3,3	6,1	4,4	1,6	0,4	22,0	
Trabalhador doméstico	Homens	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,5	
	Mulheres	0,1	0,7	1,0	1,0	2,2	2,0	0,9	0,4	8,3	
Empregador	Homens	-	0,0	0,1	0,3	1,0	1,0	0,7	0,5	3,6	
	Mulheres	-	0,0	0,0	0,1	0,3	0,4	0,2	0,1	1,1	
Conta própria	Homens	0,1	0,3	0,7	1,3	3,3	3,4	2,4	1,5	13,0	
	Mulheres	0,0	0,1	0,4	0,7	1,7	1,7	1,0	0,6	6,2	
Trabalhador para o próprio consumo	Homens	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,3	0,6	
	Mulheres	0,0	0,1	0,1	0,1	0,3	0,2	0,3	0,4	1,5	
Não remunerado	Homens	0,4	0,6	0,3	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	1,7	
	Mulheres	0,2	0,3	0,2	0,2	0,4	0,4	0,3	0,2	2,2	
2015											
Empregado	Homens	0,1	2,2	4,8	5,2	10,2	8,3	5,4	1,9	38,1	
	Mulheres	0,0	1,5	3,4	3,9	8,1	6,0	3,7	0,8	27,4	
Trabalhador doméstico	Homens	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,2	0,2	0,1	0,6	
	Mulheres	0,0	0,1	0,2	0,3	1,5	2,0	1,7	0,7	6,5	
Empregador	Homens	-	0,0	0,0	0,2	0,7	0,8	0,8	0,5	3,0	
	Mulheres	-	0,0	0,0	0,1	0,3	0,3	0,3	0,1	1,1	
Conta própria	Homens	0,0	0,2	0,6	0,9	2,9	3,3	3,0	2,1	13,0	
	Mulheres	0,0	0,1	0,3	0,6	1,7	1,6	1,5	0,9	6,7	
Trabalhador para o próprio consumo	Homens	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,4	0,7	
	Mulheres	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,2	0,2	0,4	1,0	
Não remunerado	Homens	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,4	
	Mulheres	0,0	0,1	0,1	0,0	0,2	0,2	0,2	0,1	0,9	

Fonte: Dados obtidos em Sídra – Sistema IBGE de Recuperação Automática - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2017).

ANEXO S – PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO NO TRABALHO PRINCIPAL, SEXO E GRUPOS DE IDADE, FREQUÊNCIA RELATIVA (%) – REGIÃO SUL – 2001, 2015

2001											
Trabalho Principal	Gênero	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais	Total	
Empregado	Homens	0,3	3,6	5,5	4,9	8,7	5,9	2,7	0,8	32,4	
	Mulheres	0,1	1,9	3,5	3,0	5,6	3,7	1,4	0,3	19,5	
Trabalhador doméstico	Homens	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,2	
	Mulheres	0,1	0,7	0,7	0,7	1,7	1,4	0,8	0,2	6,3	
Empregador	Homens	-	0,0	0,1	0,3	1,1	1,2	0,8	0,4	3,9	
	Mulheres	-	0,0	0,1	0,1	0,4	0,4	0,2	0,1	1,3	
Conta própria	Homens	0,0	0,3	0,9	1,4	4,2	3,9	3,0	2,1	15,8	
	Mulheres	0,1	0,1	0,2	0,5	1,5	1,6	1,0	0,5	5,5	
Trabalhador para o próprio consumo	Homens	0,3	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1	0,2	0,8	1,6	
	Mulheres	0,1	0,1	0,2	0,2	0,5	0,6	0,6	1,0	3,3	
Não remunerado	Homens	0,9	1,3	0,5	0,3	0,2	0,0	0,1	0,1	3,4	
	Mulheres	0,6	0,8	0,5	0,5	1,4	1,1	1,0	0,5	6,4	
2015											
Empregado	Homens	0,1	2,7	4,8	4,6	9,4	7,0	5,1	1,6	35,3	
	Mulheres	0,0	1,7	3,5	3,8	7,5	5,8	3,6	0,8	26,7	
Trabalhador doméstico	Homens	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,4	
	Mulheres	0,0	0,2	0,2	0,3	1,1	1,7	1,3	0,5	5,3	
Empregador	Homens	-	0,0	0,1	0,3	0,8	1,0	0,9	0,5	3,6	
	Mulheres	-	0,0	0,0	0,1	0,4	0,4	0,3	0,1	1,3	
Conta própria	Homens	0,0	0,2	0,6	1,1	2,9	3,7	3,6	2,4	14,5	
	Mulheres	0,0	0,1	0,3	0,5	1,4	1,7	1,7	0,9	6,6	
Trabalhador para o próprio consumo	Homens	0,1	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1	0,2	0,8	1,4	
	Mulheres	0,0	0,1	0,0	0,1	0,2	0,2	0,4	0,8	1,8	
Não remunerado	Homens	0,1	0,3	0,2	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	1,0	
	Mulheres	0,1	0,1	0,1	0,1	0,3	0,5	0,4	0,2	1,8	

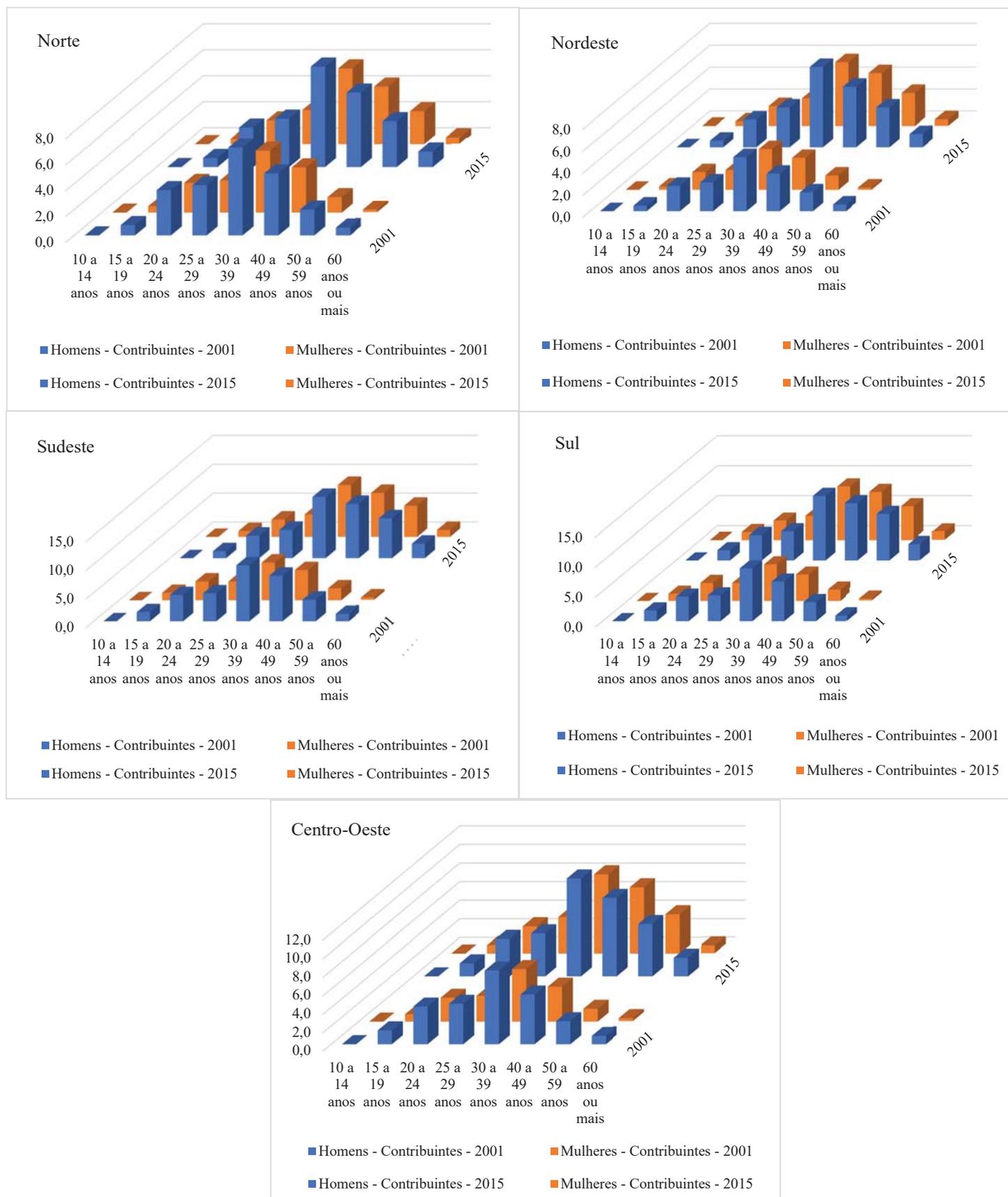
Fonte: Dados obtidos em Sídra – Sistema IBGE de Recuperação Automática - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2017).

ANEXO T – PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO NO TRABALHO PRINCIPAL, SEXO E GRUPOS DE IDADE, FREQUÊNCIA RELATIVA (%) – REGIÃO CENTRO-OESTE – 2001, 2015

		2001											Total
Trabalho Principal	Gênero	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais				
Empregado	Homens	0,6	4,2	7,0	6,1	10,2	6,4	3,0	1,1			38,6	
	Mulheres	0,1	1,7	3,6	3,1	5,8	3,6	1,4	0,2			19,5	
Trabalhador doméstico	Homens	-	0,0	0,1	0,1	0,2	0,1	0,0	0,1			0,6	
	Mulheres	0,2	1,1	1,3	1,4	2,7	1,6	0,6	0,2			9,1	
Empregador	Homens	-	-	0,1	0,3	1,1	1,1	0,6	0,3			3,5	
	Mulheres	-	0,0	0,1	0,1	0,4	0,3	0,1	0,1			1,1	
Conta própria	Homens	0,1	0,3	0,9	1,6	3,6	3,4	2,3	1,7			13,9	
	Mulheres	0,0	0,1	0,4	0,7	1,8	1,4	0,9	0,4			5,7	
Trabalhador para o próprio consumo	Homens	0,1	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,2			0,6	
	Mulheres	0,0	0,0	0,2	0,2	0,6	0,5	0,4	0,4			2,3	
Não remunerado	Homens	0,8	1,0	0,4	0,2	0,1	0,1	0,0	0,1			2,7	
	Mulheres	0,2	0,2	0,2	0,3	0,5	0,5	0,3	0,1			2,3	
2015													
Empregado	Homens	0,2	2,8	5,0	5,2	10,5	7,8	4,7	1,6			37,8	
	Mulheres	0,1	1,5	3,2	3,9	7,5	5,6	3,0	0,5			25,3	
Trabalhador doméstico	Homens	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1	0,2	0,1	0,1			0,6	
	Mulheres	0,0	0,2	0,3	0,5	1,9	2,1	1,3	0,3			6,6	
Empregador	Homens	-	0,0	0,1	0,2	0,8	0,9	0,6	0,6			3,2	
	Mulheres	-	0,0	0,0	0,1	0,4	0,4	0,2	0,1			1,2	
Conta própria	Homens	0,0	0,3	0,8	1,2	3,4	3,7	3,2	2,1			14,7	
	Mulheres	-	0,1	0,3	0,6	1,7	2,0	1,5	0,8			7,0	
Trabalhador para o próprio consumo	Homens	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,4			0,8	
	Mulheres	0,0	0,0	0,0	0,1	0,2	0,3	0,3	0,4			1,3	
Não remunerado	Homens	0,1	0,2	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0			0,5	
	Mulheres	0,0	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1			0,9	

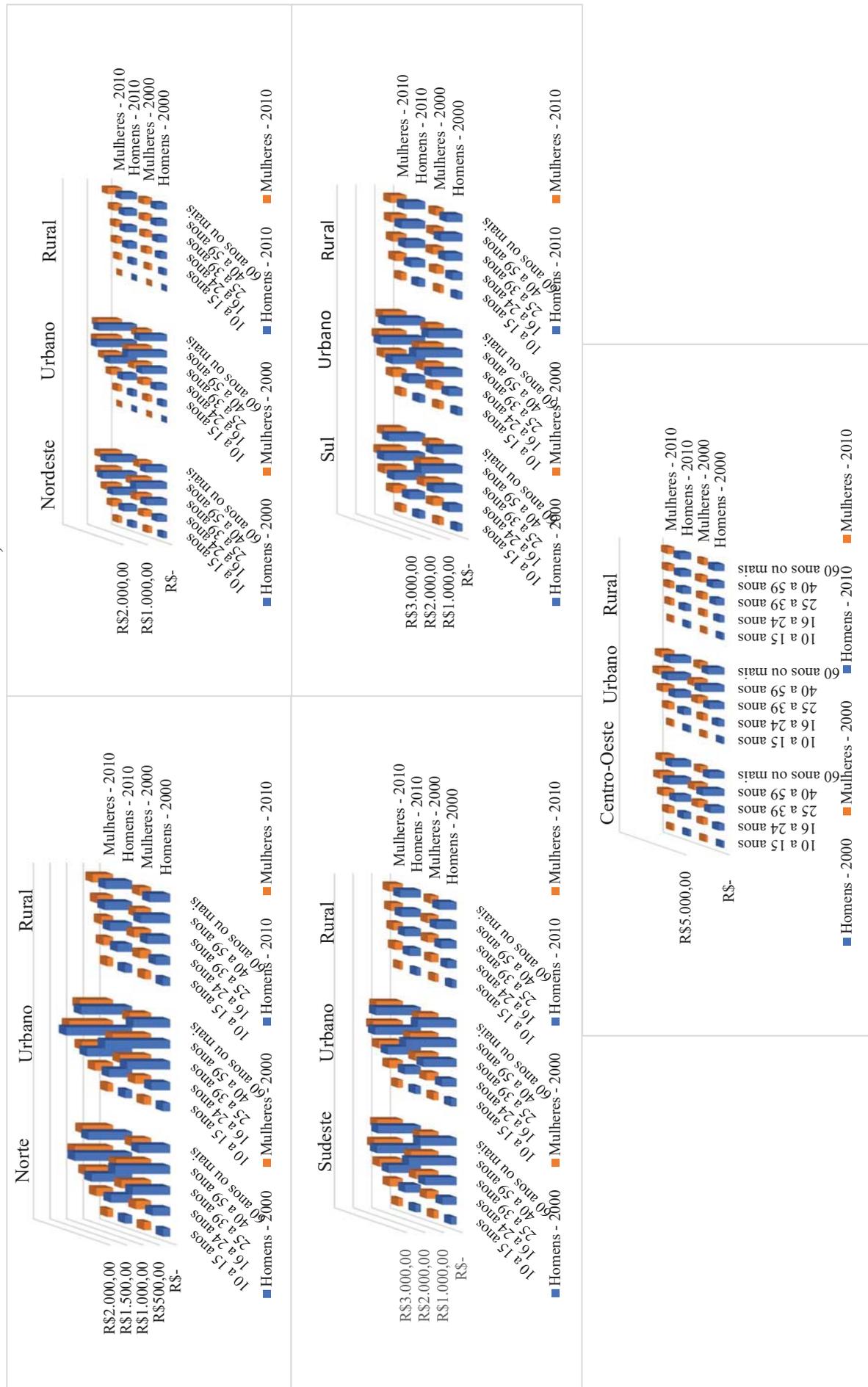
Fonte: Dados obtidos em Sidra – Sistema IBGE de Recuperação Automática - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2017).

ANEXO U – PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR CONTRIBUIÇÃO PARA INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA, SEXO E GRUPOS DE IDADE, FREQUÊNCIA RELATIVA (%) – GRANDES REGIÕES – 2001, 2015



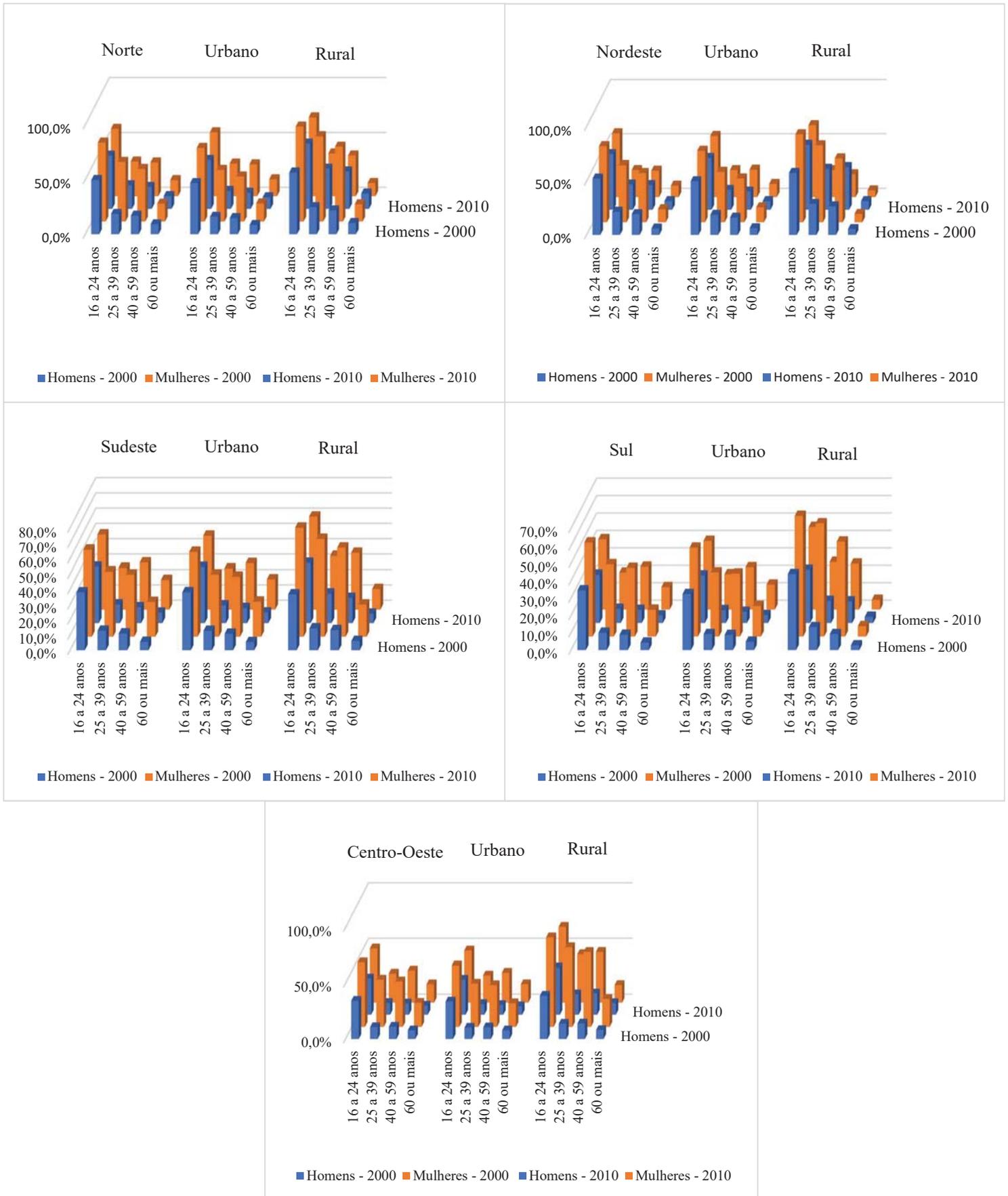
Fonte: Dados obtidos em Sidra – Sistema IBGE de Recuperação Automática - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2017).

ANEXO V – RENDIMENTO MÉDIO DE TODAS AS FONTES DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE (REAIS DE 2010), POR SEXO – GRANDES REGIÕES – 2000, 2010



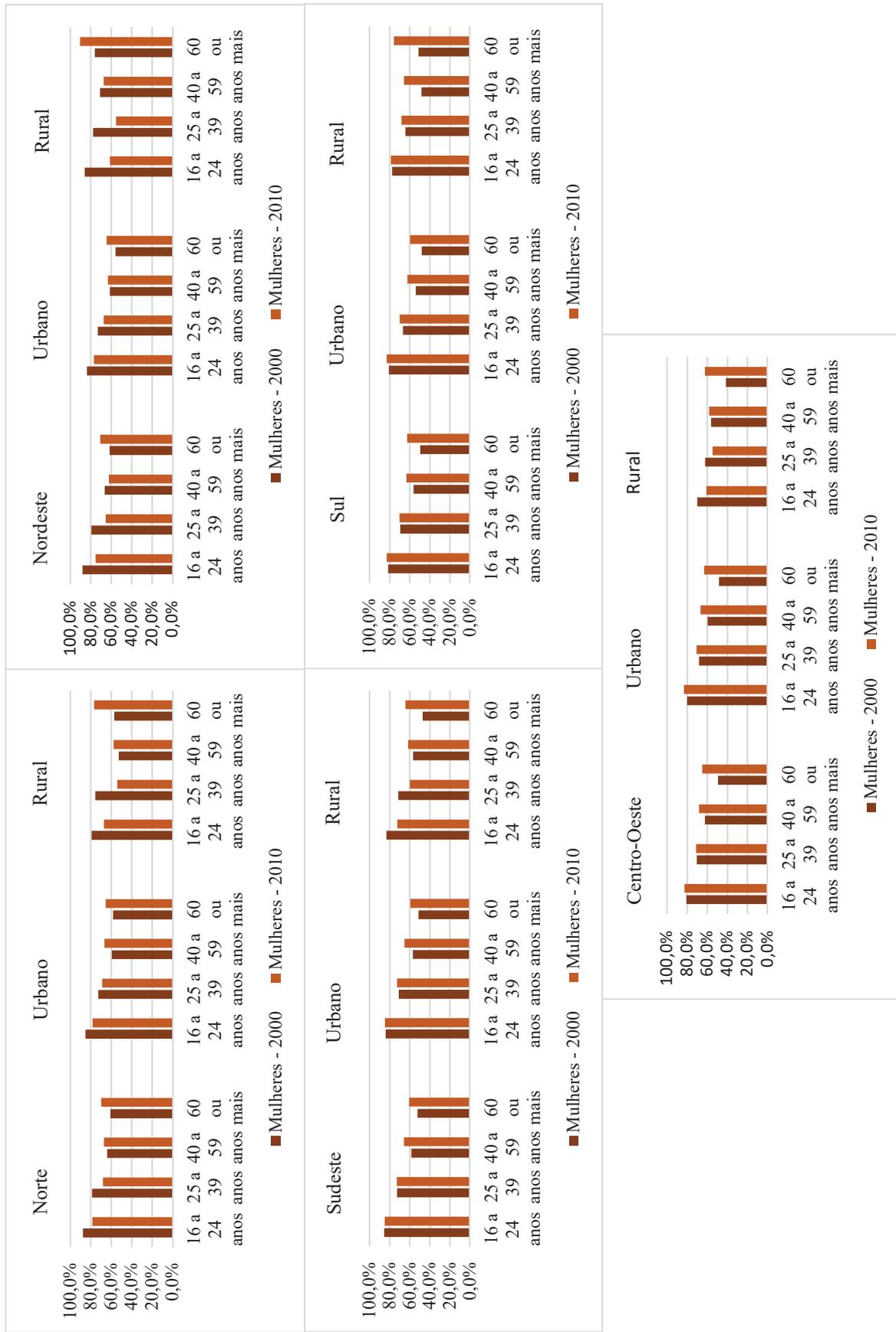
Fonte: Dados obtidos em IGBE, Censo Demográfico (2017).

ANEXO X – PROPORÇÃO DE PESSOAS DE 16 ANOS OU MAIS DE IDADE SEM RENDIMENTO, POR SEXO – GRANDES REGIÕES – 2000, 2010



Fonte: Dados obtidos em IGBE, Censo Demográfico (2017).

ANEXO Z – RAZÃO ENTRE O RENDIMENTO MÉDIO DAS MULHERES EM RELAÇÃO AO RENDIMENTO DOS HOMENS – GRANDES REGIÕES – 2000/2010



Fonte: Dados obtidos em IGBE, Censo Demográfico (2017).